



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Apoio:



v. 14 n. Especial p. 1-102 2013



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Hemerson Pistori

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Heitor Romero Marques

Márcio Luis Costa

Maria Augusta de Castilho

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Tradução e revisão gramatical

Os próprios autores

Consultores *Ad hoc*

Josemar de Campos Maciel

Heitor Homero Marques

Arlinda Cantero Dorsa

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Cataratas do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.andaminas.com.br/?load=mod4&idm=108&id=81&acao=v>>.

Tiragem

500 exemplares.

Distribuição

Bibliotecas universitárias; permutas nacionais e internacionais.

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
v. 14, n. Especial, 2013. Campo Grande: UCDB, 2000.

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Conselho Editorial

- Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)
André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Québec - Canadá)
Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana do Chile - Santiago - Chile)
Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)
Cezar Augusto Carneiro Benevides (Univers. Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande - Brasil)
Christian Krajewski (Institut für Geographie - Universität Münster - Munique - Alemanha)
Christian Luiz da Silva (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba - Brasil)
Denis Maillat (IRER - Université de Neuchâtel - Suisse - Berna - Suíça)
Doris Morales Alarcón (Pontifícia Universidad Javeriana - Bogotá - Colômbia)
Eduardo Abdo Yázigi (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS - Campo Grande, MS - Brasil)
João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais de Lisboa - Lisboa - Portugal)
Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Lisboa - Portugal)
José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - Montevideo - Uruguai)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - Sorbone - França)
Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP - Campinas, SP - Brasil)
Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP - Brasil)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Universidade Católica de Goiás - Goiânia - Brasil)
Michel Rochefort (Université de Paris VIII - Paris - França)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Oséias de Oliveira (Universidade Estadual do Centro Oeste - Irati, PR - Brasil)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fundação Dom Cabral - Belo Horizonte, MG - Brasil)
Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Havana - Cuba)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Rosa Esther Rossini (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Sérgio Boisier (Universidade do Chile - Santiago - Chile)

Conselheiros fundadores

- Milton Santos (*in memoriam*)
Nilo Odália (*in memoriam*)

Missão:

Publicar matérias que possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico com destaque para a área de Desenvolvimento Local.

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online
(www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones cientificas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano
(<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London
(www.ibss.ac.uk)

Editorial

A **INTERAÇÕES** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local – sente-se honrada em poder comemorar os 20 anos de transformação da antiga Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) em Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) (Portaria n. 1547 do Ministério da Educação e Cultura, de 27 de outubro de 1993).

A UCDB tem como missão promover, por meio de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam no desenvolvimento sustentável.

Nesta trajetória educacional, a Universidade Católica Dom Bosco tem como visão de futuro ser líder na Região Centro-Oeste com destaque nacional e internacional por seu empreendedorismo na educação e na produção de conhecimentos e de tecnologias, a serviço das pessoas e da sociedade.

Assim as atividades acadêmicas do ano, em curso, voltam-se também para comemorar data tão significativa com diversas atividades (ensino, pesquisa e extensão), que contemplem o espírito salesiano de Dom Bosco – “formar profissionais competentes, cidadãos honestos, cristãos conscientes e comprometidos”. A publicação deste **número Especial da Revista Interações** está no contexto de tais atividades comemorativas do aniversário da instituição, e contou com o apoio do SEBRAE/MS.

Vale ressaltar que a **Revista Interações** tem como premissa o Desenvolvimento Local, entendido como protagonismo de coletividades e organizações que, a partir da visão de seus territórios e mediante processos

interativos, promovem o desenvolvimento contínuo de competências para propor e gerenciar soluções criativas e sustentáveis voltadas para o atendimento de aspirações comuns: culturais, sociais, econômicas, políticas, ecológicas e também voltadas para a saúde.

Os textos publicados neste número destacam temáticas diversificadas, uma vez que alguns artigos foram comunicados no I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL¹, outros no II FORUM MUNDIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL² e dois enviados diretamente para o endereço da revista.

O artigo intitulado *Avaliação de serviços em instituições de ensino superior para o desenvolvimento local*, de autoria de Alexandre Luzzi Las Casas, Antônio A. J. de H. Guevara e Cristiane de C. Merighi, representa uma contribuição adicional nas pesquisas relacionadas à avaliação de serviços na área educacional do Ensino Superior no Brasil, analisando as relações de percepções dos alunos e seus perfis e que podem servir de orientação em termos de melhoria da qualidade do serviço educacional; já o artigo nominado *O agente de desenvolvimento como protagonista da mudança local – a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso do Sul*, de autoria de Isabella

¹ Ocorrido no período de 28 a 29/08/2013, no Auditório da Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil. Disponível em: <<http://ucdb/br/eventos>>. Contatos: <stede@ucdb.br>; <www.sested.blogspot.com>.

² Ocorrido no período de 29 de outubro a 1º de novembro de 2013, em Foz do Iguaçu, PR, Brasil. Disponível em: <<http://www.foromundialdel.org/?lang=pt>>. Contato: <www.foromundialdel.org>

Carvalho Fernandes, assinala que os agentes de desenvolvimento são peças fundamentais no trabalho de implementação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e representam o principal agregador de forças entre o poder público, lideranças empresariais e da sociedade; o artigo *Desenvolvimento territorial sustentável: desafios sem fronteiras*, de autoria de Vinicius Nobre Lages, menciona que o Sebrae deve se orientar na direção de contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável, bem como busca solucionar os desafios inerentes ao processo de desenvolvimento nacional.

O artigo *Políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial em ambiente de fronteira – reflexões e aprendizados*, de autoria de Maristela de Oliveira França e Rodrigo Maia Marcelo Pirani, oferece algumas reflexões sobre o desenvolvimento territorial em ambiente de fronteira, cujo desafio é fazer com que o setor público e privado atuem de forma sistêmica para propor políticas e instrumentos que convergem em ações afirmativas; o artigo *Estruturas de governança e os atributos das transações entre produtores de florestas plantadas e serrarias no município de Ribas do Rio Pardo, MS, Brasil*, das autoras Vanessa Schmidt e Mayra Batista Bittencourt Fagundes, que realizaram uma pesquisa bibliográfica e de campo objetivam oferecer reflexões sobre a estrutura de governança do tipo híbrida; o artigo *Prolocal: inclusão produtiva dos pequenos negócios como política de desenvolvimento municipal no Mato Grosso do Sul*, das autoras Cleonice Alexandre Le-Bourlegat e Sandra Amarilha, analisa os impactos na implantação do PROLOCAL e seus impactos na inclusão produtiva e dinamização econô-

mica nos municípios de fronteira, instrumentalizado por quatro focos: formalização de empresas, agente de desenvolvimento, compras governamentais e desburocratização.

O artigo *A situação das políticas de sustentabilidade brasileiras perante as metas de desenvolvimento do milênio da ONU no ano de 2008*, de Paulo Henrique Gomes Antello e Silva, busca testar a atualização e o alinhamento das diretrizes políticas brasileiras quanto ao tema sustentabilidade.

A pesquisa com o título *A importância da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa para o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, o caso do município de Miranda, MS*, de autoria de Milton Cesar Pereira de Oliveira, apresenta mudanças significativas que foram surgindo após a aprovação da Lei Complementar 123/2006, desburocratizando a abertura e o fechamento de empreendimentos, simplificando tributos, facilitando o acesso a créditos e estimulando a exportação no município de Miranda, MS.

Na seção *resumos de dissertações*, os bolsistas PROSUP/CAPES Luiz Henrique Eloy Amado e Leandro Henrique Araújo Leite, pesquisaram no site do PPGDL/UCDB os resumos das dissertações, seus respectivos títulos, orientadores, mestrados e datas das apresentações referentes ao ano de 2009.

Agradeço profundamente aos pareceristas *ad hoc*, pois sem seus trabalhos incessantes e árduos não seria possível a publicação deste número especial.

Maria Augusta de Castilho

Editora

Sumário

Artigos

Avaliação de Serviços em Instituições de Ensino Superior para o Desenvolvimento Local	11
Assessment of Services in Higher Education Courses for Local Development.....	11
<i>Evaluación de Servicios em Instituciones de Enseñanza Superior para el Desarrollo Local.....</i>	11
<i>Évaluation des Services dans les Établissements D'enseignement Superieur pour le Développement Local.....</i>	11
Alexandre Luzzi Las Casas	
Antônio J. de H. Guevara	
Cristiane C. Merighi	
O Agente de Desenvolvimento como Protagonista da Mudança Local – A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso do Sul.....	25
L'agent de le développement comme protagoniste du modification locale – La loi générale de micro et petites entreprises dans le Mato Grosso do Sul	25
<i>The agent of development as a local change protagonist – The general law of micro and small companies in Mato Grosso do Sul</i>	25
<i>El agente de desarrollo local como un protagonista del cambio local – La ley general de micro y pequeñas empresas en Mato grosso do sul.....</i>	25
Isabella Carvalho Fernandes	
Desenvolvimento territorial sustentável: desafios sem fronteiras	31
Sustainable territorial development: challenges without borders.....	31
<i>Développement territorial durable: enjeux sans frontières</i>	31
<i>Desarrollo territorial sostenible: retos sin fronteras</i>	31
Vinicius Nobre Lages	
Políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial em ambiente de fronteira – reflexões e aprendizados.....	37
Politics and instruments for territorial development in frontier ambient – reflections and learning	37
<i>Políticas e instrumentos de desarrollo territorial en ambiente de frontera – reflexiones y aprendizajes.....</i>	37
<i>Policies et instruments du development territorial en enviroment du frontier – reflexion et apprentissage.....</i>	37
Maristela de Oliveira França	
Rodrigo Maia Marcelo Pirani	
Estruturas de governança e os atributos das transações entre produtores de florestas plantadas e serrarias no município de Ribas do Rio Pardo, MS, Brasil.....	49
Governance structures and the attributes of transactions between producers of planted forests and sawmills in Ribas do Rio Pardo, MS, Brazil city.....	49
<i>Las estructuras de gobierno y los atributos de las transacciones entre los productores de bosques y aserraderos plantados em El município de Ribas do Rio Pardo, MS, Brasil.....</i>	49
<i>Les structures de gouvernance et les attributs des transactions entre les producteurs de la forêt et des scieries plantes dans la municipalité de Ribas do Rio Pardo, MS, Brésil</i>	49
Vanessa Schmidt	
Mayra Batista Bittencourt Fagundes	

Prolocal: inclusão produtiva dos pequenos negócios como política de desenvolvimento municipal no Mato Grosso do Sul.....	59
Prolocal: productive inclusion of small businesses as a policy of city development in Mato Grosso do Sul.....	59
<i>Prolocal: inclusión productiva de pequeños negocios como una politica municipal en Mato Grosso do Sul.....</i>	59
<i>Prolocal: inclusion pructif de petit enterprise comment une policie municipal en Mato Grosso do Sul</i>	<i>59</i>
Cleonice Le-Bourlegat Sandra Amarilha	
A situação das políticas de sustentabilidade brasileiras perante as metas de desenvolvimento do milênio da ONU no ano de 2008.....	71
The status of the Brazilian sustainability policies versus the UN millennium development goals in 2008	71
<i>Le situation des politiques brésilien du développement durabilité comparativement aux Objectifs du Millénaire de les Nations Unies en 2008.....</i>	<i>71</i>
<i>La situación de las políticas de sostenibilidad brasileñas frente a las metas de Desarrollo de la ONU en 2008.....</i>	71
Paulo Henrique Gomes Antello e Silva	
A importância da lei geral da micro e pequena empresa para o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, o caso do município de Miranda, MS	81
The importance of the general law of micro and small enterprise development of small enterprises, the case of the municipality of Miranda, MS	81
<i>La importancia de la ley general de la micro y pequeña empresa de desarrollo de las pequeñas, el caso del municipio de Miranda, MS.....</i>	81
<i>L'importance de la loi generale de micro et petites entreprises" pour le developpement des petites entreprises, la cause de la municipalité de Miranda, MS</i>	<i>81</i>
Milton Cesar Pereira de Oliveira	

Resumos de dissertações

Resumos das dissertações apresentadas em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL) – Mestrado Acadêmico – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.....	101
---	------------

Artigos



Avaliação de Serviços em Instituições de Ensino Superior para o Desenvolvimento Local*

Assessment of Services in Higher Education Courses for Local
Development

*Evaluación de Servicios em Instituciones de Enseñanza Superior para el
Desarrollo Local*

*Évaluation des Services dans les Établissements D'enseignement Supérieur pour
le Développement Local*

Alexandre Luzzi Las Casas**
(alascasas@terra.com.br)

Antônio J. de H. Guevara**
(dehoyos@pucsp.br)

Cristiane C. Merighi***
(crismerighi@gmail.com)

Recebido em 25/02/2012; revisado e aprovado em 22/06/2012; aceito em 10/02/2013

Resumo: A necessidade de considerar aspectos relacionados à qualidade dos serviços no setor educacional vem aumentando, em parte devido a concorrência e relativa saturação do mercado. No entanto, devido a enorme proliferação das ofertas de cursos de pós-graduação lato sensu, fica evidente a necessidade de realizar pesquisas para aprimorar as formas de avaliar a qualidade, para verificar se os objetivos de aperfeiçoamento estão sendo atendidos. A justificativa do nosso trabalho é que o período que os alunos destes tipos de cursos variados ficam na instituição é relativamente curto para que sejam adquiridos todos os benefícios de um curso de pós-graduação stricto sensu; e seu objetivo é o da aplicação de um método de avaliação para um curso superior de pós-graduação e verificar sua adequação. O trabalho representa uma contribuição adicional nas pesquisas relacionadas à avaliação de serviços, analisando as relações de percepções dos alunos e seus perfis e que podem servir de orientação em termos de melhoria da qualidade do serviço educacional. Entre os resultados encontrados mostrando os benefícios para os alunos, observou-se que o instrumento é útil para atingir os objetivos propostos, apesar de certas limitações.

Palavras-chave: Ensino Superior. Qualidade de Serviços. Avaliação.

Abstract: The need to assess quality of services in the area of education has been increasing and not only for the need for continuous improvement, but also due to more competition and a relative market saturation; moreover, due to these huge proliferation of graduate lato sensu courses in general, it is becoming clear the need of more research to improve ways to assess the quality of these courses in order to find out to what extent targets of improvement have being met. One important reason for this research is that the time students of these different courses spend is relatively short in relation to normal strictus sensu graduate courses; so there is a need to measure the benefits of such programs to see to what extent they are actually suitable. The work represents an additional contribution to research related to quality of service evaluation, analyzing the relationships between expectations and perceptions of students and their profiles; and may serve as guide in terms of a strategic plan for the improvement of educational services. The result shows some of the benefits for the students, and indicates that the instrument is useful for achieving the proposed objectives, even though may have certain limitations.

Key words: Higher Education. Quality of Services. Assessment.

Résumé: La nécessité d'examiner les questions relatives à la qualité des services dans le secteur de l'éducation est à la hausse, en partie en raison de la concurrence et de la saturation relative du marché. Toutefois, en raison de l'énorme multiplication des offres des cours post-graduation, il ya un besoin évident de recherche pour améliorer les moyens d'évaluer la qualité, afin de vérifier que les objectifs d'amélioration sont respectées. La justification de notre travail est que la période de ces étudiants sont les différents types de cours dans l'institution est relativement courte afin que ils ont acquis tous les avantages d'un des programmes d'études supérieures, et votre but est l'application d'une méthode évaluation de diplômé d'université et de vérifier son adéquation. Le travail représente une nouvelle contribution dans la recherche liée à l'appréciation des services, l'analyse de la relation entre les perceptions des élèves et de leurs profils et peut fournir des conseils en matière d'amélioration de la qualité des services éducatifs. Parmi les résultats montrant les avantages pour les étudiants, il a été observé que l'instrument est utile pour atteindre les objectifs proposés, en dépit de certaines limites.

Mots-clés: l'enseignement supérieur, la qualité des services, l'évaluation, et le développement local..

Resumen: La necesidad de considerar aspectos relacionados con la calidad de los servicios en el sector educativo

* Apesar de dois dos autores terem publicado em menos de dois anos, o Conselho de Redação autorizou a publicação, dada a importância da temática.

** Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), São Paulo, SP, Brasil.

*** Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS; PUC/SP, São Paulo, Brasil.

ha ido en aumento, en parte debido a la competencia y la relativa saturación en el mercado. Por ese motivo de la enorme proliferación de ofertas de postgrado cursos, es evidente la necesidad de investigación para mejorar los métodos para evaluar la calidad para ver si los objetivos de mejora están siendo atendidos. La justificación de nuestro trabajo es que la duración de los estudiantes en los diferentes tipos de cursos de la institución es relativamente cortos para adquirir todas las ventajas de estudios de posgrado; y su objetivo es la aplicación de un método evaluación para un curso de pos graduación de universidad y verificar su adecuación. Este trabajo representa una nueva contribución en la investigación relacionada con los servicios de evaluación, examinando la relación entre expectativas y percepciones de los estudiantes y sus perfiles; que puede proporcionar una guía en términos de la planificación estratégica para la mejora de los servicios educacionales. Entre los resultados que muestran los posibles beneficios a los estudiantes, se observó que, a pesar de ciertas limitaciones, el instrumento es útil para alcanzar los objetivos procurados.

Palabras claves: Enseñanza Superior. Calidad de Servicios. Evaluación.

Introdução

No Brasil os cursos de ensino superior obtiveram um aumento expressivo nos últimos anos. O ensino superior obteve 6,4 milhões de matrículas em 2009, quase o triplo dos 2,3 milhões que se registrava há dez anos (LEITE, 2011). Estima-se que nos últimos dez anos, o número de alunos de graduação triplicou no país. São diversos os programas no mercado brasileiro e com o aumento da procura por cursos de graduação acrescenta-se também o interesse por cursos de pós-graduação, pois os alunos buscam conhecimento para o aperfeiçoamento e aprofundamento em áreas específicas. *“Os dados da pós-graduação brasileira indicam que todas as áreas do conhecimento apresentaram crescimento expressivo ao longo dos anos com algumas oscilações e que a tendência vem sendo nitidamente positiva.”* (PNPG, 2010). Devido à proliferação destas ofertas por diferentes instituições, fica evidente a necessidade de se avaliar a qualidade destes cursos para verificar se os objetivos de aperfeiçoamento estão sendo atendidos, pois estes dados não são indicadores de qualidade e competência. *“Há uma baixa frequência dos cursos, baixa avaliação do aprendizado e baixa qualidade do ensino.”* (NISKIER, 1997, apud CANOPF et al., 2005). O parecer 977/65 do Conselho Federal da Educação instituiu que os cursos de pós-graduação podem ser divididos em dois tipos: *lato sensu* e *stricto sensu*. Os primeiros referem-se aos cursos de pós-graduação voltados para o ensino técnico e profissionalizante, dirigidos àqueles que buscam atualização e conhecimento prático para suas atividades, enquanto que, os *stricto sensu*, são cursos de pós-graduação voltados à formação de professores e pesquisadores.

Pela própria característica de cursos para formação de professores e pesquisadores o controle exigido tem sido muito severo, existindo legislação específica, enquanto que os cursos *lato sensu* ficaram sem uma orientação para conduta ou desenvolvimento. A Lei da Reforma Universitária no 5540/68 proporcionou uma melhoria no sentido de permitir ampliar as possibilidades da oferta de cursos diferenciados, como foi o caso da EAESP/FGV que segmentou o público de pós-graduação desenvolvendo um programa alternativo voltado especificamente para o aluno que trabalha em empresa. (BANDEIRA et al. 1998; OLIVEIRA, 1996). Em decorrência deste controle rígido, que se estendeu ao nível de graduação, na década de noventa, o Brasil passou por diversas experiências de avaliação. O Programa de Avaliação Institucional de Universidades Brasileiras (PAIUB) avaliou as experiências qualitativas e quantitativas das instituições. Em 1995 implantou-se o exame nacional de cursos com avaliação institucional e de ofertas. O ensino de pós-graduação também passou por vários processos de avaliação, sendo que o da CAPES, está em ação há mais de 30 anos.

Por isso mesmo, pela forte influência que tem exercido nas instituições de ensino, alguns pesquisadores têm estudado a instituição no que se refere ao processo de avaliação. Um dos tópicos de interesse tem sido a opinião dos profissionais envolvidos no processo, e um destes estudos tencionou identificar a opinião de docentes sobre a avaliação praticada pela CAPES nas universidades brasileiras. Concluiu-se que o critério de qualidade elevada pelos entrevistados, porém seriam necessários três princípios para melhorar os resultados: veracidade, coerência

e justiça. Este último foi recomendado como objeto de uma atenção maior, devido aos prejuízos que podem trazer para o programa avaliado.

Outros estudos objetivaram obter a opinião dos coordenadores de programas e, um deles foi conduzido por Targino (1999). Diferente estudo, mais abrangente, procurou verificar tanto a opinião de consultores do MEC como a avaliação de coordenadores de programas que passaram pelo processo de avaliação. Neste caso, foi recomendado que a instituição devesse ter critérios mais amigáveis e leves, sugerindo uma CAPES mais aberta e participativa. (SPAGNOLO; SOUZA, 2004). No estudo, no entanto, os autores não esclareceram que critérios mais amigáveis e leves deveriam ser reforçados. Horta e Moraes (2006) também procuraram ouvir a opinião de coordenadores de programas de pós-graduação sobre os critérios de avaliação nos cursos de pós-graduação. Alguns criticaram a avaliação quantitativa do processo de avaliação como também o tempo para conclusão do curso, número de artigos científicos produzidos etc. A sugestão é que a instituição deveria estar mais preocupada em avaliar qualitativamente o curso e suas repercussões. Vários coordenadores manifestaram dificuldades em lidar com os critérios rígidos a que são submetidos. O autor questionou se aqueles envolvidos no processo de avaliação escutaram as opiniões dos professores e coordenadores do programa como uma forma de crítica a atuação unilateral. O que se percebeu na revisão de literatura de avaliação de curso de pós-graduação é que há uma preocupação na reavaliação dos critérios a que são submetidas às instituições, e a recomendação é para que sejam incluídos outros avaliadores no processo, tanto professores como alunos, analogamente a avaliação dos cursos de graduação.

Nesta linha de pesquisa e ampliando o contexto, alguns pesquisadores procuraram avaliar o impacto dos cursos na sociedade. Um estudo da área de educação avaliou historicamente a atuação da CAPES, e todos os ajustes que a instituição promoveu até chegar ao processo atual de avaliar os livros dentro de critérios de produção científica. Uma das conclusões dos autores foi que o impacto social dos programas não está sendo

contemplado nos critérios de avaliação da CAPES. Considerando uma forte tendência de usar métodos quantitativos para avaliar a produção científica, sugeriu-se a utilização de ambos critérios, subjetivos e quantitativos, para uma avaliação mais adequada (HORTA; MORAES, 2005). Conforme observam Villardi e Vergara (2011), na pós-graduação *stricto sensu*, espera-se que no prazo de 24 meses os mestrandos desenvolvam capacidade de pesquisar e de abstração com os conceitos estudados, porém essa complexidade do processo de aprendizagem parece não ter sido considerada nos métodos de ensino ou de pesquisa nem tampouco pelos projetos pedagógicos que se baseiam na epistemologia positivista que orientam tradicionalmente os cursos de mestrado em Administração.

Enquanto percebe-se um foco nos estudos em programas de pós-graduação *stricto sensu*, uma grande quantidade de publicações científicas tem lidado com avaliações de programas de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Um destes estudos teve o objetivo de avaliar os efeitos do curso de administração, nível de MBA, nos egressos da faculdade de Contabilidade e Atuariais, principalmente no que se referia às competências adquiridas e melhorias profissionais na carreira. Foi constatado que 58% dos entrevistados, egressos do programa, tiveram evolução profissional e cerca de 70% avaliaram positivamente os impactos do curso na carreira. Estes dados ajudaram a perceber que a instituição obteve resultados positivos, mas outros resultados do mesmo estudo também apontaram espaços para a melhoria na condução do ensino dos profissionais, mais preocupados com o mercado de trabalho. Analogamente a esta pesquisa, vários outros autores têm estudado o corpo docente e discente neste nível de ensino. (FREZATTI; KASSAI, 2003).

No que se refere ao ensino superior de graduação, Godoy, Santos e Moura observaram que os estudos sobre avaliação de qualidade são centrados fundamentalmente em dados de entrada e dados de saída do sistema (GODOY et al. , 2001). Nos estudos dos dados de entrada há geralmente análises do perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes no curso, enquanto que os dados de saída referem-se a verificação do êxito do processo ensino-aprendizado, principal-

mente no tocante a aquisição e aplicação de conhecimentos e habilidades básicos dos concluintes do curso de graduação. Na literatura de avaliação de cursos superiores, tanto dados de saídas como de entradas, têm sido foco de estudos acadêmicos. Adicionalmente, observou-se na revisão bibliográfica que alguns estudos replicaram as metodologias que se mostraram adequadas em pesquisas específicas. Acredita-se que esta é uma forma muito positiva de avaliar, pois permite validar o método e testá-lo em diferentes situações, dando maior credibilidade e propiciando oportunidades para o aprofundamento. De acordo com estas colocações o que se percebe nas avaliações do sistema de ensino superior, tanto graduação como o de pós-graduação, é uma tendência a valorizar a participação dos alunos no processo, como também usar avaliações qualitativas e não apenas quantitativas como observado em alguns casos, além de uma preocupação em analisar o impacto social e as transferências do conhecimento ao mercado de trabalho.

Além disso, os vários critérios que podem ser usados para as instituições avaliarem os seus programas, devido a maior liberdade para ações de marketing e de preparo de alunos. O interesse pelos cursos de pós-graduação em nível de especialização também resultou da grande proliferação de ofertas em várias cidades brasileiras. Adicionalmente, a participação dos pesquisadores como professores de cursos destes níveis também apontaram certas necessidades, em decorrência do método de observação utilizado nestas interações. Com informações dos clientes de uma instituição é possível elaborar estratégias mais adequadas no marketing educacional, e o método a ser apresentado pode ser usado como uma ferramenta para que as instituições consigam melhorias em seus resultados. O objetivo deste estudo, portanto, é a aplicação de um método de avaliação para um curso superior de pós-graduação. As perguntas que orientaram esta pesquisa foram: Como uma metodologia de avaliação que atenda os pré-requisitos identificados pode ser aplicada nos cursos de pós-graduação *Lato sensu*, e que informações relevantes se pode obter como sinais de contribuições de um curso de pós-graduação? Optou-se pela replicação e adaptação de um estudo piloto devido aos

benefícios já mencionados, e pelos motivos adicionais que o critério utilizado atende aos requisitos apontados nos estudos da revisão bibliográfica, tais como a participação dos alunos e outros avaliadores extra-classe como o impacto social de suas atividades. Inicialmente foi realizado um desenvolvimento teórico acerca do tema e posteriormente foram analisadas respostas de alunos de determinada instituição e, finalmente, apresentamos as conclusões educacionais.

1 Avaliação em serviços educacionais: uma visão mercadológica

Um estudo realizado por Shostack, em 1977, procurou serviços em um *continuum* popularizado como escala das entidades de marketing. Nesta classificação os produtos predominantemente tangíveis foram plotados na parte superior da escala e os predominantemente intangíveis foram colocados na parte inferior. Shostack observou que quanto mais os serviços se afastavam dos bens, mais diferenciado seria o marketing destas ofertas comerciais. Neste *continuum*, os serviços educacionais foram colocados no extremo e considerados serviços profissionais, em que são comercializadas as ofertas predominantemente intangíveis. Neste caso, esforços de tornar tangíveis e de evidenciar as ofertas, passam a ser uma orientação fundamental para a comercialização destes tipos de serviços. Consequentemente, a qualidade e a imagem passaram a ser aspectos fundamentais na construção de valores para os clientes de determinado público-alvo (CRONIN; TAYLOR, 1994). Conforme observa Aaker um expressivo progresso na medida de satisfação foi obtido na década passada, em parte devido ao apoio do movimento da qualidade total. Esta tendência resultou no desenvolvimento de várias dimensões de satisfação que diferem entre bens e serviços e de indústria para indústria (AAKER, 1996).

Muitos estudos adaptados à realidade brasileira também deram importantes contribuições. Um autor verificou a aplicação de uma escala simplificada que produziu bons resultados para avaliar bares e restaurantes com possibilidades de serem estendidas para outros setores. Na metodologia proposta, a avaliação de percepção e expectativa é

considerada antes da interação com o prestador de serviços, o que elimina o viés do preenchimento posterior. Adicionalmente, o formulário de avaliação é construído a partir da necessidade específica dos clientes uma vez que, devido a sua simplicidade, é de fácil adaptação. Em estudo longitudinal, foi verificado que o instrumento é adequado como um termômetro para os índices de avaliação (LAS CASAS, 2008).

Vários outros autores têm proposto metodologias de avaliação da qualidade em serviços (PARASURAMAN et al., 1988; BROWN et al., 1993). De um modo geral, uma medida de satisfação de clientes pode ser feita por métodos diretos e indiretos (BATESON; HOFFMAN, 2001). Uma instituição usa medidas indiretas quando avalia o índice de satisfação através da monitoração dos dados de vendas, lucros obtidos ou reclamações de clientes. Por outro lado as medidas diretas de coletas de dados, não são padronizadas entre os avaliadores. Bateson e Hoffman (2001) observam que as escalas usadas para coletar dados podem variar em diferentes aspectos tais como perguntas feitas aos informantes, os métodos para coletar dados que variam desde entrevistas pessoais até a coleta de dados sem a interferência de terceiros. O sistema de informação sobre a satisfação pode ser definido, segundo os autores, como um processo corrente de pesquisa que fornecem dados para a administração tomar suas decisões. A orientação é que um sistema de informação deve ser usado juntamente com outras medidas de satisfação, em diferentes momentos, para avaliar o desempenho global de uma instituição. Esta preocupação tem se propagado para diferentes setores da área de serviços e a educação é uma delas. Viegas e Titanegro (2008) comentam que nas instituições de ensino, o padrão de qualidade no atendimento deve ser avaliado a partir de diversos fatores como o mercado, instituição, desafio do setor e clientes. Alguns autores afirmam que a identificação dos atributos mais importantes para a percepção da qualidade podem dar o início a processos que visam a melhoria (LOURENÇO; KNOP, 2011).

Lourenço e Knop (2011) avaliaram a percepção da qualidade em cursos superiores da Administração aplicando a escala SERVQUAL. Em conclusão os autores reconheceram algu-

mas limitações da escala e propuseram que o esforço empírico deve ser aprimorado por novas pesquisas que questionem a relevância das variáveis propostas segundo as dimensões da escala. Os serviços educacionais têm sido avaliados de forma abrangente, variando também do impacto das instituições, projeto pedagógico, corpo docente e discente. Uma necessidade de avaliar os clientes alunos de uma instituição tem levado as avaliações no setor educacional a se desenvolverem. (BANDEIRA et al., 1998; MAINARDES, DOMINGUES, 2009; FIEBIG, 2006).

2 Avaliação de cursos de pós graduação *lato sensu*

O crescimento da demanda dos cursos de pós-graduação teve várias causas. Porém, um aspecto que favoreceu esta demanda de pós-graduação *lato sensu* no Brasil foi a falha do ensino de graduação que não acompanhou as transformações sociais e não se adaptou às exigências da sociedade, tampouco às exigências de qualificação profissional dos indivíduos para o mercado de trabalho, e os avanços tecnológicos (BANDEIRA et al., 1998). Oliveira (1996) apud BANDEIRA et al. (1998) afirma que o papel da pós-graduação é fundamental no contexto das transformações e seu papel deve crescer ainda mais, devido as exigências pelas empresas destes cursos na formação dos profissionais.

Os cursos de pós-graduação têm uma duração mínima de 360 horas e devem ser oferecidos aos alunos que tenham concluído a graduação, não sendo computados os estudos extra-aula e o tempo do preparo da monografia. Tem normalmente uma proposta técnico-profissional específica, e não abrange o campo total do saber a que se insere. Os procedimentos operacionais que regem as avaliações dos cursos, programas e desempenho individual das Instituições de Ensino Superior (IES) são estabelecidos pelos Decretos ns. 2406/97, 3860/01, 302/98, 972/97 e 2297/98 (SOARES 2002, p. 49). Várias transformações operacionais ocorreram neste nível de curso e, mais recentemente, a resolução de 8 de junho de 2007 reafirma que estes cursos oferecidos pelas instituições independem de autorização prévia quando oferecidos pelas instituições credenciadas. O artigo 2 da referida norma

estabelece que ficam sujeitas a avaliação de órgãos competentes, efetuada no momento de re-credenciamento da instituição (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

Os cursos de nível superior podem ter diferentes parâmetros para avaliação tais como análise, apreciação, diagnóstico, controle, entre outros. A função de avaliação permite melhorar os métodos e técnicas ou mesmo os materiais utilizados pelo professor, como também permite que os alunos sejam devidamente avaliados, o que contribui com o crescimento do processo de aprendizado. Igualmente, as instituições podem, com os resultados da avaliação, melhorar a prática de marketing educacional, atendendo as necessidades dos clientes e dos demais envolvidos na prestação de serviços. No entanto, para que o processo de avaliação seja eficaz, deve enfatizar não apenas o resultado final, mas processo como um todo, para se alcançar o objetivo (OLIVEIRA; SANTOS, 2005). Apesar de o processo de avaliação ser importante para a prática de marketing, também o é para a adequação do serviço, sendo este o foco deste estudo. Considerando-se a avaliação dos cursos de pós-graduação como um todo, conforme proposto por Oliveira e Santos (2005), estes estariam distantes da problemática empresarial não atendendo aos objetivos de formação gerencial, em parte devido a complexidade do ambiente comercial. Apesar de algumas instituições estarem procurando desenvolver métodos mais modernos como simulações e aulas de laboratórios, estão ainda distantes para desenvolver as competências necessárias. "Há uma dificuldade no processo de transferência e adaptação dos resultados na formação, no ambiente de trabalho, pelos participantes destes cursos." (ANTONELLO; RUAS, 2005)

Uma discussão muito antiga sobre este assunto se refere a necessidade de adaptar as instituições de Ensino Superior (IES) às condições e exigências do mercado e, por isso, proliferam-se abordagens divergentes. (TOMASSINI et al., 2008). Conforme mencionado, muitas pesquisas foram conduzidas para avaliar a qualidade de cursos de pós-graduação lato sensu. Uma delas teve como objetivo propor um instrumento de avaliação da qualidade de cursos de pós-graduação usando como base de análise três instituições

de ensino superior em Belo Horizonte. A escala baseia-se no conceito de qualidade de serviço como também no conhecimento dos profissionais envolvidos com o ensino de pós-graduação (BANDEIRA et al., 1998).

Outro estudo procurou analisar a qualidade do curso por meio da construção de um instrumento híbrido, tendo como objeto o ensino de pós-graduação em contabilidade. Para a construção do formulário foi usada pesquisa documental na CAPES; documentos da instituição pesquisada, questionário aberto e entrevistas semi-estruturadas. Conforme os pesquisadores, o modelo híbrido conseguiu integrar percepções internas e externas considerado um modelo válido, legítimo, entre vários outros benefícios. (IGARASHI et al., 2007). Godoy et al. (2001) adotaram na sua réplica o estudo realizado por Kuh (1997). Kuh observou que o ambiente e cultura da universidade podem favorecer ou prejudicar o desenvolvimento dos alunos tanto dentro como fora da sala de aula. Após a pesquisa com 12 instituições e 149 roteiros, aplicando análise fatorial, foram reduzidas a cinco domínios de resultados, correspondente a mudanças que tiveram durante o curso superior, sendo eles: competência pessoal, complexidade cognitiva, conhecimentos e habilidades acadêmicas, competência prática, altruísmo e apreciação cultural. Optou-se à aplicação do instrumento desenvolvido por estes autores por se tratar de uma forma mais completa para análise dos fatores que interferem no desenvolvimento dos estudantes. Estes questionários foram adaptados para cursos de pós-graduação, níveis de mestrado e doutorado por outros autores (BEZERRA. In: CORRAR et al., 2007). No entanto, constatou-se a inexistência da aplicação do instrumento para cursos de pós-graduação lato sensu. A versão final do instrumento de avaliação, com novas adaptações, foi aplicada na presente pesquisa.

3 Procedimentos metodológicos

Este estudo procurou replicar a metodologia de Kuh e testada por Godoy et al. (2001) em curso de graduação para a avaliação de cursos de pós-graduação. A metodologia testada foi desenvolvida neste trabalho denominada como Questionário de Avaliação dos Efeitos da Graduação (QUEG) e os resultados

foram obtidos a partir de sua aplicação numa amostra de 58 sujeitos que cursavam o último ano de graduação dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, de uma faculdade particular de São Paulo, no ano de 2000. O QUEG consta de três partes: a primeira parte descreve os respondentes quanto a sexo, idade e graduação; a segunda tem cinco questões abertas sendo que duas buscam identificar os motivos que levaram os alunos a escolher uma determinada faculdade e o curso de graduação. A terceira refere-se à identificação dos respondentes. Para esta pesquisa as partes do instrumento foram modificadas. A primeira consta de três perguntas abertas visando identificar motivação para matricular-se no curso, pontos fortes e fracos e sugestão de melhorias. Além das questões abertas, a segunda parte do questionário constou também de 16 itens em escala do tipo Likert, indicando o grau de influência em relação a cada um dos itens mencionados. A terceira parte do instrumento de avaliação é o da identificação dos respondentes.

A base da elaboração dos instrumentos foram as 14 categorias de aprendizagem e desenvolvimento pessoal sugeridas na pesquisa de Kuh (1997 apud GODOY et al., 2001). O questionário adaptado foi aplicado em amostra não probabilística de 227 estudantes de pós-graduação de uma IES de São Paulo no mês

de abril de 2010. Os instrumentos foram distribuídos em diferentes salas pelos entrevistadores para preenchimento e entrega no local. O objetivo inicial foi o de pesquisar apenas alunos da pós-graduação em Administração cursando o último semestre. Devido a dificuldade em obter número suficiente para análise dos resultados, decidiu-se pesquisar também em outros cursos e semestres. A instituição coordena suas ofertas de uma forma integrada permitindo a análise em outras disciplinas sem prejudicar o resultado do estudo uma vez que se objetiva testar o instrumento de avaliação e os benefícios de um curso de pós-graduação na percepção dos alunos. Acredita-se que, ao contrário, uma comparação entre os resultados com esta multidisciplinaridade, permite uma melhor avaliação da adequação do instrumento utilizado.

3 Análise Descritiva

3.1 Perfil dos alunos

Os resultados da pesquisa revelaram que os alunos estão proporcionalmente distribuídos nos três de idade até 40 anos e as áreas mais procuradas são finanças (25%) e direito (22%), conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil geral dos alunos

SEX	%	IDA	%	CMP	%	SEM	%
0	65,33	1	29,33	C1	24,67	1	8,44
1	34,67	2	24,89	C2	21,59	2	25,33
		3	33,33	C3	14,10	3	66,22
		4	12,44	C4	11,45		

SEX (0 = F, 1 = M), IDA (1 < 26 ANOS; 2 de 26-30; 3 de 31-40; 4 > 40),

SEM (1 = 1; 2 = 2; 3 = OUTROS), CMP (Cursos Mais Procurados : C1 = Finanças; C2 = Direito; C3 = MBA Gestão Empresarial; C4 = Gestão de Pessoas)

O foco da análise foi nos benefícios adquiridos nos cursos informados no preenchimento dos questionários com perguntas fechadas, e devido a grande variedade de itens, para fins da análise, só foram consideradas as respostas com uma percentagem maior ou igual a 10 %. A primeira parte do questionário foi constituída de perguntas abertas a fim de identificar aspectos específicos de

uma instituição de ensino superior (IES). Procurou-se identificar os motivos de escolha da universidade, pontos fortes e fracos bem como sugestões de melhorias. Por se tratar de questões muito específicas, e por razões éticas, os detalhes desta parte da avaliação não serão revelados e serão apresentados apenas os códigos de cada resposta.

3.1.1 Motivações

A Tabela 2 se refere às respostas sobre as principais motivações dos alunos em relação a procura pela sua formação profissional, organizada segundo o (%) da procura de maior e menor.

Tabela 2 – Motivações na ordem de importância

Motivação	% SIM
MT1	40,97
MT2	38,33
MT3	25,55
MT4	15,86
MT5	10,57

O QUE O LEVOU (0 = NÃO; 1 = SIM)

MT1 = Melhorar a Carreira; MT2 = Adquirir Conhecimentos; MT3 = Atualização; MT4 = Crescimento Profissional; MT5 = Aprofundamento em área

3.1.2 Pontos fortes

A Tabela 3 mostra quais, na opinião dos alunos, são os pontos fortes principais, conforme sua ordem de importância.

Tabela 3 – Principais pontos fortes

Pontos Fortes	% SIM
PF1	47,14
PF2	25,11
PF3	11,45

(0 = NÃO; 1 = SIM)

PF1=Professores; PF2=Conteúdo Atualizado; PF3=Aprendizado

3.1.3 Pontos fracos

Na Tabela 4 aparecem os principais pontos fracos detectados, conforme a sua ordem de importância. É relevante observar que os percentuais referentes aos principais pontos fortes são consideravelmente mais altos que os dos principais pontos fracos, o que pode significar um bom resultado.

Tabela 4 – Principais pontos fracos

Pontos Fracos	% SIM
f1	22,03
f2	14,10
f3	13,22

(0 = NÃO; 1 = SIM)

f1 = Carga horaria baixa; f2 = Didática de alguns professores; f3 = Infraestrutura

3.1.4 Sugestões de Melhoria

Na Tabela 5 aparecem as principais sugestões de melhoria, conforme ordem de importância. É interessante observar que as porcentagens relacionadas às sugestões “melhorias” não são altas. Portanto, se a instituição objetivasse aplicar os resultados para alcançar melhorias operacionais, o recomendável seria aprimorar os pontos fortes mais bem avaliados e aprimorar alguns dos pontos fracos.

Tabela 5 – Sugestões de melhoria

Melhorias	% SIM
ML1	14,98
ML2	11,98
ML3	11,45

(0 = NÃO; 1 = SIM)

ML1 = Revisar Carga Horaria; ML2 = Melhorar Infraestrutura; ML3 = Aulas Dinâmicas/Práticas

3.1.5 Questões

As análises das variáveis foram conduzidas de acordo com as questões utilizadas no formulário e com a codificação conforme a seguir: RESPOSTAS (R) as QUESTÕES (QI, QII,QXVI):

RQI - Adquiri responsabilidade em relação ao meu próprio aprendizado.

RQII - Passei a frequentar outros espaços culturais como exposições, museus e teatros.

RQIII - Aprendi a administrar meu tempo, dividindo-o entre as atividades de lazer, de trabalho e de estudo.

RQIV - Adquiri postura, comportamento e habilidades necessárias ao desempenho da profissão que escolhi.

RQV - Tornei-me uma pessoa crítica com capacidade para analisar e contrapor diferentes

pontos de vista e opiniões.

RQVI - Passei a entender e a lidar com sistemas administrativos e burocráticos.

RQVII - Passei a ler mais livros de assuntos genéricos.

RQVIII - Passei a ler mais livros de assuntos relacionados ao curso escolhido.

RQIX - Aprendi a examinar e sintetizar vários tipos de informações e experiências.

RQX - Passei a frequentar as bibliotecas e livrarias.

RQXI - Desenvolvi a capacidade de me relacionar com outras pessoas e trabalhar em equipe.

RQXII - Passei a aplicar na vida prática tudo aquilo que aprendi em sala de aula

RQXIII - Tornei-me uma pessoa autônoma, com pensamento próprio.

RQXIV - Ampliei o conhecimento sobre as matérias ensinadas.

RQXV - Desenvolvi habilidades de oratória e fluência verbal que facilitam minha comunicação com outras pessoas.

RQXVI - Aprendi a estudar e pesquisar de maneira independente.

Em relação às 16 Questões, a Tabela 6 nos mostra a relativa influência nos hábitos como resultado do curso de pós-graduação; e a Tabela 7, que é um quadro comparativo de Análise de Variância em relação a estes relativos impactos, mostra, por exemplo, que na média, os alunos estão sentindo impacto (influência) significativamente maior em relação às questões QI, QIV, QV, QVIII e QXIV e nenhum no caso de QII que é o de frequentar espaços culturais, ou seja, os respondentes afirmaram que não passaram a visitar museus e teatros, como consequência de um curso de pós-graduação.

Tabela 6 – Quadro comparativo da influência da formação em relação as questões

(Números absolutos de um total de 227)

	Forte	Mediana	Pouca	Nenhuma
RQI	94	73	42	18
RQII	19	45	70	93
RQIII	66	63	59	39
RQV	73	101	33	20
RQVI	37	75	65	50
RQVII	45	75	65	42
RQVIII	105	78	31	13
RQIX	61	104	40	22
RQX	25	56	88	58
RQXI	47	64	68	48
RQXII	64	86	51	26
RQXIII	48	57	55	67
RQIV	121	80	18	8
RQXV	51	69	65	42
RQXVI	64	69	55	39

Tabela 7 – Quadro comparando a influência relativa do Curso em Relação a Hábitos e Desenvolvimento Geral

ONE-WAY ANOVA (QI a QXVI)					
Source	DF	SS	MS	F	F
Factor	15	485,654	32,377	33,38	0,000
Error	3616	3507,401	0,970		
Total	3631	3993,055			
S = 0,9849 R-Sq = 12,16% R-Sq(adj) = 11,80%					
Intervalos de confiança para as medias (95%) baseados no desvio padrão global (Pooled StDev)					
Level	N	Mean	StDev	---+-----+-----+-----+---	
QI	227	2,0705	0,9567	(-+--)	
QII	227	0,9559	0,9721	(-+--)	
QIII	227	1,6872	1,0701	(--+-)	
QIV	227	1,9736	1,0259	(-+--)	
QV	227	2,0000	0,9072	(--+--)	
QVI	227	1,4361	1,0084	(--+-)	
QVII	227	1,5419	1,0096	(--+-)	
QVIII	227	2,2115	0,8871	(-+--)	
QIX	227	1,8987	0,9098	(--+--)	
QX	227	1,2115	0,9497	(-+--)	
QXI	227	1,4846	1,0448	(--+-)	
QXII	227	1,8282	0,9692	(--+--)	
QXIII	227	1,3789	1,1199	(--+-)	
QXIV	227	2,3833	0,7804	(--+--)	
QV	227	1,5683	1,0341	(-+--)	
QVI	227	1,6960	1,0602	(--+-)	
---+-----+-----+-----+---					
	1,00	1,50	2,00	2,50	
Pooled StDev = 0,9849					

(Código influência: 0 = nenhuma, 1 = pouca, 1 = mediana, 3 = forte)

Para apresentar estes resultados de forma gráfica, utilizou-se a Análise de Correspondências, conforme Figura 1, que mostra como as respostas RQI, RQIV, RQVII e RQXIV estão bem próximas entre si, e localizadas na categoria de forte influência (F). As respostas das questões RQV, RQVII e RQIX também estão próximas da categoria F (Forte Influência). O grupo RQV, RQVII e RQIX está próximo de categoria M (Mediana Influência). As questões RQVII, RQXI e RQXV formam um grupo e estão próximas à categoria P (Pouca Influência); e finalmente RQII e RQX estão mais soltas e um tanto para esquerda onde está localizada a categoria N (Nenhuma Influência). De fato, a Figura 1 corrobora a Tabela 7 da Análise Comparativa feita pelo ANOVA.

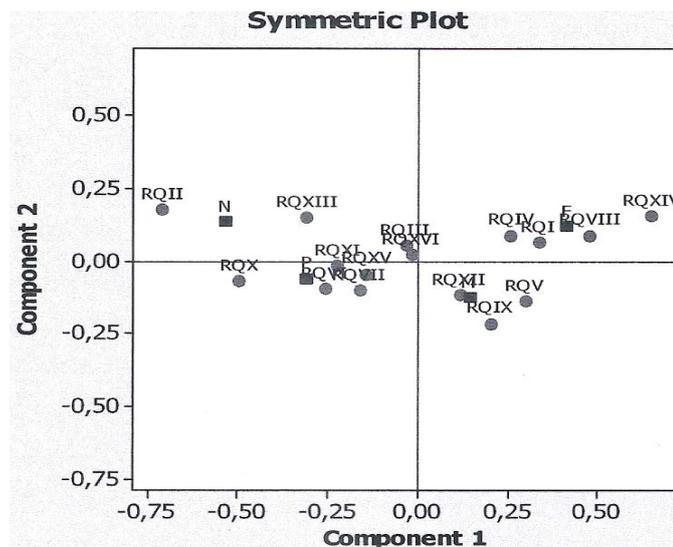


Figura 1 – Análise de Correspondências
Obs. Claramente o eixo horizontal está relacionado ao grau de influencia.

4 Relações entre as Variáveis Relacionadas ao Perfil, às Respostas e às Questões

Para proceder a análise das relações entre as variáveis relacionadas ao perfil e seu possível impacto, as seguintes variáveis foram agrupadas:

RQI a RQXVI (Aprovação Questão: Impacto Forte = 3, Médio = 2, Pouco = 1, Outros = 0)

ID (0 = Até 30 ANOS, 1 = Maior que 30).

CMP (Cursos mais Procurados: C1 = fin, C2 = dir, C3 = mba, C4 = gpes).

Foi utilizado o teste de chi-quadrado nas correspondentes tabelas de contingências para analisar as diferenças em relação ao perfil dos respondentes. Os valores das significâncias relativas que aparecem na Tabela 8 mostram que, basicamente, em maior ou menor grau ("p" menor significa relação mais forte). Todas as respostas têm uma relação estatisticamente significativa com as várias características do perfil do aluno, salvo o gênero (SEX) que não faz diferença significativa em nenhum dos casos.

Tabela 8 - Relações entre as respostas e as características relacionadas ao perfil do aluno (o valor que aparece é o valor de "p", referente ao chi-quadrado; entre menor o valor, maior a relação; em negrito as mais significativas para cada Resposta)

	SEX	ID	CMP	SEM
RQI	0,141	0,075	0,020	0,005
RQII	0,595	0,009	0,331	0,065
RQIII	0,311	0,095	0,000	0,030
RQIV	0,391	0,037	0,001	0,010
RQV	0,244	0,019	0,021	0,044
RQVI	0,670	0,108	0,013	0,027
RQVII	0,019	0,911	0,738	0,049
RQVIII	0,057	0,379	0,129	0,892
RQIX	0,297	0,166	0,294	0,009
RQX	0,425	0,425	0,428	0,093
RQXI	0,093	0,056	0,000	0,124
RQXII	0,070	0,426	0,002	0,525
RQXIII	0,804	0,139	0,034	0,109
RQXIV	0,022	0,832	0,068	0,609
RQXV	0,732	0,048	0,185	0,320
RQXVI	0,458	0,231	0,010	0,213

Obs. No caso de RQXIV tinha celas em relação a CMP e SEM com um número de eventos menor que 1, modificamos juntando as respostas 0 e 1 da RQIV, de forma a calcular seu chi-quadrado.

Na primeira questão, RQI, a característica que mais faz diferença é o semestre no qual se encontra o aluno SEM ($p = 0,005$), isto é, conforme progride, o aluno tem mais razões para aprovar a QI, ou seja, fica mais responsável pelo próprio aprendizado. A segunda característica que faz alguma diferença seria o curso CMP ($p = 0,020$) que apresenta uma aprovação maior por alunos do curso de Finanças que o de Direito e a idade ID ($p=0,075$) com alunos mais jovens aprovando mais a QI.

No caso de RQII observa-se que a idade faz a maior diferença ID ($p = 0,009$), porém,

curiosamente, no sentido contrário ao RQI; isto é, são os de mais idade que aprovam mais a QII. O semestre é o segundo aspecto de maior influência SEM ($P=0,065$) e, novamente, o oposto do que ocorre na QI, ou seja, conforme passa o tempo, menos alunos aprovam a QII.

Em relação a RQIII, a Tabela 8 nos mostra uma diferença mais significativa com relação a cursos CMP ($p = 0,000$) e isso pode ocorrer devido ao fato que só a metade dos alunos de finanças aprovam a QIII. Em continuação, a aprovação dependerá do Semestre

SEM ($p = 0,030$) – porém, curiosamente, aqui a aprovação aumenta no segundo semestre e depois cai novamente. Com a idade acontece algo similar ao caso da QI, no sentido que a QIII tem mais aprovação entre os mais jovens ID ($p = 0,095$).

Para RQIV observa-se um comportamento similar ao caso anterior de RQIII no sentido que a diferença mais significativa aparece com relação a cursos CMP ($p = 0,001$), porém a continuação neste caso aparece na idade, e novamente com os jovens mais satisfeitos com este novo item ID ($p = 0,010$); e só logo após o Semestre SEM ($p = 0,037$) revela uma boa aprovação a partir do segundo semestre.

No que se refere as questões mais bem avaliadas observa-se uma similaridade entre RQI e RQV, o que pode ocorrer devido a proximidade das próprias perguntas. Em relação a RQVIII, apenas o item sexo tem diferença significativa GEN ($p=0,057$) – as mulheres foram mais fortemente influenciadas em relação a leitura de textos específicos das matérias.

Analogamente, na questão RQXIV, o sexo é o que faz mais diferença GEN ($p = 0,022$) – as mulheres se manifestam significativamente mais otimistas; seguido do CMP ($p = 0,068$) - devido aparentemente a baixa valorização dos alunos de finanças em relação ao conhecimento adquirido.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo principal testar um método de avaliação para um curso de pós-graduação. Devido a necessidade de avaliar os resultados dos cursos superiores de graduação e pós-graduação, vários estudos têm sido desenvolvidos a fim de melhorar o sistema de avaliação. Algumas metodologias têm sido testadas em diferentes níveis. Por exemplo, uma instituição pode avaliar utilizando uma metodologia em cursos de graduação e posteriormente, verificar a mesma metodologia em cursos de pós-graduação. A vantagem deste procedimento é aparente, uma vez que torna possível avaliar o método em diferentes situações, reforçando a credibilidade nos resultados. Optou-se pela replicação e adaptação de uma metodologia testada em curso de graduação e, posteriormente, ajustada para cursos *Stricto sensu* e *Lato sensu*. O que se percebeu na aplicação deste instrumento de avaliação é

que ele foi adequado para mensurar o efeito dos cursos nos comportamentos e resultados obtidos pelos alunos. Além de ser um útil instrumento para identificar os pontos fortes e fracos, sugestões de melhorias bem como motivações para a realização de um curso deste nível revela a percepção dos alunos sobre os benefícios adquiridos. A primeira parte do questionário, portanto, permite avaliar e melhorar a qualidade do ensino como qualquer outro instrumento de avaliação de curso, o que esta se tornando uma prática comum neste tipo de pós-graduação. No entanto, a segunda parte com questões elaboradas de uma forma mais ampla atende muita das sugestões mencionadas na literatura.

Um dos benefícios desta avaliação foi que permite enfatizar o processo como um todo (OLIVEIRA; SANTOS, 2005). O instrumento avalia benefícios adquiridos na vida pessoal, profissionais e sociais. Entre os benefícios adquiridos no curso, do ponto de vista profissional, constatou-se uma forte influência no item RQIV, ou seja, na aquisição de uma postura comportamento e habilidades necessárias ao desempenho da profissão. No entanto, na resposta à questão 12, da aplicação do aprendizado na vida prática houve uma influência apenas mediana. Isso sinaliza que um curso de pós-graduação está desenvolvendo atitudes positivas para o trabalho, mas não esta atendendo as exigências do mercado em nível de conhecimentos. No entanto, a afirmativa que há dificuldades do processo de transferência e adaptação dos resultados na formação do ambiente do trabalho (ANTONELLO; RUAS, 2005) os resultados mostram que, apesar de limitações na transferência, os cursos estão cooperando para o desenvolvimento de competências comportamentais, o que pode ser avaliado como uma importante contribuição.

Além disso, verificou-se que pela abrangência dos tópicos, o instrumento atende exigências mais abrangentes sendo neste caso útil como critério de avaliação (GODOY et al., 2001). No entanto como neste estudo a avaliação foi concentrada apenas no instrumento de avaliação, para que se obtenham resultados mais confiáveis devem ser avaliados também professores, considerações sobre o projeto pedagógico, resultados nas empresas ou aspectos mais abrangentes ou híbridos (IGARASHI et al., 2008). Os métodos diretos e in-

diretos de avaliação conforme sugeridos por Bateson e Hoffman (2001) certamente dariam importante contribuição para a avaliação dos resultados (dados de vendas, lucros obtidos e reclamações de clientes).

As perguntas demonstraram serem adequadas, apesar de necessitarem de interpretação com certa cautela e avaliação dentro de determinado contexto. Uma delas, por exemplo, abordou a influência na leitura de livros na área, um hábito que pode ser considerado como positivo. O resultado foi uma forte influência, ou seja, houve um efeito positivo para vários estudantes. No entanto, este resultado pode ter sido em consequência da própria exigência do curso que exige a elaboração de monografias, obrigando os alunos a pesquisarem assuntos específicos da área que escolheram o que pode não corresponder à aquisição de um hábito, após o término do curso. Uma sugestão seria a de replicar o questionário após determinado período para verificar se alguns dos hábitos ou conhecimentos revelados permanecem.

Portanto, é possível concluir que o método de avaliação selecionado pode trazer muitos benefícios para a avaliação de cursos de pós-graduação *Lato sensu*. Atende alguns requisitos mencionados por outros pesquisadores de mudança de comportamento e de conhecimento e âmbitos sociais, educacionais, entre outros, mencionados nas 16 questões que compuseram o instrumento de avaliação. No entanto, como se percebeu na revisão de literatura, uma resposta mais confiável deve ser obtida se outras formas de avaliação sejam agregadas (SPAGNOLO; SOUZA, 2004; HORTA; MORAES, 2006; HORTA; MORAES, 2005; FREZATTI; KASSAI, 2003). Sugerem-se pesquisas que possam avaliar os resultados dos novos métodos a serem incorporados na avaliação.

Outra sugestão é que as questões devem ser adaptadas para cada tipo de curso. Questões de sustentabilidade e responsabilidade social que não foram incluídas neste questionário devem fazer parte devido à importância para o ensino em qualquer área. Quanto a metodologia utilizada para análise dos dados, o estudo de Godoy et al. (2001) utilizou Análise Fatorial. Procurou-se agregar técnicas de análise de dados como Análise de Correspondências, ANOVA, para verifi-

car os resultados obtidos. Todas as técnicas utilizadas mostram-se adequadas; e permitiriam analisar outros aspectos caso fosse de interesse. Mesmo se tratando de uma análise de caráter exploratório, os resultados permitem comparações estatísticas (ANOVA), referentes ao impacto ou influência relativa em relação aos 16 itens do questionário sobre benefícios percebidos na formação dos alunos, bem com as possíveis diferenças por sexo, idade, semestres cursados e tipo de cursos; mostrando inclusive essas diferenças num mapa baseado em uma Análise de Correspondências.

Os resultados da pesquisa, e outras análises multivariadas dos dados, poderiam ser utilizados para um plano de desenvolvimento estratégico por área como no caso de Villardi e Vergara (2011); bem como elaborar indicadores que permitiriam monitorar as melhorias relativas no importante setor de serviços relacionados a ensino superior.

Referências

- AAKER, David. Measuring brand equity across products and markets. *California Management Review*, Spring, v. 38, n. 3, p. 102-120, 1996.
- ANTONELLO, Claudia Simone; RUAS, Roberto. Formação gerencial: pós-graduação *lato-sensu* e o papel das comunidades na prática. *Revista de Administração Contemporânea*. Curitiba, v. 9, n. 2, abr./jun., 2005.
- BANDEIRA, Marina Lima; GONÇALVES, Carlos Alberto; VEIGA, Ricardo Teixeira; HUERTAS, Karina. Avaliação da qualidade do ensino de pós-graduação: elementos para a construção e validação de um instrumento, 1998. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/1998/dwn/enanpad1998-ols-08.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2012.
- BATESON, John; HOFFMAN, Douglas. *Marketing de serviços*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- BEZERRA, Francisco Antonio. Análise Fatorial In: CORRAR, Luiz J. PAULO, Edison, DIAS FILHO, José Maria (Org). *Análise Multivariada*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 125-126.
- BROWN, T. J.; CHURCHILL, Jr.; G. A. e PETER, J. P. Research note: improving the measurement of service quality. *Journal of Retailing*, Spring, v. 69, n. 1, p. 127-139, 1993.
- CANOPIF, Liliane; FESTINALI, Rosane C; ICHIKAWA, Elisa Y. A expansão do ensino. *Revista de Administração Contemporânea*, n. 9, n. 3, p. 79-97, jul./set. 2005.
- CRONIN, Joseph; TAYLOR, Steven. A Servperf versus Servqual: reconciling performance based on perceptions and measurements of service quality. *Journal of Marketing*, v. 58, p. 125-131, jan./1994.

- FIGUEIRA, Evelyn Quadros. *Avaliação dos cursos de graduação em Administração: proposta a partir de um estudo de caso em Florianópolis focalizando o consumidor no papel de acadêmico*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, maio de 2006, p. 103.
- FREZATTI, Fábio; KASSAI, Silvia. Estudo de impacto de um curso de MBA em controladoria na evolução de seus egressos. *Revista Contabilidade e Finanças*, USP, São Paulo, edição comemorativa, p. 54-65, outubro, 2003.
- GODOY, Arilda Schmidt; SANTOS, Flávia Cristina; MOURA, João Augusto. Avaliação do impacto dos anos de graduação sobre os alunos. Estudo exploratório com estudantes particular de São Paulo. *Fecap. Administração*, v. 2, n. 1, jan./fev./mar. 2001.
- HORTA, José Silvério Baia; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O Sistema CAPES de avaliação de pós-graduação: da área de educação à grande áreas de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, set./dez. 2005.
- _____. Avaliação da Pós-graduação: Com a palavra os Coordenadores de Programas. *Perspectiva*, v. 24, n. 1, p. 19-47, jan./jun. 2006.
- IGARASHI, Daysi; ENSSLIN, Sandra; ENSSLIN, Leonardo; PALADINI, Edson. A qualidade do ensino sob o viés da avaliação de um programa de pós-graduação em contabilidade: proposta de estruturação de um modelo híbrido. *R. Adm.*, São Paulo, v. 43, p. 113-137, abr./mai./jun. 2008.
- KUH, G. D. Em suas próprias palavras: o que os alunos aprendem fora da sala de aula. In: Souza E. C. B. M (Org.). *Curso de especialização de avaliação a distancia*, v. 4. Acompanhamento e avaliação dos alunos. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. *Qualidade total em serviços*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi; GUEVARA, Arnaldo. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEITE, Priscila. A passos lentos. *Revista Ensino Superior*, São Paulo: Segmento, 2011. Disponível em <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12672>>. Acesso em: 19 abr. 2011.
- LOURENÇO, Clélia Donizete; KNOP, Marcelo Ferreira. Ensino Superior em Administração e Percepção da Qualidade em Serviços: uma aplicação da escala SERVQUAL. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 13, n. 39, p. 219-233, abr./jun., 2011.
- MAINARDES, Emerson; DOMINGUES, Maria José. Satisfação e estudantes formandos em Administração de Joinville com o seu curso. Estudo multicaso de instituições de ensino superior privadas. *Revista Gestão e Planejamento*. Salvador, v. 10, n.2; p. 281-299, jul./dez. 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara da Educação Superior. *Resolução n. 1 de 8 de junho de 2007*. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/secretarias/saa/formularios/portaria_interministerial.pdf>. Acesso em: out. 2010.
- MOREIRA, Carlos Otávio F.; HORTALE, Virginia Alonso; HARZ, Zulmira Araújo. Avaliação de pós-graduação: buscando consenso. *RBPB. Revista Brasileira de Pós-graduação*, n. 1, p. 26-40, jul./2004.
- OLIVEIRA, Fátima Bayma. Inovando na pós-graduação: a experiência do MBA da EAESP/FGV. *RAE - Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 36, n. 1 jan./fev./mar. 1996.
- OLIVEIRA, Katya Luciane; DOS SANTOS, Acácia Aparecida Angeli. Compreensão em leitura e avaliação de aprendizagem em universitários. *Psicologia: reflexão e crítica*. v. 18, n. 1, p. 118-124, 2005.
- PARASURAMAN, A.; BERRY, L.; ZEITHAMI, V. A. *SERVQUAL: a multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality*. *Journal of Retailing*, New York, v. 64, n. 1, p. 12-40, 1988.
- PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG) 2005-2010. MEC, D.F. 2010. Disponível em: <http://anpg.org.br/admin/biblioteca/docs/PNPG_2005-2010>. Acesso em: 19 abr. 2011.
- SHOSTACK, G. Lynne. Breaking free from product marketing. *Journal of Marketing*, p. 73-80, April 1977.
- SOARES, Maria Suzana Arrosa (coord.). *A educação superior no Brasil. Instituto Internacional para a educação superior na América Latina e no Caribe*. Porto Alegre: IESALC-UNESCO- Caracas, nov., 2002.
- SPAGNOLO, Fernando; SOUZA, Valdinei Costa. O que mudar na avaliação CAPES? *Revista Brasileira de pós-graduação*. Brasília, v. 1, n. 2, p. 8-34, nov. 2004.
- TARGINO, Maria das Graças. Avaliação de cursos de pós-graduação: estímulo ou coerção. *Infocapes*, Brasília, v.7, n.1, p.3-24, jan/mar 99.
- TOMASSINIR, AQUINOR, CARVALHO F.A. Expectativas e percepções em sequências de serviços. *RAE, Eletrônica*, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482008000200004>>. Acesso em: 12 out. 2011.
- VIEGAS, Antonio Higino; TITANEGRO Pedro Ângelo. O cliente nas instituições de ensino. In: Las Casas, Alexandre Luzzi. *Marketing educacional*. São Paulo: Saint Paul, 2008.
- VILLARDI, Beatriz; VERGARA, Sylvia. *Implicações de aprendizagem experiencial e da reflexão pública para o ensino de pesquisa qualitativa e a formação de mestres em Administração*. Disponível em: <www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 12 out. 2011.

O Agente de Desenvolvimento como Protagonista da Mudança Local – A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso do Sul

L'agent de le développement comme protagoniste du modification locale – La loi générale de micro et petites entreprises dans le Mato Grosso do Sul

The agent of development as a local change protagonist – The general law of micro and small companies in Mato Grosso do Sul

El agente de desarrollo local como un protagonista del cambio local – La ley general de micro y pequeñas empresas en Mato grosso do sul

Isabella Carvalho Fernandes*
(isbellacarvalhofernandes@gmail.com)

Recebido em 1º/05/2013; revisado e aprovado em 22/06/2013; aceito em 10/11/2013

Resumo: s Agentes de Desenvolvimento são peças fundamentais no trabalho de implementação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e representam o principal agregador de forças entre o Poder Público, lideranças empresariais e da sociedade. No Estado de Mato Grosso do Sul atualmente são 57 agentes nomeados que trabalham em prol do desenvolvimento dos pequenos negócios urbanos e rurais. Esses Agentes tem como papel principal a implementação da Lei, mas o seu trabalho ultrapassa essas atividades, desempenhando função essencial na coordenação e continuidade do processo de desenvolvimento sustentável dos Municípios.

Palavras-chave: Agente de Desenvolvimento. Lei Geral. Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: The development agents are fundamental tool in the work of implementing the general law of micro and small enterprises, and they represent the main deliverers of the public system, private leaderships and society outputs. In the state of Mato Grosso do Sul, now they are 57 nominated agents working pro the development of the small urban and rural businesses. These agents have as their main role the implementation of the Law, but their work surpasses these activities, playing a essential role of coordination and continuity of the process of the sustainable development of the municipalities.

Key words: Agents of Development. General Law. Sustainable development.

Resumen: Los agentes de desarrollo son piezas fundamentales a el trabajo de implementación de la Ley General do Micro y Pequeñas Empresas, y representan el principal agregador de fuerzas entre el poder público, líderes empresariales y la sociedad. En el estado de Mato Grosso do Sul ya son 57 agentes nominados que trabajan por el desarrollo de los pequeños negocios urbanos y rurales. Eses agentes tienen como principal rol la implementación de la Ley, pero su trabajo traspasa esa actividad, desarrollando un rol de coordinación y continuidad del proceso de desarrollo sostenible de los municipios.

Palabras clave: Agentes de desarrollo. Ley general. Desarrollo sostenible.

Resumé: Agents de développement jouent un rôle fondamental dans le travail de mise en œuvre de la loi générale de micro et petites entreprises, et représentent le principal agrégateur d'énergie entre le gouvernement, les dirigeants d'entreprises et de la société. Dans l'Etat du Mato Grosso do Sul sont actuellement 57 agents désignés qui travaillent pour le développement des petites entreprises des zones urbaines et rurales. Ces agents ont le rôle principal d'appliquer la loi, mais leur travail va au-delà de ces activités, en jouant le rôle clé dans la coordination et la continuité du processus de développement durable des municipalités.

Mots-clés: Agent de développement. Le droit général. Le développement durable.

Introdução

A atuação de atores locais é peça fundamental aos projetos de desenvolvimento territorial que almejam sucesso. Com este enfoque a definição dos Agentes de Desenvolvimento garante não só a implantação como também a sustentabilidade das ações realizadas nos municípios de Mato Grosso do Sul.

O Agente de Desenvolvimento é o articulador e mobilizador dos esforços locais em

prol do desenvolvimento. Esta necessidade de tornar a ação de desenvolvimento em atuação local que levou a inclusão da figura do Agente de Desenvolvimento na Lei Complementar 128/2008, que aprimorava a Lei Complementar 123/2006, Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nasceu com objetivo de promover o desenvolvimento local através do tratamento diferenciado e favorecido aos

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS), Campo Grande, MS, Brasil.

pequenos negócios instalados nas diversas regiões de nosso país. Passado dois anos de sua criação, quando da necessidade de revisões que incluíssem benefícios aos negócios de pequeno porte, tal como a criação do Micro Empreendedor Individual, percebeu-se a necessidade de mobilizações locais que estimulassem a efetivação da Lei em ações públicas ou comunitárias realizadas localmente. Este motivo levou a inclusão de um capítulo que tratasse da nomeação do Agente de Desenvolvimento.

Este Agente que deveria estar fortemente envolvido com o meio empresarial e também com o setor público deveria influenciar as atividades relativas a implantação da Lei Geral, e ir além, coordenando e garantindo a continuidade de atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável do município.

No Mato Grosso do Sul, atualmente são 57 Agentes de Desenvolvimento nomeados que trabalham pelo crescimento da economia municipal através do apoio aos negócios urbanos e rurais. Esses Agentes são responsáveis pela Implementação da Lei Geral que hoje alcança 26 municípios, e por levantar a bandeira do empreendedorismo como alternativa para inclusão social e geração de renda.

Este trabalho intenciona apresentar além dos conceitos e histórico quanto a Lei Geral e o trabalho dos Agentes de Desenvolvimento, relações entre o trabalho desses personagens e a promoção do desenvolvimento por meio da Lei Geral nos municípios de Mato Grosso do Sul.

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte como ferramenta de Desenvolvimento

Instituída em 14 de dezembro de 2006, o objetivo da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte era regulamentar o que já estava disposto na Constituição Federal conferindo tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A concepção da Lei passou pela sociedade civil, entidades empresariais, poder legislativo, e poder executivo. Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para o segmento, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples

Nacional (LEI GERAL, 2013).

A Lei Geral já passou por quatro alterações (Leis Complementares 127/2007, 128/2008, 133/2009 e 139/2011) todas com objetivo de aprimorar os benefícios concedidos aos pequenos negócios, refinando a estratégia de apoio a competitividade com foco na geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, na redução da informalidade objetivando o fortalecimento da economia.

Um dos aspectos importantes da Lei é a definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Segundo a Lei Complementar consideram-se Micro Empresas aquelas que obtiverem faturamento anual até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e Empresas de Pequeno Porte aquelas que apresentarem faturamento anual entre R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), conforme disposto no artigo 3º da referida Lei:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). (Lei Complementar 139/2011).

A Lei Complementar 128 de 19 de dezembro de 2008, que altera a Lei Complementar 123/2006, cria a figura do Micro Empreendedor Individual (MEI). Com faturamento inferior a R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), após três anos a Lei Complementar 139 de 10 de novembro de 2011 altera os limites de faturamento do MEI para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). A Lei representa uma chance para que pessoas que exercem atividades informais possam trabalhar na formalidade

tendo acesso a crédito e aos serviços previdenciários. A tendência pelo empreendedorismo é motivada pela Lei, que dá condições para a formalização das atividades ou o início de uma atividade potencial sem que o empreendedor necessite desembolsar um investimento muitas vezes incompatível com seus recursos financeiros momentâneos.

O Micro Empreendedor Individual possui registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e apesar de seu baixo faturamento é uma unidade empresarial que apesar de estar desobrigado de contabilidade formal, exige do empresário organização e gestão de seu negócio. O empreendedor formalizado pode empregar uma pessoa, e passa a ter possibilidade de venda ao Governo e a outras empresas, aumentando seu acesso ao mercado (LEI GERAL, 2013).

Mais que uma política governamental de assistência ao trabalhador autônomo, o Micro Empreendedor Individual pode fazer com que essas pessoas prosperem em suas atividades empresariais. O acesso ao mercado e as novas possibilidades, conduzidas em uma gestão adequada, e com a definição da missão e objetivos da empresa, pode fazer com que esse empreendedor prospere tornando-se um proprietário de Micro Empresa.

A Lei Geral prevê ainda benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos usuais nos pequenos negócios, como a simplificação e desburocratização, as facilidades no acesso ao mercado, ao crédito e a justiça, o estímulo à inovação e à exportação.

Quanto a simplificação a Lei instituiu o regime especial e unificado de arrecadação de tributos e contribuições, o Simples Nacional. O Regime é administrado pelo Comitê Gestor (CGSN) composto por representantes da Secretaria da Receita Federal, Estados e do Distrito Federal, e dos Municípios. O Simples Nacional abrange os tributos: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social Patronal (LEI GERAL, 2013).

A desburocratização ocorre através da facilitação nos procedimentos de inscrição, alteração e baixa de empresas. No caso do Micro Empreendedor Individual o procedimento pode ser realizado através do Portal do Empreendedor, sem custos.

O acesso a mercado é possível através

das compras da administração pública. Entre os benefícios previstos está a possibilidade de apresentar documentos comprobatórios de regularidade fiscal apenas no ato da contratação, tendo prazo para sanar restrições existentes. A possibilidade de empate ficto quando a Microempresa poderá ser convidada a apresentar nova proposta inferior a apresentada por uma empresa de grande porte, após análise da margem de preferência. Outros aspectos podem estar contemplados já no edital de licitação, como o certame exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em até 80 mil reais, ou a obrigação de subcontratação ou contratação em cotas de um pequeno empreendimento pela grande empresa vencedora da licitação (LEI GERAL, 2013).

A Lei Geral facilita ainda a obtenção de empréstimos e reduz os custos de financiamentos para as microempresas e empresas de pequeno porte; Prevê a realização de incentivos para investimentos em tecnologia com a alocação de um mínimo de 20% dos recursos federais, estaduais e municipais aplicados em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica por parte de instituições públicas de fomento à tecnologia; Estimula a utilização, pelas micro e pequenas empresas, de formas alternativas para o tratamento de seus conflitos, como os institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem; E estabelece que a fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança das microempresas e das empresas de pequeno porte deve ter natureza orientadora, exceto nos casos em que a atividade da empresa fiscalizada for considerada como de alto risco (LEI GERAL, 2013).

O SEBRAE Nacional, em um esforço para que todos os benefícios previsto na Lei Geral chegassem aos pequenos empreendimentos instalados nos municípios, desenvolveu o Indicador de Implementação da Lei Geral, onde através de um questionário de 58 perguntas que devem ser acompanhadas de evidências práticas, mensura a aplicação da Lei nos municípios considerando os quesitos Uso do Poder de Compras (Acesso a Mercados), Micro Empreendedor Individual, Desburocratização, e Agente de Desenvolvimento. Estes quatro pilares foram

considerados durante o desenvolvimento do indicador como sendo fundamentais para garantir o apoio aos pequenos negócios locais.

O Agente de Desenvolvimento também está incluído na Lei Geral, sua atuação e perfil estão descritos na Lei Complementar 128/2008, artigo 85, por isso é um dos fatores considerados para implementação da Lei. Todos os itens inclusos na Lei podem ser base para o trabalho do agente. Nota-se o quão abrangente e multidisciplinar deve ser o perfil do agente de desenvolvimento, este é o tema do próximo capítulo.

O Agente de Desenvolvimento: Perfil e Atuação

O Agente de Desenvolvimento deve assumir o papel de responsável pela implementação das ações integradas ao processo de desenvolvimento do seu município. Sua articulação com o Poder Público, os líderes empresariais e da sociedade devem formar um arranjo articulado e operado pelo Agente de Desenvolvimento em prol dos municípios.

Quando o assunto é governança, o Agente é capaz de ampliar a capacidade de mobilização e influência sobre os recursos e instrumentos da gestão pública. De forma eficaz, esse ator poderá estender a diversos elos envolvidos no desenvolvimento do município a participação no planejamento que passa a ser construído de forma conjunta e abrangente as diversas representações da sociedade.

A dinâmica de mudanças presente na sociedade atual, com o maior fluxo de informações, competitividade acirrada, aumento dos recursos de capital, bens, serviços, expondo todas as localidades a este novo contexto e condições econômicas. O fenômeno da globalização que envolve aspectos sociais, culturais, políticos e pessoais, recolocou, de maneira dramática, as relações entre sociedade e Estado, e eleva o número de interações entre os diversos entes locais e mundiais, desperta a discussão sobre os novos meios e padrões de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, deixando clara a importância da governança em todos os níveis. Este contexto abre espaço para atuação de protagonistas regionais, que

mobilizem os esforços, e reúnam interesses em prol do desenvolvimento municipal, esta é uma das vertentes de atuação do Agente (CNM/SEBRAE, 2011).

O perfil do Agente de Desenvolvimento é de um profissional com capacidade de planejamento, execução e articulação de políticas voltadas a implementação da Lei Geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e voltadas ao benefício local. O Agente tem capacidade de negociação, equilibrando os diversos interesses atuantes no município e região. Outras habilidades que o Agente deve possuir incluem: solução de conflitos, planejamento estratégico, técnicas para moderação de grupos, elaboração e gestão de projetos, e captação de recursos (CNM/SEBRAE, 2011).

Ainda assim, o perfil e a atuação do Agente devem ser flexíveis a realidade e condições apresentadas no Município. Uma das principais fontes de inspiração ao trabalho do Agente é a Rede formada pelos agentes atuantes regionalmente, estadualmente e nacionalmente, que trocam experiências das ações que realizam em seus municípios e podem ser replicadas em outras localidades alcançando a resolução de problemas comuns.

É através da Rede e da flexibilidade apresentada nos municípios que o Agente empodera-se das atividades a serem executadas nos municípios, estruturadas em plano de ação, e aplica esforços, conhecimento e poder de articulação para Implementar a Lei Geral e utilizá-la como instrumento de desenvolvimento.

Os Agentes de Desenvolvimento no Estado de Mato Grosso do Sul

No Estado de Mato Grosso do Sul são 57 agentes nomeados pelas prefeituras municipais exercendo suas atividades em prol da Implementação da Lei Geral. O emprego desses agentes reflete o resultado exitoso de 26 municípios com a Lei Geral considerada como Implementada no Estado.

Em 45% dos municípios do Estado que possuem Agente a Lei Geral pode ser considerada implantada em seus requisitos básicos, este dado apresenta a importância do trabalho do Agente. Nesta análise vale ressaltar que muitos destes agentes estaduais assumiram o cargo este ano devido ao pleito eleitoral

de 2012 que conduziu mudanças no cenário político em todo o Estado, fator que acaba influenciando o planejamento dos Agentes.

Outro fato importante é que conforme mencionado anteriormente o Indicador de Implementação da Lei Geral passa a ser mensurado apenas no ano de 2012, os municípios que conseguiram atingir a nota básica para serem considerados com a Lei Implementada Inocência e Sonora, possuíam agentes desde 2011, ou seja, atuantes pelo desenvolvimento municipal em um período de um ano.

Em análise as notas dos municípios que possuem a Lei Implementada nota-se correlação positiva entre o critério Agente de Desenvolvimento e todos os outros critérios. Sendo que a relação entre o critério Agente de Desenvolvimento e Desburocratização é de 40%, onde a existência de um Agente nomeado parece exercer forte influência sobre o processo de Desburocratização no procedimento de abertura de empresas no Estado.

No Estado de Mato Grosso do Sul, desde 2011, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios Fundamentado na Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – o PROLOCAL atende a 21 municípios e solicita como contrapartida, entre os critérios presentes desde o edital de seleção do projeto, a existência de um Agente de Desenvolvimento. Entre os 26 municípios com Lei Geral Implementada hoje no Estado, 17 são atendidos pelo PROLOCAL.

Outros 16 municípios com Lei Implementada estão em áreas contempladas pelo programa estadual Territórios da Cidadania, onde nas diretrizes dos projetos consta o estímulo a indicação de um Agente de Desenvolvimento. Os Territórios da Cidadania atuam no Estado desde o final do ano de 2011.

Os dados deixam claro a importância do Agente de Desenvolvimento para Implementação da Lei Geral no Estado de Mato Grosso do Sul. Não apenas por ser um dos critérios do indicador, mas pelo empenho individual destes para implantar a Lei e garantir os benefícios aos pequenos negócios instalados em seus municípios.

Vale citar que a Lei é apenas um dos instrumentos para promoção do desenvolvimento, e que os agentes envolvidos em rede e capacitados envolvem-se em diversas frentes. O investimento realizado para promoção do

conhecimento da rede de Agentes é o legado que pode ser deixado aos municípios. São esses agentes os protagonistas locais de políticas e planos encaminhados regional e nacionalmente.

Conclusão

Através da Rede de Agentes de Desenvolvimento é possível fazer fluir conhecimento e discussão até as mais distantes localidades. O caso da implementação da Lei Geral certamente alcançará resultados superiores a partir do estabelecimento dos Agentes em seus cargos. Essa possibilidade de atuação replicada pode garantir a integração necessária às diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul e do país. A governança estimulada por estes agentes que são os protagonistas pode ser multiplicada em diversos outros setores, replicando o modelo e possibilitando benefícios a outros setores além dos pequenos negócios municipais.

Os Agentes envolvem-se localmente em diversos outros temas, e a rede de Agentes pode ser aproveitada nos municípios para promover a interação regional e local. Garantir capacitação a rede, e fomentar as discussões e encontros entre eles são formas de alimentar o trabalho realizado por esses protagonistas locais. A herança que os agentes constroem através da articulação e mobilização de esforços locais, regionais e estaduais pode apoiar o processo de desenvolvimento sustentável, em um ciclo de debates para que os recursos aplicados nos municípios possam ser eficientes e condizentes com os objetivos propostos.

A atuação em outras áreas além da Implementação da Lei Geral fica como sugestão a trabalhos futuros, que possam tentar dimensionar a prática do trabalho como Agente e suas alternativas para promoção do desenvolvimento sustentável.

Referências

BRASIL. *Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as

Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 01 out. 2013.

BRASIL. *Lei Complementar 128 de 19 de dezembro de 2008*. Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2008/leicp128.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. *Lei Complementar 139*, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>

Legislacao/LeisComplementares/2011/leicp139.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM); SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Manual de Desenvolvimento dos Municípios*. Brasília, 2011, p. 67-78.

GONÇALVES, Alcindo. *O Conceito de Governança*. Disponível em: <<http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2013.

OBSERVATÓRIO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Lei Geral*. Disponível em: <<http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp?lumPageId=FF8081812658D379012665B59AB31CE5>>. Acesso em: 01 out. 2013.

Desenvolvimento territorial sustentável: desafios sem fronteiras

Sustainable territorial development: challenges without borders

Développement territorial durable: enjeux sans frontières

Desarrollo territorial sostenible: retos sin fronteras

Vinicius Nobre Lages*
(vinicius.lages@sebrae.com.br)

Recebido em 1^o/06/2013; revisado e aprovado em 20/08/2013; aceito em 04/10/2013

Resumo: Este trabalho foi adaptado a partir da apresentação do tema “Desenvolvimento territorial sustentável: desafios sem fronteiras”, na ocasião do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, ocorrido em agosto de 2013, na Fundação Universidade Dom Bosco de Campo Grande, MS. De caráter opinativo, este texto procura apresentar a missão institucional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), destacando de que forma tal missão se orienta na direção de contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável, bem como busca solucionar os desafios inerentes ao processo de desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável. SEBRAE. Pequenos negócios.

Abstract: This work was adapted from the presentation of the theme “Sustainable territorial development: challenges without borders” on the occasion of the International Seminar on Sustainable Territorial Development, held in August 2013, at the Fundação Universidade Dom Bosco, Campo Grande, MS. Opinionated character, this text seeks to present the institutional mission of the Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises (SEBRAE), highlighting how such a mission is geared towards contributing to sustainable territorial development, as well as seeking to solve the challenges inherent in the process of national development.

Key words: Sustainable territorial development. SEBRAE. Small business.

Resumé: Ce document a été adapté à partir de la présentation du thème “Développement territorial durable: enjeux sans frontières” à l’occasion du Séminaire international sur le développement territorial durable, qui s’est tenue en Août 2013 à la Fundação Universidade Dom Bosco, Campo Grande, MS. Caractère opiniâtre, ce texte cherche à présenter la mission institutionnelle du Service brésilien d’appui aux micro et petites entreprises (SEBRAE), soulignant combien une telle mission est axée sur la contribution au développement territorial durable, ainsi que chercher à résoudre les défis inhérents au processus de développement national.

Mots-clés: le développement territorial durable. SEBRAE. Petite entreprise.

Resumen: Este trabajo es una adaptación de la presentación del tema “Desarrollo territorial sostenible: retos sin fronteras”, en ocasión del Seminario Internacional sobre Desarrollo Territorial Sostenible, celebrado en agosto de 2013. De carácter opinativo, este texto busca presentar la misión institucional del Servicio Brasileño de Apoyo a las Micro y Pequeñas Empresas (SEBRAE), destacando como esa misión se orienta a contribuir para un desarrollo territorial sostenible, así como tratar de resolver los retos inherentes en el proceso de desarrollo nacional.

Palabras clave: desarrollo territorial sostenible. SEBRAE. Pequeñas empresas.

Introdução

Este texto circunscreve o tema “Desenvolvimento territorial sustentável: desafios sem fronteiras” apresentado no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, ocorrido em agosto de 2013. Vale ressaltar que o presente trabalho expressa as opiniões pessoais do autor.

Tratamos de elaborar, de forma abreviada, o entendimento e a prática do Sistema Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em torno do tema. Reconhecemos, desde logo, tratar-se de desafio de dupla dimensão. Por um lado, refletir sobre a polissemia envolvendo esse trinô-

mio que intitula o Seminário Internacional: desenvolvimento territorial sustentável. Por outro, articular os dois últimos conceitos que adjetivam o tipo de desenvolvimento que se pretende alcançar, ou ao menos, que serve de referencial ao Programa Erasmus Mundus. Tanto desenvolvimento quanto os qualificativos territorial e sustentável são objetos de ampla produção científica, cuja elucidação é apenas tangenciada pela abordagem presente no texto.

Nosso objetivo será, portanto, apresentar a pertinência do tema mencionado com a missão institucional do Sebrae, destacando de que forma a missão desempenhada por essa instituição se orienta na direção de

* Sebrae Nacional, Brasília, DF, Brasil.

contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável.

Ao fazer essa contextualização, pretendemos tanto apresentar a progressiva aproximação com a dimensão territorial do desenvolvimento, indicando as duas abordagens predominantemente territoriais que a instituição desenvolve. Concluímos com os principais desafios enfrentados por uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, que considera o fim dos limites fronteiriços nacionais em seus nexos globais tanto materiais quanto imateriais.

1 Desafios do desenvolvimento

O Sebrae completou recentemente 40 anos de existência, tendo por missão o apoio ao desenvolvimento competitivo e sustentável dos pequenos negócios e fomento ao empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional. Exerce, nesse sentido, um duplo papel, tanto fortalecendo e desenvolvendo as capacidades produtivas dos pequenos negócios em busca de maior competitividade e sustentabilidade, quanto de agência de desenvolvimento, atuando sobre o ambiente de negócios e sobre os fatores externos que afetam a competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios. Oferece cursos, consultorias, orientação empresarial, e por outro, articula parcerias, e também promove uma agenda de políticas públicas e age para que os pequenos negócios recebam um tratamento diferenciado, conforme determina a Constituição Federal de 1988.

Em um país de dimensões continentais ainda fortemente marcado por desigualdades e elevados índices de pobreza e miséria, uma instituição como o Sebrae se constitui como agente relevante para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento, sobretudo porque as micro e pequenas empresas compõem a maioria dos negócios existentes.

Há muito se reconhece a importância do papel dos pequenos negócios na economia nacional, tendo a Carta Magna de 1988 e sucessivos instrumentos legais assegurando um tratamento diferenciado a esse segmento.

Em toda América Latina e Caribe, os pequenos negócios compõem cerca de 60 milhões de empreendimentos que, apesar de sua importância econômica e social, ainda não

foram devidamente integrados ao miolo da economia (*mainstream economics*). No entanto, em quase todo o continente existem políticas públicas focadas neste segmento, bem como instituições dedicadas ao seu apoio e desenvolvimento. Este é o caso do Brasil, que além de contar com o Sebrae, acaba de criar uma Secretaria Especial com status de Ministério, para apoio ao segmento. Esse tratamento diferenciado deriva da vontade política de se estabelecer ações visando a facilitação de acesso dos pequenos negócios a serviços empresariais e a políticas públicas que facilitem a melhoria de sua competitividade.

O tecido econômico nacional, majoritariamente composto por pequenos negócios, tem neste segmento um vetor importante de enfrentamento de problemas estruturais como pobreza, desigualdades, desemprego, baixa capacidade de inovação, desqualificação profissional e despreparo para abrir negócios.

O desenvolvimento dos pequenos negócios é cada vez mais parte da estratégia do país em sua transição para uma sociedade mais justa, próspera e inovadora. Sem um aumento significativo de produtividade deste segmento, a competitividade sistêmica da economia brasileira permanecerá limitada. Faz parte, portanto, da mesma equação de desigualdades sociais e regionais, o quadro de heterogeneidade dos padrões competitivos entre pequenos, médios e grandes empreendimentos. E essas dimensões se afetam mutuamente no que tange a capacidade de produzir bens e serviços, no que tange a capacidade de realização do potencial de desenvolvimento humano e econômico das distintas regiões do país e suas populações.

A dinâmica empreendedora da sociedade brasileira e o surgimento de pequenos negócios têm se constituído, na última década, em responsáveis pela maior parte da geração de postos de trabalho, sobretudo com carteira assinada. Os pequenos negócios formam quase a totalidade das empresas existentes no país (99%) e estão espalhados em todo o território nacional, compondo a base do tecido econômico da maioria dos municípios brasileiros.

As diferenças de produtividade entre pequenos, médios e grandes negócios no Brasil é bastante acentuada, exigindo uma atenção especial do poder público e de insti-

tuições como o Sebrae, que tem missão dedicada a esse segmento. Para reforçar o apoio aos pequenos negócios, o governo brasileiro criou recentemente uma secretaria especial de apoio às micro e pequenas empresas, com status de ministério.

Desenvolver significa eliminar entraves, dar e ampliar acesso, reduzir desigualdades, alcançar um estado de bem-estar, de felicidade e mesmo de condições materiais adequadas. Amartya Sen (1999), economista indiano, Prêmio Nobel de Economia de 1998, definia desenvolvimento enquanto expansão das liberdades, liberdade enquanto condição para o pleno desenvolvimento do potencial humano. A expansão da liberdade, segundo Amartya Sen, é o fim prioritário e, ao mesmo tempo, o meio principal do desenvolvimento. Desenvolvimento entendido como a remoção de um conjunto de restrições limitantes ao desenvolvimento humano, que reduzem ou impedem suas escolhas ou embotam seu potencial de desenvolvimento pleno. Liberdade, portanto, entendida em seu sentido ampliado, tanto política, social, quanto econômica.

Reconhecemos que os desafios do desenvolvimento, em especial a superação da pobreza, desigualdade e miséria, são desafios em que nem o Estado nem o mercado sozinhos resolvem. As falhas de ambos são amplamente registradas na vasta literatura e debate sobre o desenvolvimento desde o século XX. Somente com a universalização de acessos a direitos fundamentais e a serviços para uma inserção produtiva no mercado é que lograremos êxito em enfrentar os obstáculos que impedem os pequenos negócios e milhões de empreendedores potenciais de se desenvolverem.

Em um país com a grandeza territorial do Brasil, ainda marcado por significativas diferenças na capacidade de produzir conhecimento, renda, bens e serviços e mesmo de proporcionar condições dignas de vida a seus cidadãos, há muito tornou-se evidente que não poderíamos deixar a soluções desses problemas entregue ao acaso. Mesmo as condições mais precárias de vida, refletidas nos índices de pobreza urbana e rural, não foram obras do acaso, uma vez que refletem decisões de grupos hegemônicos de poder historicamente constituídos, que assim planejaram o abandono ou a marginalização de milhões

de brasileiros. Neste contexto, Sachs (2012) ressalta que o desenvolvimento sustentável demanda essa visão de longo prazo, e que primeiramente deve entender a desigualdade abissal relacionada à qualidade de vida em cada nação.

Pensar o desenvolvimento nacional requer pensar nas escalas dos problemas enfrentados, em suas articulações com o território onde se inserem estes desafios, e em como se articulam com outras escalas do desenvolvimento nacional (micro, meso e macro).

Pensar o desenvolvimento territorial sustentável, na perspectiva dos pequenos negócios, passa, portanto, por pensar por além do público-alvo do Sistema Sebrae, os pequenos negócios atendidos e potenciais clientes. Implica, por outro lado, em entender como os pequenos negócios, foco primordial de nossa missão, inserirem-se nas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios onde estão localizados, individualmente ou em distintas formas de associação.

2 A dimensão local ou territorial do desenvolvimento dos pequenos negócios

Pensar territorialmente significa pensar contextualmente. Pensar por além das empresas que apoiamos. O território emerge, por um lado, como unidade orientadora dos esforços coordenados, e por outro, em dimensão viva, dinâmica, a ser considerada numa estratégia de desenvolvimento.

Há tempos superamos a ilusão de que nossa missão se esgotaria na oferta de serviços aos pequenos negócios, atuando unicamente sobre as firmas, sobre as empresas, sem considerar os fatores externos da competitividade. Sem agir sobre as chamadas externalidades, os fatores estruturais ou sistêmicos da competitividade.

Pela mesma razão, entendemos que o tema da sustentabilidade deve ser tratado a partir de uma perspectiva ampliada, territorial, tal como proposto no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, promovido pela Fundação Universidade Dom Bosco.

De forma mais explícita e construída através de distintas abordagens, há mais de uma década a dimensão territorial do desenvolvimento produtivo passou a ser uma

dimensão chave das ações de apoio ao desenvolvimento de pequenos negócios.

Desenvolvimento local, desenvolvimento local integrado, arranjos produtivos locais, cadeias produtivas e suas dimensões territoriais, desafios da sustentabilidade sobre os territórios onde atuamos, localização de grandes investimentos, localização de elos dos encadeamentos produtivos onde se inserem os pequenos negócios que apoiamos, entre outros, são conceitos, princípios e ações que o Sebrae toma por base.

Com efeito, o Sistema Sebrae, a partir do entendimento da atuação das micro e pequenas empresas em dados territórios, busca compreender quais são os nexos desses territórios com o mundo, a saber:

- nexos materiais – insumos, produtos primários, elos das cadeias de valor, logística, infraestrutura e pessoas/migrações;
- nexos simbólicos – imagem, reputação, marcas, ícones, conhecimento, história, entre outros.

Um dos desafios do Sistema Sebrae reside no questionamento do que seria ampliar esses nexos, as conexões sustentáveis, como atrair mais pessoas, instituições e empresas, para gerar, por sua vez, uma grande rede de conhecimento e cooperação.

A competitividade de nossas empresas está intimamente ligada ao que fazemos com o território ou no território onde elas existem, onde existimos. Essa relação de interdependência, antes de ser um desafio, antes de ser uma barreira, pelas restrições de uso que podem impor, é uma grande oportunidade que pode efetivamente reposicionar o Brasil e seus territórios no contexto internacional. Quanto mais cedo tenhamos consciência disso, quanto mais cedo agirmos para integrar nossas ações de competitividade e de sustentabilidade dos territórios, mais cedo colheremos os frutos desse outro desenvolvimento que é possível.

Se antes a noção de território associava-se unicamente à ideia de poder, soberania, proteção, fronteiras herméticas, limites, independência, hoje representa fronteiras fluidas, porosas, conexões, nexos, inovação aberta, aprendizagens, colaboração, interdependência, cooperação, integração.

Quanto menor e mais isolada for uma empresa ou um dado território, mais será necessário criar conexões e contar com agen-

tes facilitadores dessas mesmas conexões. É neste contexto que atuamos nas frentes de cooperação internacional.

Vale destacar que os territórios passaram pouco a pouco a assumir uma dimensão por além do simples lócus da produção, do sustentáculo físico, como também um conjunto de informações relevantes e estratégicas para se pensar o desenvolvimento dos pequenos negócios.

As externalidades, as especificidades presentes, positivas e negativas, nos permitiu entender que a dimensão da pequena escala dos pequenos negócios isoladamente poderia ser repensada a partir das aglomerações produtivas, dos arranjos, dos grupos de empresas, das redes de fornecedores, das associações de produtores, de um conjunto de empresas participando de um dado encadeamento produtivo. Outra escala para os pequenos negócios é possível a partir dessas ações integradas entre eles.

A partir de uma análise territorial foi possível ampliar também o entendimento sobre logística integrada, reconhecer os ativos intangíveis do patrimônio imaterial que nos permitiram construir marcas territoriais, indicações geográficas. Já não falamos mais de café do Brasil, mas de cafés do Brasil e mesmo no estado de Minas Gerais, responsável por 52% da produção nacional, já reconhecemos essa diversidade de variedades que expressam distintos sabores e aromas, agregando valor ao produto dos pequenos negócios como forma de enfrentar as *commodities*.

A incorporação da dimensão territorial do desenvolvimento permite definir estratégias de rastreabilidade para atender a demandas de um mercado e de consumidores cada vez mais exigentes sobre informações de como são produzidos bens e serviços oriundos de um dado território. Na era do tempo real da internet e das redes sociais, da geolocalização, dos aplicativos on line, já não é mais possível produzir de forma insustentável sem que rapidamente se saiba através das redes sociais. Reputações são construídas e destruídas de forma muito veloz, tornando cada vez mais os nexos materiais e imateriais entre os produtores e seu território, um continuum que os franceses chamam de “território-empresa”.

Nos territórios podemos entender e contribuir para acelerar processos de inovação a

partir de aprendizagens e propostas de valor compartilhadas, em especial nos arranjos produtivos e grupos de empresas inseridas em projetos comuns. Aprender a inovar juntos, aprender a inovar com outros territórios, onde quer que estejam, são desafios de um processo de desenvolvimento sem fronteiras.

Por ser a célula básica das ações políticas, foi também nos territórios que descobrimos a importância da governança, dos processos de coordenação entre atores públicos e privados e entre eles mesmos. Trabalhamos o chamado capital social, as relações de cooperação e “coopetição” entre agentes produtivos e partes interessadas de um dado projeto (*stakeholders*).

Sobre a sustentabilidade, ainda que reconheçamos todas as dimensões como relevantes (sobretudo a dimensão social, econômica e ambiental), fizemos uma escolha mais pragmática em um primeiro momento, optando pela eficiência energética e a redução de resíduos como elementos mais próximos da gestão ambiental pelos pequenos negócios.

No entanto, sabemos que muito mais está em jogo, em especial a gestão dos recursos hídricos, que será cada vez mais um fator chave da competitividade. A gestão das bacias hidrográficas é hoje um desafio fundamental no desenvolvimento econômico de países africanos, da Índia, da Austrália. Quanto mais testemunhamos câmbios climáticos importantes, mais este tema sobe na lista de prioridades.

O desenvolvimento dos pequenos negócios tem evidentemente tudo a ver com desenvolvimento territorial sustentável, na medida em que fatores chave da competitividade estão por vezes muito mais relacionados à externalidades, a fatores do ambiente de negócios, do entorno, do que a fatores internos aos pequenos negócios. Se para as grandes empresas, para o agronegócio, que no Brasil já assumem hoje posição de liderança global, a competitividade está hoje severamente limitada pelos fatos externos, como a logística, como não arguir que os pequenos também dependem cada vez mais desses fatores.

O Sistema Sebrae trabalha basicamente com duas abordagens territoriais predominantes:

- Uma vinculada aos territórios de menor densidade empresarial, de menor índice

de desenvolvimento humano, e sobre estes territórios desenvolvemos um conjunto de projetos voltados ao aproveitamento dos investimentos, ao despertar da vocação empresarial e empreendedora e da inclusão produtiva;

- Outra voltada para territórios de maior densidade empresarial, onde se concentram os investimentos, a maioria das empresas e grandes oportunidades de negócios, das cadeias de valor global. Nestes territórios apoiamos grupos de empresas, arranjos produtivos e encadeamentos empresariais entre pequenas, médias e grandes empresas. É aí que temos uma abordagem mais setorial, e mesmo com foco em certos segmentos de alguns setores. Focamos também nos territórios onde ocorrem os grandes investimentos em infraestrutura e nas oportunidades derivadas dos grandes eventos (Copa do Mundo de Futebol da FIFA/2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão/2016, entre outros).

Essas duas abordagens, no entanto, estão sendo objeto de constante aprimoramento e fertilização cruzada. Ou seja, as abordagens setoriais e territoriais tendem a abordar desafios que consideram tanto as dimensões específicas de certos territórios, como também as dimensões setoriais. Por outro lado, o desenvolvimento territorial amplia-se pouco a pouco na direção de outras tipologias de territórios, incluindo desafios específicos de biomas, da faixa de fronteira e de territórios com desafios específicos, tais como os municípios de áreas de influências de grandes investimentos (em mineração e em infraestrutura, por exemplo), que tanto impactam quanto alteram substancialmente as variáveis do desenvolvimento local e abrem enormes oportunidades para os pequenos negócios. E em todos esses territórios, os limites de uma estratégia de desenvolvimento não se encerram numa linha abstrata da geografia clássica dos espaços de um dado projeto. O desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento territorial sustentável, deve ser pensado como sendo um processo sem fronteiras, que requer atenção aos distintos nexos já mencionados, nas escalas local, estadual, regional, nacional e global.

Considerações finais

Considerando o que foi exposto, podemos afirmar que o Sistema Sebrae, ao estabelecer estratégias de abordagens de atendimento empresarial, está construindo um mosaico dos territórios brasileiros onde estão presentes os pequenos negócios e onde as oportunidades para seu desenvolvimento se apresentam. Além disso, está apoiando a inclusão produtiva de milhões de brasileiros através do apoio aos empreendedorismo e aos pequenos negócios em regiões menos integradas ao desenvolvimento nacional.

Em um país com a grandeza territorial do Brasil esse esforço de integração das diferentes escalas da estratégias de desenvolvimento deve ser um pressuposto permanente das estratégias de desenvolvimento nacional.

Ainda que nossa missão seja a de apoiar os pequenos negócios brasileiros, reconhecemos que não devemos ignorar as dimensões internacionais do processo de desenvolvimento, bem como a importância de ampliar nossos nexos internacionais através de acordos de cooperação. Tanto a cooperação recebida quanto prestada devem ser instrumentos orgânicos de uma estratégia que amplia as oportunidades de aprendizagem de apoio aos pequenos negócios.

O Brasil é um país de dimensões continentais que faz fronteira diretamente com dez países.

Consideramos o entendimento de que não podemos apenas nos restringir ao território nacional como uma das recentes inovações institucionais do Sistema Sebrae. Isto é ainda

mais evidente no contexto fronteiriço ou em territórios com fortes nexos com processos de internacionalização. Na medida em que entendemos o desenvolvimento dos pequenos negócios em cadeias de valor, percebemos que as oportunidades de negócios ultrapassam os limites estritos do mandato que temos para atuar no território nacional, estendendo essa atuação para onde as cadeias de valor envolvem pequenos negócios brasileiros.

É natural, portanto, que o desenvolvimento territorial sustentável, ao menos na faixa de fronteira com os 11 estados brasileiros, que esses limites sejam mais fluídos e sigam os processos reais da economia, como exemplificado no Projeto Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras, também apresentado neste número especial desta revista.

São, portanto, esses desafios e oportunidades que nos movem a construir estratégias de cooperação internacional com objetivos de gerar fluxos de conhecimento e aprendizagens com instituições congêneres e afins em outros países, mas, sobretudo, construir pontes, estreitar relações com vistas ao fortalecimento das relações empresariais com nossos clientes.

Referências

SACHS, Ignacy. De volta à mão invisível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados* [on line], São Paulo, v. 26, p. 5-20, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010340142012000100002&lng=en&nri&tlng=pt>. Acesso em: 09 set. 2013.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. Oxford University Press, Oxford, 1999.

Políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial em ambiente de fronteira – reflexões e aprendizados¹

Politics and instruments for territorial development in frontier ambient – reflections and learning

Políticas e instrumentos de desarrollo territorial en ambiente de frontera – reflexiones y aprendizajes

Policies et instruments du development territorial en enviroment du frontier – reflexion et apprentissage

Maristela de Oliveira França**

(maristela.franca@ms.sebrae.com.br)

Rodrigo Maia Marcelo Pirani**

(rodrigo.maia@ms.sebrae.com.br)

Recebido em 02/06/2013; revisado e aprovado em 19/08/2013; aceito em 06/10/2013

Resumo: Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre o desenvolvimento territorial em ambiente de fronteira, buscando a aproximação da prática dos autores com algumas teorias que fundamentam o tema. A relação entre as políticas de desenvolvimento de territórios fronteiriços, ainda, mostra-se configuradas por uma tentativa de fato, tácito, e altamente necessária quanto às suas finalidades. O desafio é fazer com que o setor público e privado atuem de forma sistêmica para propor as políticas e instrumentos que convergem em ações afirmativas, ou seja, uma visão de futuro compartilhada capaz de orquestrar estratégias sólidas voltadas a desenvolver as relações e promover os diálogos produtivos transfronteiriços

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Inovação. Fronteira.

Abstract: This work presents some reflections about territorial development in frontier ambient, trying to approximate the practice of the actors with the theories that support the theme. The relation between the frontier territories development politics, still, show themselves as highly necessary need, because of its objectives. The challenge is to make the public and private sector acting a systemic way to propose politics and instruments that converge to a affirmative action, which means, a shared vision of future capable of orchestrate solid strategies focused on developing the relations and promoting the transfrontiers productive dialogs.

Key words: Territorial development, Innovation, frontier

Resumen: Este trabajo presenta algunas reflexiones sobre el desarrollo territorial en ambiente de frontera, buscando la aproximación de la practica de los autores con algunas teorías que fundamentan el tema. La relación entre las políticas de desarrollo de territorios transfronterizos, aun, se muestra configuradas por una tentativa de facto, tácito, y altamente necesaria cuanto a las finalidades. El desafío es hacer con que lo sector privado y público actúen de forma sistémica para proponer políticas e instrumentos que converjan en acciones afirmativas, o sea, una visión de futuro compartida capaz de orquestrar estrategias solidas volteadas a desarrollar las relaciones y promover los diálogos productivos transfronterizos.

Palabras clave: Desarrollo territorial, innovación, frontera.

Résumé: Cet article présente quelques réflexions sur le développement territorial dans l'environnement de la frontière, cherchant l'approximation de la pratique des auteurs avec les théories qui soutendent le sujet. La relation entre l'élaboration des politiques dans les zones frontalières apparaît également configuré par une tentative réellement pratique et hautement nécessaire à leurs fins. Le défi est faire le secteur public et privé actuer du manière systémique pour proposer des politiques et des instruments qui convergente en l'action positive, sa signifie une vision partagée de l'avenir capable d'orchestrer des stratégies solides visant à développer des relations et de promouvoir les dialogues productifs trans-frontier

Mots-clés: le développement territorial. Inovação. Frontière.

* As opiniões contidas neste artigo apresentam o ponto de vista dos autores e não necessariamente a posição institucional do SEBRAE, mesmo que a experiência relatada tenha sido praticada no exercício da função.

** Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS), Campo Grande, MS, Brasil.

*** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS), Campo Grande, MS, Brasil.

Introdução

Este trabalho aborda experiências de políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial para compartilhá-las com os leitores interessados em conhecer a estruturação de uma política de ação afirmativa entre o setor público e privado em ambiente de fronteira, especialmente, para as cidades gêmeas de Pedro Juan Caballero no Paraguai e Ponta Porã em Mato Grosso do Sul no Brasil, como também Puerto Suarez e Puerto Quijarro na Bolívia e Corumbá e Ladário em Mato Grosso do Sul no Brasil no âmbito do Projeto Integração Competitiva de Micro e Pequenas Empresas em Ambiente de Fronteira do Brasil, Paraguai e Bolívia (Projeto Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras), iniciativa do SEBRAE e do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que iniciou em 2007 um processo de diálogo transfronteiriço para disseminar conhecimentos empresariais dirigidos a fortalecer as micro e pequenas empresas, aproveitando sua condição no ambiente de fronteira como oportunidade de expansão das relações produtivas.

Na segunda parte, é apresentado um panorama da dinâmica da América Latina, revelando, que as potencialidades são bem maiores do que as fraquezas desse rico continente. Essa reflexão partiu do princípio de que é necessário olhar o todo para enxergar as partes. Logo, para expor a opinião se a América Latina apresenta uma dinâmica favorável para o desenvolvimento, foi observada a cultura de países como Chile, Uruguai, Peru, Colômbia, Argentina, além, do Paraguai e da Bolívia, para relatar os pareceres e a certeza de que a visão de futuro exposta neste trabalho tem muitos seguidores que marcham rumo ao enfrentamento dos desafios apresentados ao continente.

Na terceira parte, foi levantado uma questão relevante e, que ainda persiste: como e quem deve orquestrar as ações para o desenvolvimento? É sabido que as políticas de integração produtiva geram externalidades positivas que impactam todas as dimensões do desenvolvimento, sobremaneira, do capital humano, natural, econômico e social, ou seja, tudo que tem relação de interdependência. Nesse contexto, tornou-se premente ma-

pear as principais políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial e observar sobre a contribuição de cada uma na transformação da realidade do ambiente de fronteira.

Diante dessa questão, foi adotada uma ótica diferente para enfrentar os desafios da integração de iniciativas. Logo, a reflexão recaiu sobre como alinhar as incalculáveis políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial, para olhar os problemas do território no todo e propor soluções em partes, pois não se pode esquecer da linha imaginária das fronteiras, que, ao mesmo tempo que separa geograficamente os países, também consegue uní-los, mantendo sua vocação e identidade local.

Em síntese, na terceira parte apresentamos as políticas e instrumentos que nortearam o foco estratégico do Projeto Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras, e também, algumas particularidades que observamos acerca das iniciativas que contribuem com o processo de desenvolvimento territorial em ambiente de fronteira. A reflexão trata de que as iniciativas são projetos, ou seja, um conjunto de ações integradas com início, meio e fim, e que até dispõem de potencial para assegurar que o princípio da continuidade tenha sua interpretação e aplicação, cabendo à governança local a responsabilidade pela sustentabilidade dessas iniciativas.

A quarta e última parte refere-se à reflexão de qual a relevância e exemplos de ações afirmativas do setor público e privado na direção do desenvolvimento territorial. O Projeto Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras: Integração Competitiva de Micro e Pequenas Empresas em Ambiente de Fronteira do Brasil, Paraguai e Bolívia (Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras), uma iniciativa do SEBRAE e do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que começou a promover um processo de estudo e reflexão sobre as singularidades empresariais das fronteiras do estado de Mato Grosso do Sul no Brasil com as do Paraguai e da Bolívia, envolvendo a integração do conhecimento no setor empresarial e da articulação com as instâncias de governança de cada território com vistas a construção de uma visão de futuro compartilhada.

É necessário que, em algum momento, todas as instituições locais sejam conscientes

de seus valores, competências, princípios e missão, sobretudo, reconhecer sua origem latina. A partir deste momento as instituições saberão escolher o momento adequado para expor suas ações afirmativas em prol do desenvolvimento territorial na faixa fronteira, ressaltando o aprendizado e, especialmente, o que poderá compartilhar.

1 Aspectos do território latino americano em evolução

Foi observado que os países latino americanos, até pouco tempo, apresentaram um desenvolvimento aquém de suas expectativas em decorrência do modelo da colonização, que condicionou o continente a se manter dependente dos continentes mais ricos na disputa pelo conhecimento e riqueza. Hoje, é sabido que o modelo de desenvolvimento do passado não prevalecerá, em função do interesse pela aprendizagem coletiva e da tentativa de construir relações de confiança duradouras capazes de enfrentar os desafios do desenvolvimento da América Latina.

Acreditamos que as ações de políticas afirmativas partem da motivação que de forma tímida vão se organizando em redes, uma rede diferente, uma rede de conhecimento que interliga uma vontade coletiva de transformar a realidade dos países latino americanos. Quando falamos sobre o desenvolvimento sócio-econômico desses países, o maior desafio são as desigualdades regionais, logo, nosso trabalho é contribuir para que o crescimento do senso de cooperação seja, cada vez mais acelerado, e capaz de aproveitar as oportunidades apresentadas ao continente.

Uma constatação importante é sobre o potencial produtivo da América Latina, sobretudo, na produção de alimentos, nos investimentos na logística de integração regional, na melhoria na distribuição de renda, na redução da informalidade, na intensificação dos fluxos de negócios e na integração dos mercados. Essas alterações ocorreram nos últimos dez anos e observa-se que esse movimento não é meramente conjuntural, podendo ter durabilidade se as reformas estruturais latinas demonstrarem continuidade.

Entretanto, quando analisado o processo que estabelece a relação de confiança

entre o setor público e privado, é observado que esse ainda é um fator limitante à tão sonhada integração regional, capaz de tornar o território competitivo diante dos continentes mais desenvolvidos. Para transformar essa realidade é necessário estabelecer uma convivência mais abrangente, onde o empresariado sintam-se incluído e se aproprie do sentimento de pertencimento, além de enxergar as reais possibilidades de ganho no processo de desenvolvimento, tornando possível a construção de uma relação de confiança madura entre o setor público e privado capaz de empreender políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial visando o aumento da competitividade empresarial, tais como as dotações de recursos naturais, uma localização privilegiada que reduza custos logísticos ou a disponibilidade de mão-de-obra barata. Ressalta que cada vez mais ganham relevância às vantagens competitivas dinâmicas, tais como as inovações tecnológicas, organizacionais, de gestão e de marketing, todas elas dependentes do maior acesso à informação e ao conhecimento, que por sua vez dependem da qualidade dos recursos humanos disponíveis.

É claro que para materializar a vontade coletiva da América Latina não basta um monumento, como é o caso do Memorial da América Latina¹. Mais do que uma mão aberta feita em concreto, com o mapa da América Latina pintado em vermelho na palma, essa expressão artística é a referência emblemática do ônus da colonização e da luta pela identidade e autonomia cultural, política e socioeconômica. Esta obra feita, fruto do sério e obstinado trabalho de Oscar Niemayer, materializa o aperfeiçoamento das relações políticas, sociais, econômicas e culturais, onde o Brasil qualifica de forma pragmática o anseio pela integração regional entre os países latinos.

Definitivamente esses paradigmas desafiam os tradicionais e sólidos alicerces dos continentes norte-americano e europeu, os quais se mantêm em patamares de lideranças, as custas de incessantes investidas na busca

¹ O Memorial da América Latina possui 84.480 m² de área construída, localizada em São Paulo no Brasil. Seu papel é fomentar a pesquisa e divulgação de seus resultados. Disponível em: <<http://www.memorial.sp.gov.br/memorial/index.jsp>>.

para a recomposição dos fluxos monetários, em novas e modernas fontes de solidez, na recuperação do valor de ativos, na fusão de empresas com recursos públicos e de déficits fiscais e comerciais que multiplicam de forma faraônica com o passar dos tempos. Pensando bem, será que é justo que esses continentes continuem a ser reputados como as principais potências econômicas mundiais com essas investidas?

Com base em Tânia Zapata (2009) para inovar e melhorar a competitividade é preciso apoiar a capacidade empresarial e organizativa nos diferentes sistemas e/ou arranjos produtivos locais, a fim de criar novas empresas e potencializar e diversificar as existentes. Dessa maneira, o território como ator fundamental no impulso da competitividade e criação de “entornos inovadores” junto com a capacidade de gestão empresarial, são elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico local.

Em linhas gerais, a diversidade de oportunidades na América Latina não pode ser atribuída a uma causa isolada. Suas causas são múltiplas, envolvendo questões conjunturais e estruturais. E seus efeitos são também múltiplos, não encontrando entre os países latinos uma única e homogênea atitude de inovação para o aproveitamento das oportunidades de negócios por parte das micro e pequenas empresas.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2009), isto colocou as economias em uma situação sem precedentes em matéria de liquidez e solvência, comparando-se com as crises sofridas dos anos oitenta até os dias atuais o que explica por que, diferente de outras vezes, os sistemas financeiros dos países latino americanos não se deterioraram e nem se tenha produzido uma fuga das moedas nacionais, fato que contribuiu para o crescimento do continente.

É importante ressaltar que a capacidade de trabalho da população latino americana constitui fluxos comerciais representativos para desempenho econômico de todos os países do bloco. Com base nos dados de 2009 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a América Latina constituiu um dos principais destinos das exportações brasileiras de bens e serviços com alto valor agregado. A participação de produ-

tos industrializados na pauta de exportações para a região foi da ordem de 92% no período de 1990 a 2007, respondendo por cerca de 30% das exportações totais de produtos industrializados do Brasil. Além da importância do ponto de vista comercial, a região é uma das prioridades da política externa brasileira, com destaque para o objetivo de integração da América do Sul.

O rápido crescimento econômico da América Latina, mesmo que pouco acima da média mundial, sobretudo, de forma heterogênea, demonstra que o bloco tem capacidade de implementar políticas públicas, consolidar a integração de mercados e promover a integração da infra-estrutura regional, porém, depende diretamente dos fluxos de investimentos dos países mais ricos do mundo para concretizar os projetos.

Apesar do binômio riscos-incertezas, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) da América Latina e Caribe em 2010, foi maior que o esperado, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) através do Informe 2011: Situação e Perspectivas da Economia Mundial 2011 das Nações Unidas, a região da América Latina e Caribe cresceu 5,6% em 2010, ante um histórico de 2,1% experimentado em 2009. Não obstante, espera-se que o crescimento econômico na região diminua a 4,1 e 4,3%, em 2011 e 2012, respectivamente. Logo, o informe relata que pese a desaceleração, as perspectivas são favoráveis em comparação com os níveis históricos do continente. Ocorre que apesar do Brasil, México, Argentina, Venezuela e do Chile terem liderado esse processo, se prevê uma desaceleração em 2011, por conta da diminuição das medidas de incentivos e ao enfraquecimento previsto do crescimento do comércio global.

De qualquer forma, é inquestionável que a economia latino americana, em meio aos riscos e incertezas, avança na conquista de um tecido empresarial capaz de atuar como agente de transformação do ambiente de negócios, sobretudo, na sua capacidade de inovação e aumento da competitividade. Os demais protagonistas, a exemplo das instituições de apoio, organismos multilaterais, parlamentos internacionais, comitês transfronteiriços, agências de desenvolvimento, entidades de ensino e pesquisa e bancos de fomento, também melhoram suas ferramentas

e instrumentos que ampliam sua capacidade de inovação nesse continente.

O aprendizado sobre a dinâmica do desenvolvimento na América Latina foi quanto à forma de conduzir o processo de estruturação do projeto, focalizar adequadamente o público-alvo é o principal elemento do projeto de integração competitiva e a inovação é um resultado a ser perseguido e não uma condição de partida.

3 Políticas e instrumentos de integração regional

Durante esse primeiro caminhar de estruturação do Projeto Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras: Integração Competitiva de Micro e Pequenas Empresas em Ambiente de Fronteira do Brasil, Paraguai e Bolívia, foi identificado que para orquestrar as ações de desenvolvimento é indispensável partir da análise do global para o local, em função das distintas complexidades. Assim, será apresentado as principais políticas e iniciativas de integração que compõe o mapa estratégico do projeto no contexto do ambiente de fronteira.

Este trabalho parte do princípio que o setor público deve liderar o processo de desenvolvimento territorial, induzindo a competitividade do setor privado por meio de políticas públicas, capazes de favorecer o ambiente de integração em longo prazo e, ainda, pressupõe que os diferentes atores, cada qual perseguindo sua missão, são capazes de integrar suas ações em vantagem do território em que vivemos.

No tocante aos instrumentos de integração regional a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)² é a maior ação organizada de integração do continente que teve início em 12 de agosto de 1980 com a assinatura do Tratado de Montevidéu. O grupo é formado por doze países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, em conjunto, somam mais de 500 milhões de habitantes. Seus princípios gerais são: pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade,

tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais.

O mais estratégico instrumento de integração regional é o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)³, que teve início em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. De acordo com o tratado, constitutivo do bloco, o MERCOSUL implica "a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, para lograr o fortalecimento do processo de integração".

No âmbito do MERCOSUL, temos a figura dos Estados Partes que são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e a Venezuela, que se encontra em processo de adesão. Além disso, temos a figura dos Estados Associados do MERCOSUL que são Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Essa configuração é motivada pelo compromisso do MERCOSUL com o aprofundamento do processo de integração regional e pela importância de desenvolver e intensificar as relações com os países membros da ALADI.

Deve-se mencionar o Parlamento do MERCOSUL⁴ que foi constituído em 6 de dezembro de 2006 como um órgão representativo dos cidadãos dos Estados Partes do MERCOSUL. A criação do Parlamento

² Disponível em: <<http://www.aladi.org.br>>.

³ Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br>>.

⁴ Disponível em: <<http://www.parlamentodelmercosur.org>>.

fundamentou-se no reconhecimento da importância da participação dos Parlamentos dos Estados Partes no aprofundamento do processo de integração e no fortalecimento da dimensão institucional de cooperação inter-parlamentar. A instalação do Parlamento do MERCOSUL contribuiu para reforçar a dimensão político-institucional do processo de integração, ao facilitar o processo de internalização, nos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes, da normativa MERCOSUL.

Merece destaque a Zona de Integração Centro Oeste Sul-Americano (ZICOSUR)⁵ que teve início em abril de 1997 com o objetivo principal de inserir a sub-região no contexto internacional desde o ponto de vista competitivo, desenvolvendo o comércio exterior com os mercados internacionais mediante a articulação de eixos de comunicação, assim como também promover a integração social e cultural, como mecanismo para lograr o desenvolvimento econômico-social das regiões que a integram. A sub-região compreende no processo de integração regional de tipo horizontal que forma um território específico dentro do MERCOSUR. Participam da área ZICOSUR, as províncias argentinas de Salta, Jujuy, Tucumán, Catamarca, Santiago del Estero, Formosa, Chaco, Corrientes e Misiones; os departamentos bolivianos de Cochabamba, Chuquisaca, Santa Cruz e Tarija; o estado brasileiro de Mato Grosso do Sul; as regiões chilenas de Tarapacá e Antofagasta; e a totalidade dos departamentos de Paraguai.

Do ponto de vista integração Poder Legislativo, destacamos o Parlamento do Sul (PARLASUL)⁶, que teve início em 1993 para estimular o intercâmbio entre os legisladores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. O PARLASUL tem como finalidade apoiar e implementar ações integradas entre as Assembléias Legislativas destes Estados, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social, regional e nacional equilibrados, compreendendo também: efetuar levantamentos socioeconômicos da região, estudar seus problemas e propor soluções com vistas aos seus legítimos interesses; sugerir diretrizes de políticas de desenvolvimento, consoantes

os planos nacionais e em cooperação com os organismos estaduais, nacionais e de países do continente; zelar, sugerindo providências para que o intercâmbio regional, nacional e internacional venha a permitir a justa retenção e fixação dos resultados da atividade econômica como fator positivo ao desenvolvimento integrado; propor estratégias e planos de ação com vistas à inserção da economia regional ao processo de integração latino-americano, especialmente junto ao MERCOSUL; e estimular o intercâmbio nas diversas áreas dos Poderes Legislativos signatários de forma a harmonizar e consolidar as ações de interesse comum.

Diante disso, é reconhecido a participação do Brasil nos fóruns qualificados que investem em políticas e estratégias para reverter a situação de desigualdade social na região, são bem intencionados porque buscam oportunidades de geração de trabalho e renda para toda a população. O desenvolvimento regional constitui um dos cinco megaobjetivos estratégicos do Governo Federal, devidamente incluída no Planejamento Plano Plurianual (PPA). Em sintonia com essa diretriz em 2007 o Governo Federal formulou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)⁷, instrumento que orienta e estabelece premissas para a redução das desigualdades regionais brasileiras.

Entre os principais objetivos do PNDR destacam-se: o fortalecimento do protagonismo local e das relações de trabalho; a elevação do capital social e a preservação do meio ambiente; a promoção da competitividade das unidades produtivas para inserção no mercado; a sustentabilidade, a inovação e a preservação do ambiente; a dinamização e estruturação econômica das sub-regiões com o monitoramento e a gestão de atores locais, a redução dos desequilíbrios inter e intra-regionais em bases sustentáveis.

Nesse sentido foram estruturados cinco grandes programas que desenvolvem ações voltadas para a reversão do quadro de desigualdade e de exclusão das regiões brasileiras e das populações que nelas residem e trabalham: i) o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

⁵ Disponível em: <<http://www.zicosur.org.ar>>.

⁶ Disponível em: <<http://www.parlasul.org>>.

⁷ Instituída pela Presidência da República por meio do decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

(PROMESO); ii) o Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões (PROMOVER); iii) o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER); iv) o Programa Organização Produtiva de Comunidades (PRODUZIR); e v) o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

Com respeito ao PDFF, este visa a mudança de conceito no tocante às fronteiras, que não podem mais ser entendidas como uma agenda negativa, uma região concentradora e propícia a prática de delitos diversos, e sim como uma região com a singularidade de catalisar processos de desenvolvimento sub-regional e de integração territorial e regional. Faixas contíguas dos países apresentam vantagens comparativas para provocar o fortalecimento regional com base em características políticas e propósitos comuns, o que reforça o caráter estratégico dessa região para a competitividade do país e para a integração do continente.

O PDFF, coordenado pelo Poder Executivo através do Ministério da Integração Nacional, atua em sintonia com as agendas do Ministério das Relações Exteriores e com as de desenvolvimento propostas pelas administrações estaduais e municipais que se encontram no ambiente de fronteira e tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul.

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, alinhado às diretrizes macroeconômicas e em consonância com as políticas de integração regional, desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Plurianual 2008/2011, que define como Visão de Futuro “Fazer de Mato Grosso do Sul um Estado mais competitivo e com desenvolvimento sustentável”.

As diretrizes que norteiam este Plano buscam: i) aumentar a competitividade dos recursos humanos, físicos, de conhecimento, de capital e de infra-estrutura; ii) modernizar a estrutura administrativa para oferecer melhores serviços públicos; iii) estimular o uso sustentável dos recursos naturais; iv) priorizar a educação e fortalecer o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação; v) ampliar a

infra-estrutura social-urbana; vi) diversificar as cadeias produtivas atraindo investimentos privados; vii) agilizar a inclusão social, a identidade cultural, os direitos humanos e o combate à pobreza; e viii) equilibrar a gestão fiscal ampliando a capacidade de investimento do Estado.

Na perspectiva da gestão integrada de territórios o Estado de Mato Grosso do Sul elaborou o Índice de Responsabilidade Social dos Municípios de MS (IRS/MS) e compreende um valioso instrumento, já existente em outros Estados, que auxilia na formulação de políticas públicas e também na avaliação da efetividade das mesmas. O IRS/MS permite conhecer a situação de cada município do Estado em relação às variáveis: riqueza, longevidade e escolaridade. Em síntese, os municípios que expressam os piores resultados são aqueles localizados na Faixa de Fronteira do Estado e que exibem suas principais deficiências, mas, ao mesmo tempo, necessitam de ações mais efetivas para minimizá-las.

O Estado de Mato Grosso do Sul obedece ao Programa Nacional de Meio Ambiente, lançado em 1981, e por meio do Zoneamento Ecológico e Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS) estabeleceu um conjunto de normas técnicas e legais para o adequado uso e ocupação do território, compatibilizando de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais.

São estudos como esse que nos faz acreditar que amanhã o nosso belo Mato Grosso do Sul, localizado no centro da Rota Bioceânica, assumirá posição privilegiada para a integração econômica, social, cultural e ambiental. A perspectiva é contemplar os três modais de transporte, como hidroviário, ferroviário e rodoviário, e todos devem percorrer o território de Mato Grosso do Sul. Lá no futuro a ligação entre o Oceano Atlântico, por meio dos Portos de Santos e Paranaguá, ao Oceano Pacífico, pelos portos do Chile, Peru e mercados andinos é uma vantagem competitiva do Estado e se apresenta como um desafio a ser superado uma vez que a rota não dispõe da infra-estrutura adequada de serviços.

Nesse contexto, foi iniciado uma busca por organismos internacionais que compartilhem do mesmo desafio, ou seja, acreditam

que a fronteira apresenta oportunidades de desenvolvimento territorial e de adensamento de cadeias produtivas. O Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁸ possui uma linha de financiamento para projetos de desenvolvimento local/territorial orientados a melhoria da competitividade dos pequenos negócios.

O Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apontou para a necessidade de estabelecimento de instrumentos específicos de apoio ao desenvolvimento econômico local, sobretudo para fortalecer as cadeias produtivas em ambiente de fronteira. O BID é a principal fonte de financiamento multilateral e de conhecimentos para o desenvolvimento econômico, social e institucional sustentável na América Latina e no Caribe. O Grupo do BID é constituído pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pela Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN). A CII concentra-se no financiamento de médias e pequenas empresas, enquanto o FUMIN promove o crescimento do setor privado com investimentos e operações de cooperação técnica não-reembolsáveis, com ênfase nas microempresas. O FUMIN no Brasil atua ativamente em parceria com o SEBRAE em diferentes projetos por todo o país.

Em linhas gerais os organismos internacionais que atuam no desenvolvimento territorial e empreendem projetos na América Latina dispõem de seus próprios estudos e pesquisas, contribuindo para o processo de construção e preparação do Projeto Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras.

São inúmeras as informações de organismos que atuam com cooperação técnica e possuem conhecimento explícito sobre projetos de desenvolvimento local, a exemplo do FUMIN-BID, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Corporação Andina de Fomento (CAF), entre outras iniciativas.

São muitos os projetos estratégicos que estão em marcha. Um deles é a rota Bioceânica que ligará o Oceano Atlântico ao Pacífico e se caracteriza como um eixo internacional de integração e desenvolvimento que envolve o Brasil, Bolívia, Peru, Chile, Argentina e Paraguai. A ligação do Atlântico ao Pacífico economiza oito mil quilômetros para a Ásia e viabiliza resultados efetivos no transporte de cargas, uma vez que a economia proporcionada pela utilização dessa rota tornaria os produtos latinos mais competitivos.

O Sistema SEBRAE desenvolve projetos na fronteira latino americana que buscam a integração e a cooperação entre os países. Atualmente o Sistema SEBRAE mantém sete projetos nas regiões de fronteira com propostas de cooperação técnica para o fomento ao empreendedorismo e desenvolvimento de micro e pequenas empresas que formam um contingente de mais de 70 milhões de empreendimentos na América Latina e Caribe. Os sete projetos são: Mercado de Fronteira Brasil-Perú (Mato Grosso, Rondônia, Acre, Bolívia e Peru); Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras (Brasil, Bolívia e Paraguai); Turismo Iguassu-Misiones (Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai); Centro de Desenvolvimento de Tecnologias para Integração Transfronteiriça entre Micro e Pequenas Empresas do Mercosul e da América Latina - SEBRAE CDT-AL (Paraná, Argentina e Paraguai); Projeto Líder - Liderança para o Desenvolvimento Regional (Santa Catarina, Paraná e Argentina); Cooperativa de Crédito Rural do Alto Solimões (Amazonas e Colômbia); Projetos de Fronteira em Roraima (Brasil, Venezuela e Guyana).

Do ponto de vista pragmático, convém ressaltar o Centro de Desenvolvimento de Tecnologias para Integração Transfronteiriça entre Micro e Pequenas Empresas do Mercosul e da América Latina⁹, o SEBRAE CDT-AL é um projeto do SEBRAE Nacional, operacionalizado pelo SEBRAE Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. Constitui-se em uma iniciativa do SEBRAE que visa o desenvolvimento de tecnologias e apoio técnico especializado, que facilite a integração produtiva e a cooperação interinstitucional transfronteiriça entre micro e pequenas empresas brasileiras e da América latina, servindo de instrumento do sistema

⁸ Disponível em: <<http://www.iadb.org>>.

⁹ Disponível em: <<http://www.sebraectd-al.com.br>>.

SEBRAE com organizações políticas, econômicas e sociais dos países vizinhos.

O Sistema SEBRAE através do CDT-AL materializa sua ação afirmativa de desenvolvimento de tecnologias e soluções empresariais para maior integração da região transfronteiriça. O principal aprendizado desse projeto para o Sistema SEBRAE é o efeito demonstração, gerando um ambiente frutífero ao conhecimento, difundindo boas práticas e experiências de sucesso, em especial, se apropriando de tecnologias para promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas.

4 A presença do Sebrae/MS no ambiente de fronteira

Vamos descrever sobre o processo de estruturação do Projeto Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras: Integração Competitiva de Micro e Pequenas Empresas em Ambiente de Fronteira do Brasil, Paraguai e Bolívia (Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras). Uma iniciativa do SEBRAE e do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que começou a promover um processo de estudo e reflexão sobre as singularidades das fronteiras do estado de Mato Grosso do Sul no Brasil com as fronteiras do Paraguai e da Bolívia, envolvendo a integração do conhecimento no setor empresarial e da articulação com as instâncias de governança de cada território com o objetivo da construção de uma visão de futuro compartilhada.

O Sistema SEBRAE se empenha para relatar as metodologias aplicadas em desenvolvimento territorial e difundí-los na intenção de demonstrar que o compartilhamento de pesquisas, estudos, procedimentos de coleta de dados, acrescido das ações concretas é a base de um projeto de aprendizado. Dentro dessa perspectiva, o Sistema SEBRAE, no ano de 2002 iniciou a discussão acerca dos Arranjos Produtivos Locais, com intuito de atender as novas diretrizes propostas pelo setor público e privado para a cooperação técnica bem como proporcionar uma formação das instituições locais voltadas ao apoio das micro e pequenas empresas, e que se mantém até os dias de hoje.

Em 2004 o SEBRAE/MS decidiu liderar a iniciativa de estruturar uma proposta de

visão de futuro transfronteiriça, compartilhando as oportunidades e integrando os desafios para promover a integração do ambiente de fronteira. A primeira iniciativa foi o projeto binacional, denominado Projeto Turismo Sem Fronteira – Brasil e Paraguai (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero), desenvolvido desde 2005. O Turismo Sem Fronteira é um importante elo para consolidação da identidade das comunidades da fronteira. O estudo da sua personalidade, sua capacidade de produzir, suas formas de construir, sua arquitetura, suas tradições, música, folclore, sua forma de aglutinar-se em torno de ideias e criação de uma estrutura, tornou-se um importante impulso para o desenvolvimento integrado do território. A partir da vivência dessas iniciativas, foi feita a segunda reflexão que atenta para o como e quem deve orquestrar as ações para o desenvolvimento territorial em ambiente de fronteira.

Justifica-se a necessidade de atuar em projetos de fronteira, devido às oportunidades geradas a partir do processo de industrialização e de integração regional dos países e que impactam as micro e pequenas empresas. Para aproveitar as oportunidades de negócios as empresas locais devem estar aptas a fornecer bens e serviços adequados para as grandes empresas, caso contrário, e economia local será pouco dinamizada.

No Mato Grosso do Sul o debate sobre políticas de ações afirmativas, bem como as reflexões sobre como aproveitar melhor as oportunidades geradas a partir do desenvolvimento territorial, datam da última década, quando de forma madura, o setor público e privado, ordenadamente, debateram sobre a importância da convergência de interesses em torno de uma agenda positiva estratégica. Para esse grupo, o enfoque do debate foi aquele que norteou os chamados projetos “Portadores de Futuro”, o qual parte da sensibilização do setor público e privado para que mobilizem suas capacidades de materialização das estratégias através de ações concretas de desenvolvimento empresarial com o objetivo ao adensamento de cadeias produtivas em territórios selecionados.

Esse debate foi a âncora de um processo de tomada de decisão, especialmente do SEBRAE/MS, que propôs uma ação afirmativa em formato de projeto piloto, denominado

Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras, não apenas pela justificativa de luta pela redução da desigualdade regional, mas, pela presente oportunidade de promover a inclusão econômica da micro e pequena empresa no processo de industrialização acelerada do estado Mato Grosso do Sul e assim desfazer o reconhecido passado de estagnação e subdesenvolvimento da faixa de fronteira.

Essa iniciativa, liderada pelo SEBRAE/MS, propõe acompanhar a dinâmica econômica, explorar a vocação dos territórios, estabelecer redes de parceiros para construir alianças estratégicas e multiplicar os esforços na busca da inovação, à luz de uma visão de futuro compartilhada do desenvolvimento territorial na fronteira paraguaia, entre os municípios de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) e na fronteira boliviana entre os municípios de Corumbá, Ladário (Brasil) e Puerto Suarez, Puerto Quijarro (Bolívia). E ainda, a partir da ideia de que o aprendizado é conquistado com acertos e erros após consistentes diálogos produtivos transfronteiriços.

Esse Projeto foi concebido, com base nas demandas do mercado local (MPEs, fornecedores locais e empresas-âncora) e em apoio às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento regional sustentável com foco no fortalecimento de cadeias produtivas transnacionais selecionadas, uma vez que diferentes entidades representativas da indústria, do comércio e serviços, da agricultura, de agentes do governo e de estudiosos da academia apontaram para um descompasso tecnológico das empresas fornecedoras inseridas nas cadeias produtivas de alimentos, sucroalcooleiro, florestas, minero-siderúrgico e turismo.

O objetivo geral do projeto é promover o desenvolvimento econômico, sustentável e integrado dos dois territórios fronteiriços selecionados do Brasil com Bolívia e Paraguai, aproveitando sua condição da região de fronteira como oportunidade de expansão das relações produtivas. O objetivo específico é fomentar a competitividade das micro e pequenas empresas nestes territórios, facilitando sua integração em redes e cadeias produtivas com grandes empresas âncoras.

Para a estruturação do projeto, foi tomada a iniciativa de buscar soluções alternativas para minimizar os gargalos observados

nos processos econômicos da região que se estendem aos territórios transfronteiriços. Esta proposta tem por objetivo priorizar as cadeias produtivas e, mais especificamente, os elos que precisam ser fortalecidos para garantir qualidade, produtividade e competitividade, com foco no uso das competências disponíveis e seu fortalecimento por meio da capacitação gerencial e tecnológica das micro e pequenas empresas fornecedoras das empresas-âncora no contexto das cadeias produtivas da mineração, alimentos, turismo, florestas e agroenergia.

O êxito do Projeto é sustentado em função dos seguintes aspectos: i) valorizar os saberes locais e promover um enfoque metodológico participativo que permita a troca de experiência; ii) identificar as oportunidades, aproveitando as vantagens comparativas locais e convertendo-as em vantagens competitivas, descobrindo formas de integração com os diversos mercados; iii) incentivar a participação efetiva dos fornecedores nas cadeias produtivas, com o objetivo de ampliar os benefícios diretamente relacionados à sua atuação; iv) promover a geração de trabalho e renda; v) consolidar parcerias sob a forma de vínculos entre empresas-âncora e seus fornecedores; vi) incentivar a disseminação dos conhecimentos gerados por instituições de pesquisa, fomento e universidades; vii) formar capacidades locais para gestão de empreendimentos; viii) replicar as metodologias de capacitação, assistência técnica e inovação.

Para sustentar o alcance do objetivo descrito, o Projeto está organizado em quatro componentes com planejamento de execução no horizonte de 42 meses, a saber:

¹⁰Componente 1: Formação de redes e desenvolvimento de capacidades. Este componente prevê elevar as capacidades locais e a articulação entre as instituições e entre as empresas, reforçando assim a implementação dos outros componentes mais específicos do projeto. Incluem-se ainda as atividades relacionadas com a formação e conservação dos Comitês Gestores Locais formados por diversos atores locais do projeto. Considera-se

¹⁰ Os Bens Públicos em sentido amplo compreende na integração econômica, institucional, funcional e comercial para reduzir as assimetrias entre os países de uma região e o fortalecimento das instituições nacionais e regionais.

o apoio as seguintes atividades: a) diagnóstico produtivo e mapeamento das instituições; b) formação e assistência técnica para as equipes técnicas das instituições públicas e privadas dos territórios; c) apoio à criação de redes de empresas, integrando grupos de empresas horizontalmente assim como facilitando sua inserção em cadeias de valor específicas.

Componente 2: Formação de recursos humanos e serviços de desenvolvimento empresarial. Este componente tem por objetivo fortalecer e adequar a oferta de serviços as micro e pequenas empresas, particularmente a favor das que tenham gerado redes ou que participem das cadeias produtivas priorizadas pelo projeto. Desta forma, considera-se chegar ao ponto onde a oferta de serviços empresariais nos dois lados da fronteira sejam equivalentes, possivelmente melhorando sua qualidade e eficiência assim como o nível de acesso a estes serviços que as empresas podem ter. Para tal fim, é prevista a realização das seguintes atividades: a) desenvolvimento e transferência de produtos e metodologias de capacitação e assistência técnica a partir da experiência do SEBRAE e adaptando-os a realidade local, de acordo com as necessidades e características das empresas da faixa de fronteira; b) implementação de serviços empresariais priorizando-se as ações de formação e assistência técnica previstas nos planos de ação das redes de empresas (desenvolvidas no componente 1) e aquelas a favor das empresas das cadeias de valor atendidas pelo projeto, inclui-se ainda a implantação de serviços básicos empresariais (gestão de produção e financeira, recursos humanos, etc.); c) inclusão econômica e emprego dos setores mais vulneráveis.

Componente 3: Pacto Local de Inovação. Este componente tem por objetivo promover a incorporação de inovações nas empresas dos setores produtivos priorizados e a consolidação das cadeias de valor. Para tal, constituir-se-á uma facilidade concursável para financiar a realização de projetos específicos de capacitação e assistência técnica a empresas e/ou para apoiá-las na preparação de projetos de inovação de maior envergadura, para que tenham acesso aos fundos públicos que estejam disponíveis.

Componente 4: Desenvolvimento de bens públicos¹¹. O objetivo deste componente é melhorar as condições para o desenvolvimento das atividades produtivas nos territórios selecionados. Para este fim serão promovidas iniciativas específicas que contribuam com o desenvolvimento de vantagens competitivas, como um sistema de informação econômico útil para as decisões das empresas ou, uma melhora no registro de empresas para a formalização, uma simplificação de processos aduaneiros, iniciativas de valorização cultural, preservação do meio ambiente, entre outros.

Componente 5: Monitoramento, lições aprendidas e difusão de resultados. Este componente tem por objetivo registrar, avaliar, disseminar e desenvolver um método para a réplica/expansão da experiência. Através deste componente se apoiarão as seguintes atividades: (i) a construção e manutenção de um sistema de monitoramento, que inclui o levantamento da linha de base baseado no SIMPLED¹¹; (ii) a realização de seminários e eventos de difusão de experiências; (iii) a participação em eventos externos onde se possa difundir a experiência e conhecer outras; e (iv) a sistematização das experiências realizadas para sua melhor difusão e adaptação.

Como já descrito anteriormente o presente trabalho, denominado Políticas e Instrumentos de Desenvolvimento Territorial em Ambiente de Fronteira – reflexões preliminares, é resultado da experiência acumulada dos autores nos últimos anos três anos. Não se trata, portanto, de uma ferramenta teórica, mas essencialmente prática. Sendo assim, segue algumas questões para debates, com a intenção de provocar nos leitores novos questionamentos que poderão multiplicar e disseminar as ações empreendidas neste trabalho.

Considerações finais

Em face das características e abrangência do tema “ambiente de fronteira” e das peculiaridades dos territórios transfronteiri-

¹¹ O SIMPLED é o sistema de monitoramento desenvolvido para a família de projetos de Promoção da Competitividade Local do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

ços, apresenta-se como considerações finais algumas questões que poderão ser utilizadas para a formulação de hipóteses ou em debates com objetivo estimular o processamento de ideias em torno do aprendizado e a troca de informações.

Um dos desafios apresentados pelos projetos de desenvolvimento territorial é com relação a identidade e vocação territorial. Para iniciar o debate a primeira questão é como potencializar a vocação e identidade territorial em ambiente de fronteira?

O alinhamento estratégico entre as instituições ligadas ao desenvolvimento da empresarial e aumento da competitividade, apresenta-se mais como uma oportunidade do que um desafio. Observa-se que a cooperação institucional e as redes de aprendizagem são iniciativas interdependentes e que permitem o intercâmbio entre os projetos e boas práticas. Logo, quais seriam as possibilidades de multiplicar os projetos de integração competitiva em ambiente de fronteira?

A união de esforços na construção de um cenário favorável para a aceleração da competitividade talvez seja o principal desafio dos projetos de integração econômica regional.

Seria possível estabelecer políticas públicas específicas para o desenvolvimento territorial em ambiente de fronteira?

Referências

- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID); Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN). *RG-M1170: Apoio a Integração Competitiva em Ambiente de Fronteira*, 2010. Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=RG-M1170>>. Acesso em: 22 mar. 2011, 14hs.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). CCR: Seu papel no financiamento à Infra-Estrutura. *Revista BNDES*, Rio de Janeiro, 2008.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: 2007.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL); Organização das Nações Unidas (ONU). *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe*. Divisão de Desenvolvimento Econômico. Ed. 2009. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/38064/Documento_Informativo_PT_2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011, 9h.
- GARCEZ, C. M. D. Sistemas locais de inovação: uma abordagem conceitual. *Revista BNDES*, Rio de Janeiro: 2000.
- NACIONES UNIDAS (UN). Situación y Perspectivas de la economía mundial 2011: América Latina y el Caribe en marcha firme hacia la recuperación económica en 2010, pero a ritmo pausado en 2011 y 2012, informan las Naciones Unidas. Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas, 2011. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2011wesp_pr_latnam_sp.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011, 14h.
- PAULA, Juarez de. *Território e Competitividade Sistêmica*. Brasília, 2009. Disponível em: <www.biblioteca.sebrae.com.br>.
- SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Orientações do SEBRAE para atuação no Desenvolvimento Territorial*. Brasília: Unidade de Desenvolvimento Territorial, 2009.
- _____. *Cooperación internacional em apoyo a las micro y pequeñas empresas*: Unidade de Assuntos Internacionais. Brasília, 2009.
- ZAPATA, Tania. *O debate mundial e o desenvolvimento territorial*. Apostila Curso de Iniciação em Desenvolvimento Territorial. Brasília: Universidade Corporativa SEBRAE, 2009.

Estruturas de governança e os atributos das transações entre produtores de florestas plantadas e serrarias no município de Ribas do Rio Pardo, MS, Brasil¹

Governance structures and the attributes of transactions between producers of planted forests and sawmills in Ribas do Rio Pardo, MS, Brazil city

Las estructuras de gobierno y los atributos de las transacciones entre los productores de bosques y aserraderos plantados em El município de Ribas do Rio Pardo, MS, Brasil

Les structures de gouvernance et les attributs des transactions entre les producteurs de la forêt et des scieries plantés dans la municipalité de Ribas do Rio Pardo, MS, Brésil

Vanessa Schmidt**

(vanessaschmidt89@hotmail.com)

Mayra Batista Bittencourt Fagundes**

(bitencourtmayra@gmail.com)

Recebido em 29/06/2013; revisado e aprovado em 30/08/2013; aceito em 09/10/2013

Resumo: Para identificação da estrutura de governança adotada foram utilizadas as bases teóricas da Nova Economia Institucional (NEI) – Economia dos Custos de Transação (ECT). Foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e exploratório descritivo qualitativo, levantamento de informações primárias e secundárias, através da aplicação de questionários mistos semiestruturados e visitas in loco. A estrutura de governança adotada é do tipo híbrida.

Palavras-chave: NEI. ECT. Silvicultura.

Abstract: To identify the governance structure adopted it was used the theoretical foundations of New Institutional Economics (NIE) – Transaction Cost Economics (TCE). It was conducted a survey of bibliographic and descriptive exploratory nature qualitative with primary and secondary information through semi-structured mixed questionnaires and site visits. The governance structure adopted is hybrid type.

Key words: NIE. TCE. Forestry.

Resumen: Para identificar la estructura de gobierno adoptada se utilizaron las bases teóricas de la Nueva Economía Institucional (NEI) – Economía de Costos (TCE). Hemos llevado a cabo un estudio de investigación cualitativa exploratoria bibliográfico y descriptivo de información primaria y secundaria a través de cuestionarios mixtos semi-estructurados y visitas in situ. La estructura de gobierno adoptada ES do tipo híbrido.

Palabras clave: NIS. ECT. Forestal.

Résumé: Afin de déterminer la structure de gouvernance adoptées ont été utilisés la base théorique de la nouvelle économie institutionnelle (NEI) – L-économie des coûts (TCE). Nous avons effectué un sondage auprès des bibliographique et descriptive enquête exploratoire qualitative de l'information primaire et secondaire au moyen de questionnaires et de visites sur place mixtes semi-structurés. La structure de gouvernance adopté est de type hybride.

Most-clés: NIS. ECT. De la forestry.

Introdução e revisão de literatura

No Brasil, a atividade da silvicultura surge como segmento produtivo em expansão nos últimos anos, sendo que as espécies com maior destaque são o pinus e o eucalipto. Em 2011, a área de florestas plantadas no Brasil atingiu 6,5 milhões de hectares; neste total, as florestas de pinus e eucalipto tem uma participação de 73,8%. (ABRAF, 2012). No

Mato Grosso do Sul, a produção de madeira para abastecer o sistema agroindustrial da silvicultura encontra-se em expansão. No ano de 2011, a área plantada de eucalipto e pinus atingiu um total de 475.528 hectares, garantindo ao estado 4ª colocação no *ranking* nacional de maiores produtores (ABRAF, 2012). Em conformidade com a tendência nacional, no Mato Grosso do Sul há uma substituição das florestas plantadas de pinus por eucalipto,

* O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa intitulado “A eficiência e eficácia do Sistema Agroindustrial da Silvicultura no Mato Grosso do Sul a partir da visão dos agentes institucionais”, com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

sendo que, enquanto a primeira sofreu uma redução de 8,5% entre 2009 e 2011, a segunda se expandiu 7,9% no mesmo período com bases em dados da ABRAF (2012). No Estado, 69% das terras são propícias para a silvicultura. (SEBRAE, SEPROTUR e MATO GROSSO DO SUL, 2009).

O Mato Grosso do Sul segue ainda a tendência mundial da certificação de sua cadeia de custódia, visando agregar valor aos produtos provenientes do sistema de produção agroflorestal e atender aos padrões de qualidade exigidos principalmente pelo mercado externo. Tal preocupação com as demandas de consumidores internacionais se justificam pelo crescimento da exportação de produtos florestais vivenciados pelo estado: no ano de 2011 foi constatado aumento de 28.000% na exportação de produtos florestais quando comparado ao ano de 2001 (BRASIL, 2012). Além disso, o estado se destaca ainda na produção de madeira em tora, que para o ano de 2010 foi de 5,2 milhões de m³, o que representa um crescimento de 298,4% em relação ao ano de 2001 (IBGE, 2010b).

O sistema agroindustrial da silvicultura em territórios sul-mato-grossenses tem grande relevância em termos econômicos e sociais com destaque para o município de Ribas do Rio Pardo. Com extensão territorial de 17.308km² e uma população de 20.946 habitantes (IBGE, 2010a), está localizado no estado de Mato Grosso do Sul, há 102 km da capital Campo Grande. A população economicamente ativa (PEA) local correspondeu a 11.078 trabalhadores no ano de 2010 (IBGE, 2010a).

Diante do cenário produtivo do sistema florestal do estado, as serrarias da localidade surgem como importante atividade de processamento primário da madeira extraída das florestas de pinus de Ribas do Rio Pardo. No município existem 16 serrarias ativas, sendo que algumas possuem mais de uma unidade local de produção, serrando, em sua maioria, pinus, embora 95% das florestas do município sejam de eucalipto, de acordo com dados do Arranjo Produtivo Local da Madeira e Derivados de Ribas do Rio Pardo – APL de Madeira e Derivados de Ribas (2012). No município estão localizados 3 dos 5 grandes produtores de florestas do estado, de acordo com a mesma fonte.

Estima-se que, no município, haja 99 mil hectares (ha) de florestas plantadas de acordo com dados da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL, 2012), o que responde por 20,8% das florestas plantadas do estado. Juntas, estas serrarias são responsáveis pela geração direta de 527 empregos (ano base 2012) de acordo com dados divulgados pelo APL, o que corresponde a 4,7% do total da PEA divulgada pelo IBGE (2010a) para o ano de 2010, em que foi realizado último censo.

O presente trabalho tem como objetivo identificar a estrutura de governança adotada nas transações entre os produtores de florestas plantadas e as serrarias de Ribas do Rio Pardo/MS considerando-se os atributos das transações entre estes agentes. Para tanto, o problema de pesquisa consiste em: de acordo com os atributos das transações entre os produtores de florestas plantadas e as serrarias do município de Ribas do Rio Pardo/MS, qual a estrutura de governança adotada pelos agentes? A importância acadêmica do presente trabalho se confirma na coleta de dados primários. Os resultados a serem apresentados servirão de base para o fomento de políticas públicas e privadas direcionadas ao setor.

Nova Economia Institucional: Economia dos Custos de Transação (ECT)

O primeiro *insight* que culminou no surgimento da NEI ocorreu com Coase em 1937 com o texto *“The nature of the firm”* em que as pressuposições neoclássicas começam a ser questionadas. *“Yet, having regard to the fact that if production is regulated by the price movements, production could be carried on without any organization at all, well might we ask, why is there any organization?”* (COASE, 1991, p. 2)

Para responder aos devidos questionamentos realizados, a NEI foi se constituindo em várias frentes teóricas de estudo. No presente trabalho, a abordagem adotada será a Economia dos Custos de Transação (ECT). *“Transaction cost economics subscribe to the idea that the transaction is the basic unit of analysis and governance is an effort to craft order, thereby to mitigate conflicts and to realize mutual gains”* (WILLIAMSON, 2000, p. 599).

Para WILLIAMSON (1996), os custos de transação diferem das teorias neoclássicas

da firma e da análise tradicional de preço em algumas formas: aspectos comportamentais – oportunismo e racionalidade limitada; transação como unidade de análise; firma como estrutura de governança e não uma função de produção; direitos de propriedade difíceis de comprovar; estrutura discreta de análise e comparação com alternativas factíveis.

Os pressupostos comportamentais de racionalidade limitada e oportunismo são os primeiros aspectos a serem considerados quando da análise ou estabelecimento de algum tipo de transação entre agentes, uma vez que balizam o comportamento e as decisões a serem tomadas pelas firmas envolvidas no processo dependendo dos ganhos e perdas presentes e futuros em que os mesmos são capazes de influenciar. O oportunismo consiste no reconhecimento de que os agentes buscam o auto interesse (pressuposto neoclássico), no entanto podem fazê-lo utilizando-se de informações privilegiadas, quebrando contratos para apropriar-se de ganhos associados à transação, chegando a ferir códigos de ética aceitos pela sociedade (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Para que o oportunismo seja considerado como pressuposto comportamental relevante para a ECT, “o comportamento humano oportunista não precisa necessariamente estar presente em todos os indivíduos, nem tampouco (...) o tempo todo. Basta a possibilidade de uma ação oportunista para que se justifique a inclusão de salvaguardas contratuais a fim de amenizar eventuais danos.” (AZEVEDO, 1997, p. 79)

Já a racionalidade limitada, para ZYLBERSZTAJN (2000), decorre da complexidade do ambiente que cerca a decisão dos agentes, que não conseguem considerar todos os fatores variáveis que afetam a transação, não atingindo a racionalidade plena. “(...) *All complex contracts are unavoidably incomplete. For this reason, parties will be confronted with the need to adapt to unanticipated disturbances that arise by reasons of gaps, errors and omissions in the original contract.*” (WILLIAMSON, 2002, p. 174) Para AZEVEDO (1997, p.42), “a inabilidade em se processar todas informações necessárias ao funcionamento de um complexo sistema de preços é um dos responsáveis por custos do uso deste sistema, ou seja, custos de transação.”

Para determinar os meios através dos quais as transações econômicas irão ocorrer os agentes instituem entre si acordos, que podem se dar através de contratos, através de relações de confiança, ou mesmo através da internalização de determinadas atividades em sua firma, verticalizando-a. Ao mecanismo a ser adotado para que ocorra o processo de coordenação das atividades entre estes diferentes agentes quando de sua atuação em conjunto chama-se de estrutura de governança. Além dos pressupostos comportamentais já destacados, a decisão sobre qual a estrutura de governança mais adequada a se adotar é tomada também em função das instituições, formais ou informais, e organizações que fazem parte do processo. As instituições fazem parte do processo ditando as regras de conduta dos agentes e tendo poder, *ex-post*, para auxiliar na resolução de possíveis problemas gerados, enquanto as organizações além de dar representatividade aos agentes atuam na disseminação de informações, visando manter os agentes atualizados dos acontecimentos relevantes em cada setor.

Instituições são criações humanas que estruturam a interações humanas políticas, econômicas e sociais. Estas podem ser formais, incluindo constituições, leis e direitos de propriedade ou mesmo informais – tabus, costumes, cultura e tradição e, tendem a reduzir a incerteza das transações (NORTH, 1991).

A decisão da estrutura de governança a ser adotada leva em consideração, ainda, as características das transações que são realizadas entre os agentes. Isso ocorre porque a conduta dos mesmos pode variar bastante de acordo com as perspectivas que cercam os resultados presentes e futuros esperados pelos mesmos.

Os autores da ECT consideram que existem três aspectos importantes que devem ser considerados quando do estabelecimento de uma transação entre dois ou mais agentes do sistema produtivo: a frequência com que as transações acontecem ou se repetem, a especificidade dos ativos envolvidos (fator que pode tornar um agente mais ou menos vulnerável em relação à ação adotada pelos demais, envolvendo um risco de quebra de contrato) e a incerteza de mensuração ou percepção dos resultados obtidos a partir daquela transação. Para Williamson (2002,

p.175), “*given that transactions differ in their attributes and that governance structures differ in their costs and competencies, (...) transactions should be aligned with appropriate governance structures.*”

A alta ou baixa quantidade de vezes que determinada transação se repete pode ser decisiva na determinação da estrutura organizacional da empresa, uma vez que existem diversas possibilidades de produção e de riscos inerentes a cada uma destas escolhas. Azevedo (1997, p.89) propõe que sejam considerados três pontos com relação à frequência com que as transações ocorrem: “1) que as partes adquiram conhecimento umas das outras – o que reduz a incerteza; 2) que se construa uma reputação em torno de uma marca – o que cria um ativo específico; 3) que se crie, em alguns casos, um compromisso confiável entre as partes em torno de um objetivo comum de continuidade da relação.”

Para o autor, o estabelecimento de um compromisso confiável entre os agentes está diretamente associado à evitar um comportamento oportunista. “Como a transação tem a perspectiva de continuidade, uma atitude oportunista – desde que observável – tem como penalidade a interrupção da relação, cujo custo é dado pelo valor presente descontado dos ganhos futuros derivados da transação” (AZEVEDO, 1997, p. 90). Quando há uma quebra na relação de confiança estabelecida pela repetição de determinada transação passa a existir um custo mais elevado associado ao risco de comportamento oportunista por parte dos agentes.

Já quando se menciona a especificidade dos ativos, ressalta-se que quanto mais específicos forem os ativos envolvidos na transação, maiores são os incentivos para que haja um processo de verticalização. Isso se deve ao fato de que ativos específicos geram dependência e vulnerabilidade de uma ou ambas as partes.

Para Azevedo (1997, p.99), “conforme se caminha do mercado em direção à hierarquia, perde-se em incentivo e se ganha em controle. Em contrapartida, conforme se eleva a especificidade dos ativos, exige-se mais controle sobre a transação, a fim de se evitar os percalços de uma atitude oportunista.” A especificidade dos ativos pode variar conforme o tipo de bem ou serviço transacionado (especificidades físicas, humanas, locais,

ativos dedicados ou marcas), sendo os mesmos tangíveis ou intangíveis.

Já a incerteza, diferentemente da frequência das transações e da especificidade de ativos, é um aspecto de mais difícil controle, pois não pode ser mensurada. Para North (1991, p.106), “*by uncertainty, I mean here a condition wherein one cannot ascertain the probability of an event and therefore cannot arrive at a way of insuring against such an occurrence.*”

Para tanto, considerando-se os aspectos comportamentais a que os agentes econômicos estão sujeitos – oportunismo e racionalidade limitada -, as características das transações – frequência, especificidade de ativos e incerteza – e o papel das instituições e organizações diretamente relacionadas aos agentes que irão transacionar entre si é que deve ser estabelecido o modelo de governança mais adequado para atender às necessidades dos agentes gerando os menores custos de transação possíveis.

Assim, a decisão acerca do tamanho ideal da firma e da estrutura de governança a ser adotada permeia tais aspectos propostos. O principal determinante neste sentido são os custos inerentes a cada uma destas estruturas, sejam estes os custos produtivos, logísticos ou mesmo custos de transação. Seja para contratação de outros agentes externos à firma seja para a internalização de algum processo haverá custos. Sobre isso, Coase (1991), põe que o custo de negociação e conclusão de um contrato separadamente para cada transação efetivada no mercado deve ser considerado.

Neste cenário, a NEI e, em especial, a ECT apresentam-se estritamente aplicáveis ao agronegócio. Desde sua organização de forma sistêmica, o agronegócio passou a se utilizar de ferramentas que pudessem otimizar seus processos de produção, transformação, comercialização e distribuição de bens e minimizar os custos a estes processos relacionados. Devido à precibilidade dos produtos agropecuários, a vulnerabilidade dos agentes às oscilações dos preços nos mercados nacional e internacional e às variações climáticas, dentre outros, se faz necessário que os agente adotem mecanismos de governança com vistas a reduzir custos e riscos desnecessários, aumentar a qualidade e variabilidade dos produtos oferecidos e reduzir a sazonalidade dos ganhos advindos da atividade.

Os mercados e consumidores tornaram-se mais complexos e exigentes, de forma que as estruturas produtivas

O mercado mais exigente tem feito com que os agentes se organizem para atender às novas demandas e se enquadrar no ambiente econômico mantendo ou aumentando seu nível de eficiência. O processo de certificação que vem sendo adotado pelos agentes é um bom exemplo. A certificação é um processo que envolve um grupo de ações para prevenção de problemas, padronização técnica e avanços operacionais e administrativos, considerando sempre as relações com a sociedade (GIORDANO, 2009).

Por fim, para responder ao questionamento de Coase (1991), apresentado no início deste referencial teórico considera-se a proposição de Farina e Saes (1997, p. 203), “gradualmente, mesmo os produtores mais eficientes começaram a perceber que a extensão dos ajustamentos necessários para equilibrar o mercado era maior do que se podia esperar, e mesmo os mais produtivos sofriam seus efeitos adversos.” Os mecanismos de preços não são capazes de, sozinhos, organizar todo o mercado da forma mais eficiente possível, motivo pelo qual os agentes se organizam.

Material e métodos

Visando atender aos objetivos propostos no presente trabalho, realizou-se uma pesquisa aplicada, de cunho bibliográfico – livros, revistas, recursos audiovisuais, publicações científicas e governamentais, teses e artigos – e exploratório qualitativo, além do levantamento de dados secundários. Além disso, foi realizada coleta de dados primários através de visita *in loco*, participação em reuniões do Núcleo Gestor do Arranjo Produtivo Local da Madeira e Derivados de Ribas do Rio Pardo (APL da Madeira de Ribas), visita a algumas serrarias, produtores e organizações, e conversas com especialistas para conhecimento e familiaridade dos pesquisadores.

Por fim, foram realizadas entrevistas junto a três agentes do sistema integrantes da transação, sendo 1 produtor (A) e duas serrarias (B e C) que transacionam com este produtor. As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 com aplicação de questionários mistos semiestruturados,

com questões fechadas e abertas. Os contatos para aplicação de questionários foram realizados por telefone e e-mail. Os demais contatos e visitas ocorreram entre os anos de 2012 e 2013. Os agentes entrevistados foram selecionados intencionalmente, sendo que, de acordo com os especialistas consultados, estes representariam uma realidade que pode ser expandida aos demais produtores e serrarias. Considerou-se ainda que os agentes entrevistados deveriam ser certificados ou estar em processo de certificação, de forma a atender às novas demandas do mercado consumidor.

Transações entre serrarias e produtores de florestas plantadas de Ribas do Rio Pardo/MS

O sistema florestal de Ribas do Rio Pardo é concentrado na prevalência de dois agentes principais: produtores de florestas plantadas e serrarias. Predominam as florestas de pinus e eucalipto, sendo o pinus o mais demandado pelas serrarias locais, embora pesquisas e testes para serrar madeira de eucalipto já estejam começando a ser realizadas, motivadas pela substituição das florestas de pinus pelas de eucalipto. O processamento anual de madeira serrada ultrapassa os 183.360m³, de acordo com dados da pesquisa.

Para a realização da presente pesquisa foram entrevistados três agentes, sendo um produtor de florestas plantadas (A) e duas serrarias (B e C). As duas serrarias selecionadas transacionam com o mesmo produtor entrevistado. A decisão de realizar a pesquisa com os dois lados dos agentes envolvidos na transação (produtor e serrarias) foi motivada pelo fato de tentar perceber se ambos agentes tinham a mesma percepção acerca do mercado em que estão envolvidos e da transação que mantém entre si.

Quando da observação do perfil dos agentes pôde-se perceber que todos já estão estabelecidos no mercado há alguns anos. As serrarias B e C têm 11 e 10 anos de atuação em Ribas do Rio Pardo, respectivamente. O produtor não respondeu sobre o tempo de atuação no município, mas já está no mercado florestal desde 1971. Com relação ao tipo de madeira plantada, o produtor A diz possuir florestas de pinus e de eucalipto, de tal forma que 50% são de cada tipo, no entanto ainda

não está comercializando a madeira de eucalipto. A é fornecedor de B e C. As serrarias serram, ambas, apenas madeira de pinus, sendo que B serra, em média, 8.400m³ de madeira por ano e C 30.000m³. O produtor A vende ao ano 300.000 m³ de madeira de pinus. Assim, percebe-se que da madeira proveniente de A consumida por B e C, a representatividade de participação no consumo total é de 12,8%. B e C compram exclusivamente de A toda madeira para alimentar suas serrarias.

A partir de tais informações percebe-se que juntos, B e C, representam uma fatia considerável no consumo da madeira de A, no entanto A não depende de B e C para vender sua madeira, pois 87,2% de sua madeira é vendida para outros clientes. Já B e C podem apresentar certa dependência de A em termos de fornecimento de madeira, uma vez que o tem como seus únicos fornecedores e relatam haver falta de opção em fornecimento de madeira na região.

Partindo do pressuposto de que ambas as serrarias relataram que com sua tecnologia de produção atual, após pequenos ajustes, é possível serrar madeira de eucalipto, esta possível dependência de B e C em relação a A, se explica pelo fato de que os produtos finais originários da madeira serrada de pinus, já tem seu mercado definido e estabelecido. O pinus é uma madeira há muito já conhecida e bem aceita no mercado. Sobre a madeira de eucalipto ainda há incerteza de suas propriedades por parte das serrarias, estando ainda, por isso, em fase de testes. A incerteza existente permeia o fato de que não se sabe se todos os produtos finais hoje fornecidos aos consumidores (com destaque para o mercado externo, mais lucrativo) poderão continuar sendo produzidos em sua totalidade com a madeira de eucalipto, nem mesmo sabe-se qual será a aceitação dos mesmos para este tipo de madeira.

Apenas o produtor de florestas relatou participar de uma associação de produtores, a Reflore/MS, que segundo ele atua na defesa aos interesses coletivos das empresas associadas que se dedicam ao desenvolvimento e plantio de florestas. Ambos relataram ainda que não recebem apoio de nenhuma outra organização pública ou privada à realização de suas atividades. Percebe-se, assim, que para o produtor A só há uma organização

relevante atuando em seu favor. Já, para as serrarias, não há atuação organizacional que as beneficie.

A baixa interação com organizações, principalmente por parte das serrarias, pode se tornar um fator negativo a partir do momento que aquelas têm a função de disseminar informações relevantes entre os agentes. Tal fato, faz com que as serrarias tenham de agir de forma individual na busca por informações com vistas a minimizar a assimetria de informação presente em todos os mercados. Outro fator a ser considerado é o fato de que a serraria B faz parte do núcleo gestor do intitulado Arranjo Produtivo Local de Madeira e Derivados de Ribas do Rio Pardo, sendo este atuante, com participação frequente nas reuniões e tendo assinado um termo de cooperação técnica. Mesmo assim, durante a pesquisa a participação no APL ou mesmo no núcleo gestor não foi citada nenhuma vez. Tal fato revela indícios de que o agente não se reconhece como parte deste ou mesmo não reconhece as funções do núcleo gestor como relevantes para seu benefício.

Quando indagados sobre a participação em algum processo de certificação, os três agentes responderam positivamente, embora apenas o produtor A já tenha concluído o processo e esteja desfrutando da Certificação Florestal (CERFLOR). O produtor relatou que após o processo passou a alcançar mercados que primam por qualidade e defendem as boas práticas de manejo florestal. Já as serrarias encontram-se ambas ainda em processo de certificação, de forma que ainda não sabem quais serão os impactos percebidos após a conclusão do processo.

A certificação florestal do tipo Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR) (pela qual o produtor A é certificado e a serraria B encontra-se em processo de certificação) é constituída a partir de normas regulamentadas e fiscalizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), representando-se, então, como uma instituição formal que atua sobre estes agentes. O processo de certificação exige dos agentes dele participantes um nível padronizado de atividades desde o setor produtivo até as funções administrativas da empresa, tendo como objetivo principal estabelecer processos que garantam maior

nível de qualidade dos produtos finais. A certificação surge ainda como um diferencial frente ao mercado, de tal forma que os agentes certificados têm acesso a mercados mais exigentes e seletivos, com produtos que respondem a determinado padrão de qualidade.

Tal necessidade é proveniente das alterações que vem ocorrendo no agronegócio, onde produtos com garantia de origem visam atender a mercados mais completos e à demanda mais exigente dos consumidores acerca das condições corretas de manejo do produto consumido. Há ainda uma alta relação entre o processo de certificação e o atendimento ao mercado externo, mais exigente do que os consumidores nacionais.

Quando indagadas sobre quais os aspectos mais importantes na compra de madeira ambas serrarias relataram a regularidade na entrega, a garantia de entrega e o preço. B relatou que a tradição ou confiança no fornecedor é fator importante e C relatou a proximidade com o fornecedor. Diante disso e dos fatos anteriormente relacionados pode-se perceber que há indícios de certa especificidade nos ativos transacionados, seja pelo tipo de madeira, seja pela distância até o fornecedor. Ambos relatam que seu fornecedor está localizado há um raio médio de 80km de distância, estando localizado no mesmo município, fator conveniente quando se avalia a qualidade das estradas vicinais por onde a madeira é transportada e as características da mesma. As características do produto transacionado tornam inviável seu transporte a longas distâncias. O transporte da madeira fica sob a responsabilidade dos caminhões da própria serraria, de tal forma que uma longa distância até o fornecedor também aumentaria o custo das mesmas.

Além disso, as serrarias B e C relatam que nas poucas vezes que tiveram problemas de não recebimento do produto na data acordada, tal fato se deu principalmente pelas condições climáticas que eram desfavoráveis. Assim, nenhuma delas recorreu judicialmente pela quebra no prazo acordado e ambas voltaram a comprar do mesmo fornecedor após este fato.

Considerando-se as condições acima citadas, embora ambas não tenham relatado o fato, percebe-se que as serrarias B e C percebem as instituições informais como relevantes

em suas transações com o produtor. O fator confiança ou tradição do produtor está presente na confiabilidade de entrega regular da madeira, na continuidade da relação exclusiva com um mesmo fornecedor.

A frequência das transações realizadas é muito alta. Diária, de acordo com A, B e C, e as mesmas são garantidas através de contratos bianuais. Considerando-se o fato de que os contratos são de longa duração quando comparados à alta frequência com que as transações se realizam e de que o comportamento oportunista por parte do produtor é baixa, pode-se afirmar que há fortes indícios de que além das salvaguardas contratuais ambos agentes tem interesse na continuidade da relação. Além disso, as instituições informais revelam-se importantes, uma vez que problemas de quebras contratuais são raros e que quando acontecem são resolvidas entre os próprios agentes de forma pacífica.

A alta frequência das transações reduz a incerteza envolvida na transação, uma vez que as partes adquirem conhecimento umas das outras e constroem uma reputação em torno disso, estabelecendo uma relação de confiança e interesse na continuidade da relação. Apesar disso, ressalta-se que neste cenário uma atitude oportunista entre as partes poderia ser mais prejudicial se fosse tomada pelo produtor, pois as serrarias estão mais vulneráveis tendo um único fornecedor, ou seja, precisariam de um tempo para conseguir novo fornecimento, prejudicando sua produção. Apesar de perceber que há um interesse na continuidade da relação por parte de ambos, o pagamento da mercadoria adquirida pelas serrarias é sempre antecipado.

Quando indagados sobre seus maiores clientes, o produtor citou três que detêm a compra de 65% de sua produção. As serrarias B e C não estavam inclusas nestes clientes. Destes, dois estão localizados no mesmo município e um no município vizinho de Água Clara, confirmando a existência de especificidade locacional também por parte do produtor. O produtor relata ainda que a madeira produzida por ele possui manejo específico para serraria, confirmando a especificidade do ativo transacionado. Do total de sua produção, 80% é destinado às serrarias e 20% para carvão.

Para o produtor a relação de confiança não foi mencionada, mas nas transações com

B e C, se mostra aparente conforme já relatado acima. Para o produtor, não são predominantes as vendas via contrato. Com relação aos fatores mais importantes quando da venda da madeira, houve um consenso com as serrarias, sendo que qualidade e regularidade na entrega foram citados. Para A, B e C a qualidade da madeira ofertada no mercado é uma constante, no entanto para A haja poucos fornecedores deste tipo de madeira. Quando questionados sobre a realização de outros tipos de atividades, A e B disseram não realizar nenhuma outra atividade, enquanto C disse realizar também operações de compra e venda de madeira serrada. Tal fato torna-se importante a partir do momento que a realização de um único tipo de atividade dá menos opções estratégicas dos agentes perante alterações no mercado.

Constata-se que apesar de A ser menos vulnerável a uma atitude oportunista por parte de B e C, uma vez que pode comercializar sua madeira com outras serrarias, A ainda assim está limitado a vender 80% de sua produção para serrarias que estejam localizadas em Ribas do Rio Pardo ou municípios vizinhos, o que explica o não interesse por quebras contratuais. Ambos agentes ficam reféns da transação, embora A menos que B e C. Por fim, quando indagados sobre diferenciação de preços, ambas as partes relataram que a mesma ocorre apenas em função da qualidade da madeira transacionada, que de acordo com os entrevistados possui baixa variabilidade.

Com base nas características dos agentes e sua percepção com relação às instituições e organizações, as características da transação e os pressupostos comportamentais, identificou-se que a estrutura de governança adotada pelos agentes é do tipo híbrido, com relações contratuais de médio prazo estabelecidas entre os agentes, além da existência de relação de confiança e tradição.

Conclusão

A partir da realização da presente pesquisa foi possível perceber que a estrutura de governança adotada pelos agentes de Ribas do Rio Pardo (serrarias e produtores) é determinada pelas características das transações, pelos pressupostos comportamentais dos agentes e pela presença de instituições e

organizações. No caso estudado, foi detectada a presença de instituições formais e informais na transação. Percebeu-se ainda que, embora haja instituições informais influenciando na relação, nem sempre os agentes tiveram esta clara percepção. Ademais, a organização presente e citada como relevante atua apenas na defesa dos interesses coletivos dos produtores, não tendo sido percebida grande influência da mesma sobre as transações com as serrarias em específico.

Já com relação aos pressupostos comportamentais foi detectada a presença de racionalidade limitada, no entanto os problemas ocorrem com pouca frequência e quando ocorrem são resolvidos pacificamente entre os próprios agentes. O oportunismo não foi detectado nas relações até o presente momento por nenhuma das partes, mas deve ser sempre considerado como uma possibilidade. Percebeu-se certa dependência entre os agentes. Mais dependência por parte das serrarias do que por parte dos produtores, no entanto ambos têm interesse na continuidade da relação. Há uma reputação construída e certa relação de confiança, principalmente no produtor.

Com relação às características das transações, detectou-se alta frequência, média especificidade de ativos (especificidade do produto transacionado e especificidade locacional) e baixa incerteza. Considerando-se todas estas variáveis, a estrutura de governança adotada pelos agentes é a estrutura híbrida, garantida por contratos e relação de confiança/ reputação.

Frente à alteração mercadológica que vem acontecendo de substituição de pinus por eucalipto, embora as serrarias já venham pesquisando o novo tipo de madeira e sua aplicabilidade, ainda é incerta sua aceitação de mercado, seus produtos finais e seu valor agregado. Por parte do produtor, já vêm sendo realizado o plantio de eucalipto, visando atender à esta nova tendência, mas a maturidade das florestas para venda ainda não foi atingida. Tais fatos geram certa incerteza que permeia o futuro da cadeia produtiva. Tanto produtores quanto serrarias ainda veem tal questão como um problema futuro e continuam suas atividades normalmente enquanto há pinus plantado para alimentar as serrarias.

Percebe-se aí a importância de que tanto produtores quanto serrarias passem a olhar o

problema como algo mais próximo a eles, buscando uma maior variabilidade de produtos e mercados com boa aceitação para que sua lucratividade não caia de forma irreversível. O mesmo vale para os produtores, uma vez que o eucalipto apresenta manejo específico para cada destinação (carvão, serraria, papel e celulose, energia, dentre outros). Neste aspecto o planejamento futuro e a instituição de ações estratégicas e pesquisa de mercado são relevantes. Tendo em vista que o presente trabalho foi realizado com poucos agentes, como proposta de trabalho futuro será realizada uma pesquisa com todos os produtores de pinus e eucalipto e todas as serrarias presentes no município de Ribas do Rio Pardo/MS, tendo como objetivo verificar se a estrutura de governança encontrada se aplica também aos demais agentes ou se é limitada aos aqui relacionados.

Referências

- ABRAF. *Anuário Estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011*. Brasília: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas, 2012. p. 150.
- AZEVEDO, P. F. Antecedentes - Coase e os anos 30: o redirecionamento do enfoque. In: FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. *Competitividade: Mercado, Estado e Organizações*. São Paulo: Singular, 1997. p. 286. (Cap. Parte I).
- ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE MADEIRA E DERIVADOS DE RIBAS DO RIO PARDO. APL de Madeira e Derivados de Ribas. *Núcleo Gestor*. Reunião núcleo gestor, 2012.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Agrostat*, 2012. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- COASE, R. H. The Nature of the Firm. In: WILLIAMSON, O.; WINTER, S. G. *The nature of the firm*. New York: Oxford University Press, 1991. p. 17.
- Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL). *Projeto Siga - Mapa de Área Plantada no MS*, 2012.
- FARINA, E. M. M. Q.; SAES, M. S. M. Os Desafios do Livre Mercado. In: FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. *Competitividade: Mercado, Estado e Organizações*. São Paulo: Singular, 1997. p. 195-232. (Cap. 7).
- GIORDANO, S. R. The Importance of Socioenvironmental Certification in Agri-Chains. In: ZULBERSZTAJN, D.; OMTA, O. *Advances in Supply Chain Analysis in Agri-Food Systems*. São Paulo: Singular, 2009. p. 167-185.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *IBGE Cidades*, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 08 fev. 2013.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *SIDRA*, 2010b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/silvi/default.asp?z=t&o=29&i=P>>. Acesso em: 18 set. 2012.
- NORTH, D. C. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 5; n. 1, p. 97-112, 1991.
- SEBRAE; SEPROTUR; MATO GROSSO DO SUL. *Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas - Relatório Final*. Campo Grande: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. 2009p. 451..
- WILLIAMSON, E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, v. 38, p. 595-613, Set. 2000.
- WILLIAMSON, O. E. *The Mechanisms of Governance*. New York: Oxford University Press, 1996.
- WILLIAMSON, O. E. The Theory of the Firm as Governance Structure: from Choice to Contract. *Journal of Economic Perspectives*, Summer 2002. 171 - 195.
- ZULBERSZTAJN, D. Economia das Organizações. In: ZULBERSZTAJN, D.; NEVES, F. N. *Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 23-38.

Prolocal: inclusão produtiva dos pequenos negócios como política de desenvolvimento municipal no Mato Grosso do Sul

Prolocal: productive inclusion of small businesses as a policy of city development in Mato Grosso do Sul

Prolocal: inclusión productiva de pequeños negocios como una política municipal en Mato Grosso do Sul

Prolocal: inclusion pructif de petit enterprise comment une policie municipal en Mato Grosso do Sul

Cleonice Le-Bourlegat*

(clebourlegat@ucdb.br)

Sandra Amarilha**

(amarilha@gmail.com)

Recebido em 10/04/2013; revisado e aprovado em 11/08/2013; aceito em 17/09/2013

Resumo: Com a missão de implementar políticas públicas para um ambiente favorável aos pequenos negócios, o SEBRAE Mato Grosso do Sul criou o projeto PROLOCAL. Este artigo analisa seus impactos na inclusão produtiva e dinamização econômica nos municípios de fronteira, instrumentalizado por quatro focos: formalização de empresas, agente de desenvolvimento, compras governamentais e desburocratização.

Palavras-chave: PROLOCAL, inclusão produtiva, desenvolvimento municipal.

Abstract: With the mission of implementing public policies for a small business friendly environment, SEBRAE Mato Grosso do Sul created PROLOCAL. This article analyses its impact in the productive inclusion and economic promotion in the frontier cities, using as an instrument four focuses: Companies Formalization, Development agent, governmental purchases and debureaucratisation.

Key words: PROLOCAL, Productive Inclusion, County Development.

Resumen: Con la misión de implementar políticas públicas para crear un ambiente favorable a los pequeños negocios, el SEBRAE Mato Grosso do Sul creó el proyecto PROLOCAL. Este artículo analiza sus impactos en la inclusión productiva y la dinamización económica en los municipios de frontera, instrumentalizado por cuatro focos: Formalización de empresas, agentes de desarrollo, adquisiciones gubernamentales y desburocratización.

Palabras clave: PROLOCAL, Inclusión Productiva, Desarrollo municipal.

Resumé: Avec la mission de implimenter les politique public pour un enviroment favorable pour le petites entreprises, le SEBRAE Mato Grosso do Sul créé le projet PROLOCAL. Cet article examine son impact en le inclusión productif et avancement economique des municípe de frontier, instrumentalizé pour quatre foyers : fomalizatiön d'entreprise, agent de development, achet publics et desbureaucratization.

Mots-clés :Prolocal, Inclusión Productif, Development Municipal .

Introdução

A economia dinamizada por uma política de investimentos vindos de outros Estados na “Marcha para o Oeste” iniciada no governo Getúlio Vargas, ainda mantém na mentalidade coletiva, que a atração de grandes empresas vindas de outras regiões é a única solução para resolver os problemas de baixo dinamismo econômico e os baixos níveis de geração de emprego e renda (ES-TERCI,1972, p. 19)

Estão entre os Municípios que apre-

sentam maior dinamismo econômico dentro do Estado, de um modo geral, aqueles que se avizinham dos Estados da Região Sul e Sudeste como também, aqueles situados ao longo de corredores de transporte polarizados por Campo Grande e Dourados.

No entanto, mesmo sob os efeitos dos grandes investimentos a participação da produção sul-mato-grossense na formação da riqueza nacional não cresce relativamente mantendo-se na média de 1,20%. As iniciativas para diversificação da matriz produtiva são recentes e os resultados ainda são gradativos.

* Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, Brasil.

** Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); SEBRAE/MS, Campo Grande, MS, Brasil.

Essa dinamização que se interioriza de Leste para Oeste tem servido para ampliar a distinção da desigualdade já existente em relação aos Municípios mais interiores de Mato Grosso do Sul, especialmente aqueles situados na região da Faixa de Fronteira, onde prevalecem os mais baixos indicadores de desenvolvimento humano. Além disso, os pequenos municípios com menos de 50 mil habitantes, abrangem 73 dos 79 existentes no Estado, que apresentam forte dependência dos programas sociais.

Os municípios fronteiriços têm sido alvo de preocupação de políticas federais de inclusão produtiva por parte do Ministério da Integração Nacional (Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (territórios da cidadania) e do Banco do Brasil (estratégias de Desenvolvimento Regional Sustentável).

A problemática deste artigo diz respeito à forma como os Municípios mais vulneráveis da Fronteira Agrícola de Mato Grosso do Sul estariam respondendo ao processo de implementação do PROLOCAL e que natureza de impactos já poderia ser identificada em relação à inclusão produtiva desses Municípios.

Parte-se da hipótese que o desenvolvimento local, por suas características, é um processo que possibilita o fortalecimento e autonomização dessas áreas de forma integrada por meio de redes de articulação, aprendizagem e governança. Mas como esse processo é pautado em mudanças de valores e crenças, acompanhado de um protagonismo e identificação de potencialidades, ele pode exigir, no caso de sociedades mais vulneráveis como o território alvo da pesquisa, políticas mais efetivas e customizadas na sua implantação.

Existem dois objetivos específicos nesse processo de desenvolvimento territorial: (1) Verificar em que estágio se encontra a municipalização da Lei Geral como instrumento de apoio ao desenvolvimento de competências locais; (2) Identificar formas encontradas de inclusão produtiva de micro e pequenas empresas locais, observando-se com nível maior de detalhamento os benefícios do uso do poder de compra dos órgãos públicos nesse sentido.

1 SEBRAE como agente de política pública de desenvolvimento municipal

Nesse novo contexto de políticas de inclusão produtiva, o Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) assume o papel de agente de desenvolvimento, procurando atuar como articulador de parceiros públicos e privados em projetos de fortalecimento de micro e pequenas empresas (MPEs) em seus territórios de manifestação. Essas iniciativas ocorrem num processo de desenvolvimento territorial, no qual os atores econômicos locais e o tecido institucional de apoio são desafiados a se solidarizar em iniciativas coletivas de aprendizagem e de governança, visando construir competências territoriais de inclusão produtiva.

Tendo em vista o contexto de políticas federais previstas nos Planos “Brasil Maior” e “Brasil sem Miséria”, a regulamentação da Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas nos Municípios e a incumbência de agente mobilizador do desenvolvimento local com base no fortalecimento das MPEs, o Sebrae de Mato Grosso do Sul lançou-se ao desafio da implementação da Lei Geral da micro empresa – Lei complementar 123/2006 em todo Estado e ao processo paralelo de inclusão produtiva nos territórios municipais mais vulneráveis, por meio do desenvolvimento local.

Desde 2011, o projeto denominado PROLOCAL foi executado em 21 Municípios do Estado com menos de 50 mil habitantes no esforço de municipalização da lei. Até maio de 2012, dos 78 municípios que compõe o Estado, 62 já haviam cumprido a meta de regulamentação, ou seja, 79% dos municípios. No entanto, o PROLOCAL mantém o desafio de intensificar os dispositivos de aplicação efetiva da lei em 21 Municípios, em sua primeira fase que vai de 2011 a 2013, devendo ser expandido para mais municípios assim que lograr êxito.

Conforme Le-Bourlegat, 2011 obter resultados transformadores em realidades complexas requer articulação de atores que possam alavancar o processo, e, adesão do público alvo. Dessa forma o SEBRAE compartilhou com as entidades de seu conselho deliberativo a autoria do PROLOCAL e lançou em 15 de fevereiro de 2011 o edital para seleção dos municípios que seriam assistidos com uma série de ações intensificadas de qualificação e apoio empresarial. As prefeituras para receberem o benefício de serem assistidas pelo Sistema S se comprometeram a regulamentar a Lei Geral e cumpri-la, iniciando pela nomeação de um Agente de Desenvolvimento e

disponibilizando o mesmo para capacitação, a cargo do SEBRAE, como primeiro passo.

Micro e pequena empresa e a lei geral

O Estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte, instituído pela Lei n. 9841 de 5 de outubro de 1999, apresenta um

conjunto de normas jurídicas para tratamento diferenciado em questões: documentais, administrativas, trabalhistas, previdenciárias e creditícias e altera para faturamento, o critério de enquadramento outrora baseado no número de funcionários, referendado posteriormente pela Lei Complementar 123 de 2006.

Porte	Faturamento
Microempresa	Receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)
Empresa de pequeno porte	Receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Quadro 1 – Critérios de definição do porte das empresas no Brasil

Fonte: Lei 9841/1999 e Lei Complementar 123/2006

A micro e a pequena empresa, de acordo com Koteski (2004) representa um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, tanto por sua capacidade geradora de empregos, como pelo significativo número de estabelecimentos disseminados em vários pontos do país. Os pequenos negócios apresentam estruturas flexíveis com potencialidade para responder melhor e mais rapidamente às crises econômicas.

A globalização e a abertura econômica, segundo Amaral (2002), tem exigido um enorme desafio no campo da competitividade empresarial, gerando deslocamento dos investimentos na busca de mão-de-obra barata e concorrência entre os territórios. Nesse processo, ocorreu desintegração vertical das grandes empresas e integração horizontal das pequenas e médias empresas, valorizando o território e seus atores. Os agrupamentos em redes e organizações coletivas tem sido motivo de grandes renovações para as MPes, de novas possibilidades de emprego e renda e de fortalecimento do tecido produtivo, possibilitando processos de desenvolvimento endógeno.

A Lei Geral (123/2006) foi um grande marco no que diz respeito à efetivação do disposto no artigo 179 da Constituição Federal de 1988, que preceitua que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento

jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.

1 O que é implementar a lei geral?

A Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas, Lei Complementar n. 123 sancionada em 2006 transformou-se em instrumento facilitador de inclusão produtiva dos pequenos negócios, na medida em que contribui para regularizar e ampliar suas vantagens competitivas no território vivido, ou melhor, onde estão sediadas.

A legislação tem uma função modernizadora ao potencializar, entre outros, os paradigmas de: (1) Estabelecimento da confiança prévia no empreendedor; (2) Resgate do papel orientador da fiscalização; (3) Aprofundamento da capacidade contributiva em um sistema tributário mais justo; (4) Uso da política pública de compras do Estado para impulsionar a pequena economia que estava alijada de participar das licitações; (5) A promoção do desenvolvimento local. (METZKER, 2009).

A regulamentação da LEI GERAL desde 2006 ocorre de forma lenta, exigindo muito esforço do SEBRAE juntos aos gestores municipais. Teve início o processo de regulamentação junto aos Municípios em Mato Grosso

do Sul em 2011. Em 20 de maio de 2012 – 63 municípios no MS.

Nassif, 2007 indica alguns passos para a efetivação de uma estratégia de âmbito nacional, como a atuação do Sebrae no esforço de implementação da Lei Geral. Primeiramente, ele afirma que a questão-chave é definir um objetivo estratégico. Para o Sebrae, o objetivo principal é a concepção de um modelo de desenvolvimento que tenha como base os dispostos da Lei Complementar 123/2006.

Ainda há uma série de artigos da Lei Geral que necessita de regulamentação nos municípios. No intuito de acelerar esse processo, o Sebrae, sensibiliza para a regulamentação e implementação da Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas nos municípios brasileiros.

Contudo, a aprovação do marco legal foi apenas um ponto de partida. Para que os dispositivos se efetivem, é preciso um esforço para regulamentação da legislação no município e, posteriormente, para a implantação de uma estratégia de implementação. Caso contrário, o avanço que a Lei Geral traz fica tolhido.

Regulamentação é diferente de implantação, ou também chamada de municipalização, já que nesse caso, o desafio é implantar a lei como uma medida de apoio ao processo de desenvolvimento do município por meio do fortalecimento da MPE. No presente estudo foi analisada a efetividade e eficácia desse processo de implementação instrumentalizado no PROLOCAL.

Segundo Nassif, para atingir o objetivo proposto, é preciso definir uma lista restrita de prioridades. Nesse sentido, a Unidade de Desenvolvimento Territorial do Sebrae (UDT) formulou um sistema de monitoramento da implementação da Lei Geral, no qual inicialmente foram eleitos quatro, entre os vários dispositivos da lei geral, para serem trabalhados prioritariamente: empreendedor individual; desburocratização; uso do poder de compra; e agente de desenvolvimento local, que denominam-se como eixos prioritários no PROLOCAL.

Na lógica dos eixos prioritários, ao nomear um agente local de desenvolvimento, capacitá-lo, dar-lhe autonomia para agir, derubar as barreiras burocráticas para investimento empresarial e estimular a formalização,

as condições básicas para a competitividade local instalam-se, e são estimuladas por perspectivas de um novo mercado: o potencial de compra das prefeituras, que pode exercer papel ativo de agente econômico ao irrigar a economia comprando de fornecedores locais. É a força de uma oportunidade de mercado impulsionando para um ciclo virtuoso da economia, aqui se estabelece a lógica do PROLOCAL.

A municipalização da Lei Geral convergente ao processo de desenvolvimento territorial passa por ganhos gradativos que compreendem (1) Mobilização da sociedade civil, (2) Sensibilização de agentes públicos, (3) Ampliação das competências locais por processos coletivos de aprendizagem, (4) Adequação do ambiente legal para que o mercado opere a favor do desenvolvimento e (5) Dinamização da economia.

2 O PROLOCAL como instrumento de política pública para desenvolvimento

Ao buscar inclusão produtiva num cenário de crescimento econômico, orienta-se para uma visão compartilhada de futuro na qual a micro e a pequena empresa exerça papel de sustentação, que o caminho seja trilhado com planejamento participativo protagonizado por atores locais. Esses elementos estão presentes no PROLOCAL, projeto de apoio ao desenvolvimento econômico dos municípios fundamentado na Lei Geral, coordenado pelo SEBRAE, e objeto de análise no presente estudo.

Com base em Boisier (1998) há dois requisitos básicos para que se efetue intervenções territoriais inteligentes com possibilidade de êxito: a construção de um novo conhecimento e a construção do poder político local/regional. Tudo isso ocorre, ou não, com mais ou menos intensidade, dependendo muito da cultura cívica, capital social ou da densidade e qualidade institucional acumulada no território/região. Dadas estas condições e atendidos os requisitos, torna-se possível atingir um objetivo altamente almejado pelos atores, agentes participativos que atuam no processo de desenvolvimento local-regional, que é o de superar a dependente condição de território-palco, para a de território-ator. E que desse processo virtuoso, pelo exercício de um processo permanente de concertação

social, resulte a constituição de um novo pacto socioterritorial (BOISIER, 1998, p. 53-69).

Dessa forma, é possível atingir outro passo apontado por Nassif: a transformação dos princípios em agenda, através de abordagens segmentadas, que é exatamente o que Sebrae faz ao criar medidas que aumentem o envolvimento do entes públicos com os mecanismos da Lei Geral. “Cada região tem

que traduzir para ela a estratégia que o país adotou para si” (NASSIF, 2007). Essa categoria conceitual torna-se fundamental na análise das formas e condições de participação dos atores locais na implementação do PROLOCAL, vislumbrados na possibilidade de mobilização e inclusão produtiva das micro e pequenas empresas, transformarem seu Município num território-ator.

São fases do PROLOCAL:

1. Construção do conhecimento e pacto territorial
1.1. Lançamento do edital de seleção dos municípios
1.2. Diagnostico das empresas - Negócio a Negócio
1.3. Evento de Lançamento municipal do projeto
1.4. Entrevistas estruturadas com lideranças
1.5. Empresário oculto – simulador de barreiras burocráticas para formalização de empresas
1.6. Oficina Analise S.W.O.T : ambiente empresarial
1.7. Elaboração do Plano de Ação compartilhado
1.8. Publicação do plano de ação municipal
1.9. Publicação do conhecimento qualificado
1.10. Publicação do diagnostico de desburocratização
1.11. Publicação do mapa de oportunidades p/ novos negócios
2. Estratégias de políticas públicas - implementação da lei geral
2.1. Formação da rede de agentes de Desenvolvimento
2.2. Revisão das leis e práticas relacionadas as compras públicas e incentivos fiscais
2.3. Capacitação dos agentes de desenvolvimento para tratamento diferenciado a MPE
2.4. Assessoria aos gestores públicos e implantação da sala do empreendedor;
3. Estratégias para Competitividade Sistêmica
3.1. Ações de estímulo ao empreendedorismo local
3.2. Ações de capacitação e consultoria empresarial conforme plano de ação local;
3.3. Apoio técnico na formulação de projetos para desenvolvimento de sistemas produtivos locais
3.4. Uso do poder de compras das prefeituras – inclusão produtiva dos pequenos negócios
3.5. Qualificação empresarial de potenciais fornecedores das prefeituras e escolas estaduais

Quadro 2 – Etapas do PROLOCAL. Elaborado pela autora, 2011.

O PROLOCAL apresenta-se como instrumento institucional para criar a ambiência legal favorável à inclusão produtiva dos pequenos negócios e a aprendizagem coletiva nos territórios, principalmente naqueles onde não há grandes empresas instaladas.

A oportunidade dada a todos os municípios com menos de 50 mil habitantes, abrangia 73 municípios do Estado, em 2011, ficando de fora apenas: Campo Grande, Ponta Porã, Corumbá, Dourados e Três Lagoas. Mesmo assim apenas 35 candidataram-se e conforme os critérios estabelecidos, e 21 foram selecionados.

Desses 21(vinte e um) municípios selecionados, situam-se na faixa de fronteira com até 150 (cento e cinquenta) quilômetros da linha fronteira, 9 (nove) deles, que são: Maracaju, Sidrolândia, Nioaque, Bodoquena, Itaquiraí, Caarapó, Porto Murtinho, Aral Moreira e Mundo Novo. O foco da análise foi limitado aos três municípios situados exatamente na linha de fronteira com o Paraguai, e, portanto, objeto de aprofundamento deste estudo, em função da diferenciação das transações comerciais e evasão de renda pelo consumo transfronteiriço.

3 Os impactos do PROLOCAL

A implementação da lei geral requer mudanças nos procedimentos e práticas governamentais na consecução das metas e promove possibilidades de alteração no formato institucional do processo decisório, articulação público-privada na formulação de políticas, abertura maior ou menor para a participação dos setores interessados (BANCO MUNDIAL, 1992, apud DINIZ, 1995, p.400).

Novos e importantes atores somaram ao esforço de implementação. Em março de 2013, o TCE- tribunal de contas do estado, assinou com SEBRAE, Assomasul e Governo do Estado o compromisso de fazer cumprir a lei,

sendo que ainda em 2013 irá desempenhar um papel educativo para a partir de 2014 aplicar as sanções àqueles gestores municipais que não cumprirem a lei promovendo tratamento diferenciado aos pequenos negócios de seu município.

Para efeito deste estudo aplicou-se nos 21 municípios uma pesquisa de monitoramento, baseado nos quatro eixos principais da implementação da Lei Geral, que são: (a) agente de desenvolvimento; (b) empreendedor individual; (c) desburocratização e (d) uso do poder de compras.

Para cada eixo prioritário da lei geral, definiu-se um objetivo estratégico, e sob essa matriz, o **indicador de implementação da lei geral**.

EIXO PRIORITÁRIO	FOCO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Agente de desenvolvimento	Designação e Plano de trabalho efetivo	1,4
Empreendedor individual	Inserção do EI na base de dados do município	2
	Dispensa do habite-se do imóvel que o EI e registrado	
	Manutenção do IPTU residencial para o EI que exerce atividade em sua residência	
Desburocratização	Tempo médio de abertura das empresas	2,3
	Especificação das atividades e respectivos graus de riscos	
	Concessão de alvará de funcionamento provisório	
Uso do poder de compra	Participação dos pequenos negócios nas compras municipais	4,3
	Editais exclusivos para participação dos pequenos negócios até R\$ 80.000,00	
	Subcontratação de até 30% do valor licitado	
	Cota de até 25% de bens de natureza divisível	
Total		10

Quadro 3 – Matriz de implementação da lei geral. SEBRAE. Diretrizes estratégicas para implementação da lei geral nos municípios. Dezembro, 2011.

Conforme mencionado uma série de variáveis referentes aos dispositivos que as prefeituras devem adotar, mais precisamente 58 foram avaliadas por meio do Sistema de Monitoramento da Lei Geral. A partir daí, é possível observar se a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é praticada pelos gestores públicos municipais.

O foco de análise dos quatro grandes eixos (uso do poder de compra do município; desburocratização da abertura, funcionamento e fechamento de empresas; empreendedor individual e agente de desenvolvimento) se dá a partir do acompanhamento e monito-

ramento da ação pública sob quatro aspectos: Regulamentação; Operacionalização; Esforço; Resultados. Ou seja, são pontuadas além da atuação das prefeituras em prol da regulamentação a Lei Geral a sua aplicabilidade (operacionalização), bem como os esforços dos gestores municipais em ações que não estão obrigatoriamente previstas na legislação, mas que certamente são fundamentais para a observância da mesma.

A lógica do Indicador parte, do pressuposto que os municípios devem por em prática pontos específicos da Lei Geral, a partir de uma aplicação mínima de alguns

dispositivos, o município será qualificado como tendo implementado o eixo analisado. O sistema de monitoramento da implementação da Lei Geral permite mensurar localmente os impactos da estratégia nacional, no caso o desenvolvimento calcado no Estatuto da

Micro e Pequena Empresa

Aplicando-se o instrumento de pesquisa para avaliação do município - Implementação da Lei Complementar 123/2006, conforme método de pontuação por eixo, surge o quadro abaixo:

Município	Implementa a Lei Geral	Respondeu	Uso do Poder de Compra	Desburocratização	Empreendedor Individual	Agente de Desenvolvimento
APARECIDA DO TABOADO	S	S	6,08	5	5,1	10
ARAL MOREIRA	S	S	7,65	7,4	8,3	10
BANDEIRANTES	NÃO	S	3,47	4,2	2,7	8,3
BATAGUASSU	NÃO	S	5,69	4,8	2	10
BATAYPORÃ	S	S	5,98	4,3	1,1	8,3
BODOQUEJENA	S	S	9,16	5,5	6,3	8,3
CAARAPÓ	S	S	7,02	5,6	3,9	10
CHAPADÃO DO SUL	S	S	7,86	7,7	7,7	10
COSTA RICA	NÃO	S	5,26	4,3	3,7	10
INOCÊNCIA	S	S	7,18	3,6	3,3	10
ITAQUIRAÍ	S	S	8,31	6,7	7,9	10
IVINHEMA	S	S	7,18	3	4,9	10
MARACAJU	S	S	7,45	6,2	5,4	10
MUNDO NOVO	NÃO	S	3,01	2,8	1,7	6,3
NIOAQUE	S	S	7,24	3,3	3,7	10
PORTO MURTINHO	S	S	6,61	3,6	5,1	10
RIBAS DO RIO PARDO	S	S	6,09	3,2	1,1	10
RIO NEGRO	S	S	8,09	4,1	5,2	10
SELVÍRIA	NÃO	S	6,84	4,4	5,7	10
SIDROLÂNDIA	S	S	9,1	5,1	4,8	10
SONORA	S	S	8,29	6,1	8,4	10

Quadro 4 – Implementação da lei geral/ PROLOCAL.
Fonte: sistema de monitoramento da lei geral, agosto 2013.

Do grupo prioritário dos 21 municípios alvo do PROLOCAL, não foram bem sucedidos na implementação da lei até o mês de agosto de 2013 apenas os municípios de Bandeirantes, Bataguassu, Costa Rica, Mundo Novo e Selvíria.

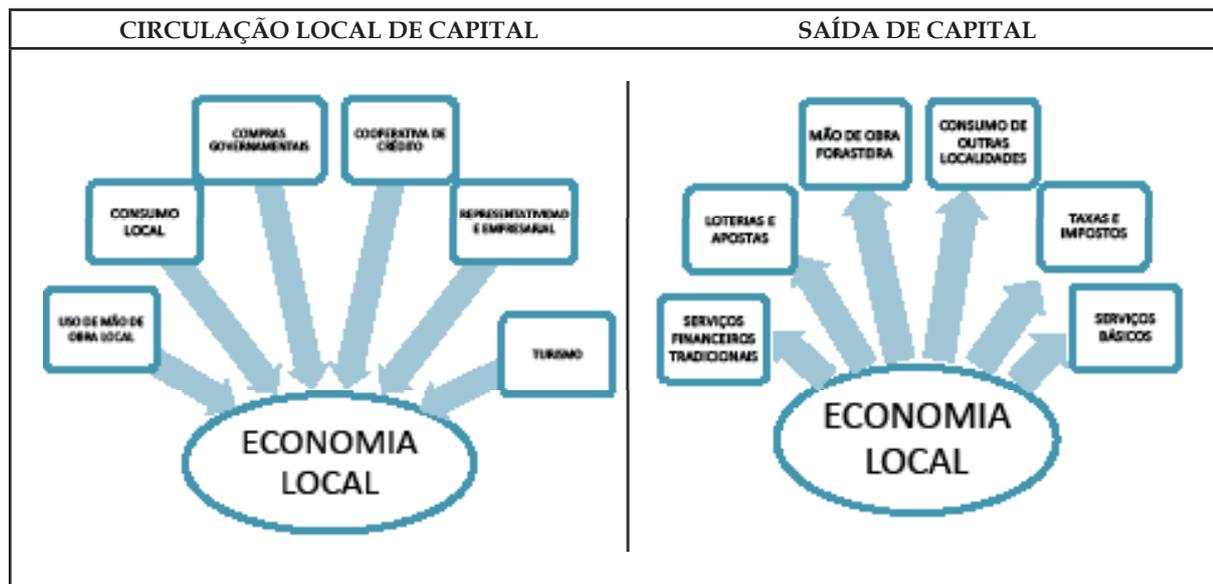
Da linha de fronteira Aral Moreira e Porto Murinho implementaram a contento, somente Mundo Novo não apresentou sucesso. O capítulo V da lei, "Do acesso aos mercados", abre a possibilidade para os municípios adequarem seus processos licitatórios ao desenvolvimento local, por meio da priorização dos pequenos negócios. (a) licitações de até R\$ 80.000,00 exclusivas para micro e pequenas empresas; (b) subcontratação de até 30% do total licitado para micro e pequenas empresas e (c) cotas de até 25% em aquisições de bens e serviços de natureza divisível.

Uso do poder de compras por parte do poder público abre uma oportunidade de inclusão de micro e pequenas empresas nesse mercado potencial, e evita que haja drenagem

dos recursos locais para grandes empresas e multinacionais.

As oportunidades de circulação local da renda aplicam-se desde a aquisição da merenda escolar localmente dos pequenos produtores, a contratação de serviços de pequenos reparos, manutenção de veículos, aquisição de materiais de consumo, construção, abrindo um significativo mercado para pequenos negócios. Estas empresas, com o aumento das vendas e as perspectivas de planejamento do fornecimento irão gerar empregos locais e contribuir para arrecadação de impostos na economia formal, que se reverterá em benefícios à cidade, a saúde, educação, enfim gerando o ciclo virtuoso da economia.

Quando há ativação da economia local por meio dos recursos já disponíveis, pode corrigir efeitos de drenagem de recursos, substituindo por efeitos de irrigação da economia, que constituem também importantes fatores dinamizadores.



Quadro 5 – Irrigação e drenagem de recursos na economia municipal
Elaborado pela autora, 2013.

A compra local permite ao dinheiro circular dentro do território, abastecendo outras empresas e movimentando o consumo. Ao trocar de mãos o dinheiro atende às necessidades de consumo das pessoas pelas quais passa, motivando o reabastecimento das mercadorias consumidas e permitindo às empresas aumentar sua escala de comer-

cialização. Economicamente falando, a cada nova compra com o mesmo capital, maior o PIB registrado na região. Ao utilizar mão de obra local as necessidades de consumo do empregado serão satisfeitas na própria cidade, com consumo local.

Fator de relevância no aproveitamento dos recursos disponíveis em determinado

território, as compras governamentais desempenham relevante papel. Em diversas cidades, principalmente naquelas menores, a prefeitura é o principal comprador de produtos e serviços, em torno dela se movimenta a economia local. Entretanto, muitos recursos saem da cidade no momento em que a prefeitura adquire produtos e serviços de outras localidades, como cidades e regiões próximas. Ao invés de promover o desenvolvimento de suas próprias empresas a prefeitura torna-se promotora do desenvolvimento vizinho.

O capítulo V, da Lei Complementar 123, prevê tratamento diferenciado para as Micro e Pequenas Empresas em compras do governo. As prefeituras, ao implementar a Lei Geral e utilizar seus dispositivos na promoção das empresas locais colaboram com o crescimento econômico injetando recursos na localidade, recursos estes que serão utilizados no pagamento de mão de obra local e na compra de outros produtos e serviços, atuando assim como gatilho de ativação da economia local.

Quando se elenca no PROLOCAL o fomento as compras locais, busca-se a irrigação da economia através da criação de competências nas pequenas empresas locais e na agricultura familiar viabilizando negócios com a Prefeitura, Escolas Públicas e demais instituições públicas. A Lei da Merenda também atua neste sentido, direcionando 30% dos recursos para aquisição de merenda escolar para os produtos da agricultura familiar. Este simples movimento é capaz de evitar que parte das riquezas produzidas localmente seja drenada do território. Iniciando no elo primário da economia, presente em todos os municípios sul-mato-grossenses independente de porte, recursos federais disponíveis nos Programas de Aquisição de Alimentos/PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE por si já representam elementos dinamizadores a inclusão produtiva.

Os ganhos obtidos pela ativação da economia local escapam ao entendimento de um observador comum. As externalidades econômicas geradas pelas alternativas apresentadas potencializam o território e empoderam seus habitantes de forma além daquela que poderia ser inicialmente prevista.

A dinamização de cada atividade articula as demais gerando ganhos(chamados de

externalidades) que promovem o desenvolvimento do conjunto das atividades econômicas presentes no território. Seguindo as leis de mercado, ao ativar a economia local aumenta-se a quantidade de moeda no território e a velocidade com que ela circula.

Considerações finais

Aprendendo com Paulo Freire,1979, não bastou tomar consciência do estágio que se encontravam os 21 territórios municipais alvo do projeto, foi necessário organizar todo um método, um arcabouço de ações para produção de mudanças da realidade local até o processo de transformação do conhecimento conforme preconizado por Nonaka e Takeuchi (1997, p. 67) para a articulação dos modelos mentais de atores do desenvolvimento, os pactos e a produção de conhecimento ainda na 1ª fase do PROLOCAL.

Reportando ao problema original da pesquisa, questionando a forma como os Municípios mais vulneráveis da Fronteira de Mato Grosso do Sul estariam respondendo ao processo de implementação do PROLOCAL e que natureza de impactos já poderia ser identificada em relação à inclusão produtiva desses Municípios, conclui-se que a localização em fronteira com Paraguai, não foi fator impeditivo para a evolução no estágio de implementação da lei geral, tanto que nas oficinas com as lideranças dessas localidades sua condição geográfica não foi percebida como ponto fraco ou ameaça ao desenvolvimento.

O fato de Mundo Novo não ter implementado a Lei Geral, e apresentar desempenho inferior no diagnóstico se comparado aos seus pares de condição fronteira: Aral Moreira, Porto Murtinho pode ser explicado pelo baixo grau de adesão ao projeto, ou seja, enquanto os agentes de desenvolvimento destes dois últimos cumpriram a risca todo o plano de capacitações, Mundo Novo não nomeou agente formalmente. Se comparado ao quadro total dos 21 municípios participantes do projeto encontram-se ainda sem implementar a lei geral após 30 meses de PROLOCAL: Bandeirantes, Bataguassu, Costa Rica, Mundo Novo e Selvíria.

Essa situação sugere estudo futuro para analisar se a condição fronteira interestadual

poderia gerar desigualdades regionais mais profundas ou vulnerabilidade espacial para atingir níveis superiores de competitividade empresarial, uma vez que Costa Rica, Bataguassu, Selvíria e Mundo Novo, são limítrofes aos estados de: Goiás, São Paulo e Paraná, respectivamente. A guerra fiscal, o tratamento tributário diferenciado, medidas de desburocratização nesses estados avançaram mais ao comparar com Mato Grosso do Sul, como se atesta na recente instalação do Fórum Permanente da MPE no MS, já consolidado para criação de ambiente favorável aos pequenos negócios nos estados vizinhos.

A evolução das formalizações está mais relacionada à economia de escala, condição econômica mais dinamizada em função de: número de habitantes, investimentos privados mantidos pela Itaipu, pela fronteira comercial dinâmica com o Paraguai, por situar-se no eixo norte-sul de transporte da produção nacional, que requer prestação de serviços. Emerge ainda, a indústria de confecções, acompanhando o crescimento desse segmento na região sul do Estado.

Os números de formalizações nos municípios do PROLOCAL superam as expectativas para ambientes de baixo dinamismo econômico, a confiança de empreender está diretamente relacionada a criação de um ambiente favorável ao empreendedorismo e a produção, elementos diretos da inclusão produtiva. No aspecto de formalização, o PROLOCAL, indiscutivelmente gerou resultados positivos.

Ao analisar a condição do agente de desenvolvimento, relacionando aos vários papéis que direta ou indiretamente são desempenhados: seja articulação, adesão pública, a representação sócio-territorial local, o protagonismo, o enraizamento das competências, a capacidade de gestão, o protagonismo, enfim, a dependência do êxito do projeto com esse ator é plena. Neste ponto inclusive, reside importante reflexão comparativa ao programa DLIS, conforme Franco, 2002, o agente público mantém-se vulnerável a política partidária e mesmo havendo a formação dessa competência, ela será facilmente descartada de não houver uma blindagem quanto seu papel.

Mesmo com cuidados que excederam os preconizados na lei geral, pois no edital de seleção dos municípios para o PROLOCAL foi solicitada a nomeação de agentes com nível

superior completo, enquanto a lei geral solicita apenas nível médio, esse risco permanece. Não há blindagem para que uma vez nomeado e recebendo seu plano de capacitações, esse agente poderá continuar a exercer suas funções de forma autônoma, independente das urnas.

As eleições municipais de 2012, refletiram nessa vertente o maior impacto para a geração de resultados do PROLOCAL. Dos 21 municípios alvo, 14 mudaram prefeitos, e mesmo com ações de sensibilização para continuidade dos agentes nomeados em 2011 e em plena execução do plano de ação do projeto, desses 14, apenas Nioaque manteve a agente nomeada pelo gestor anterior.

Dos municípios de fronteira aqui focados, houve derrota política da situação em Porto Murtinho e Mundo Novo. Apenas Aral Moreira elegeu-se para segundo mandato dando continuidade ao trabalho executado pela agente de desenvolvimento.

A descontinuidade da gestão pública em projeto de desenvolvimento local, mesmo com o cuidado de se formar uma rede de agentes com parceria privada, incluindo associações comerciais e sindicatos rurais, é fator deteriorador dos resultados. O retrabalho foi evidente. Além da desaceleração das ações em período de campanha política, o projeto PROLOCAL enfrentou a descontinuidade política de 2/3 dos prefeitos dos territórios alvo dos projetos, desconstruindo o tecido institucional ora consolidado na ocasião.

No primeiro semestre de 2013, o monitoramento do PROLOCAL identificou que o projeto voltara praticamente para sua situação inicial novamente: gestores públicos novos, desconhecimento dos dispositivos da lei geral, municípios sem agentes de desenvolvimento nomeados, falta de capacitação, sem plano de ação para o desenvolvimento.

Tal constatação sugere um erro tático do PROLOCAL, o período de início. Este projeto pela sua complexidade deveria iniciar-se apenas no primeiro ano ou início do segundo ano de mandato do prefeito municipal, caso contrário, o investimento financeiro, técnico e a mobilização para resultados tornam-no desgastante, com baixa capacidade de produção de resultados num ciclo de projeto de três anos. Este também mostra-se, há seis meses para o término do projeto, um prazo insuficiente para transformações profundas

e sustentáveis no município alvo.

Ao buscar inclusão produtiva num cenário de crescimento econômico, orienta-se para uma visão compartilhada de futuro na qual a micro e a pequena empresa exerça papel de sustentação, que o caminho seja trilhado com planejamento participativo protagonizado por atores locais.

O PROLOCAL dialoga com os gestores públicos muitas vezes já cansados de buscar na atração de grandes indústrias, muitas vezes mal sucedidas em função da logística e da guerra fiscal, mostrando nos pequenos negócios a saída para a estagnação econômica dos municípios com a economia da proximidade, compras locais.

Também de forma assertiva o projeto ancora na identificação de oportunidades para os pequenos negócios, o estímulo ao empreendedorismo, a melhoria das capacidades locais, na inovação, para suprir vazios nas cadeias de fornecimento e assim gerar dinamismo local. Nessa lógica a prefeitura, as escolas estaduais e quaisquer outros entes públicos locais, são percebidos como importante mercado consumidor local com amplitude para todos os setores produtivos, do agricultor familiar ao industrial.

Os ganhos obtidos pela ativação da economia local convertem-se em externalidades econômicas geradas pelas oportunidades que potencializam o território e empoderam seus habitantes de forma além do que seria inicialmente prevista.

Porém não basta trabalhar uma ponta do mercado, a demanda ou aqui especificamente o comprador público, mais ainda é necessário preparar a cadeia de fornecimento formada pelos pequenos negócios.

Os resultados econômicos do PROLOCAL, levantados por intermédio de entrevistas a empresários que investiram nas oportunidades apontadas no mapa de oportunidades dos 21 municípios diz respeito a inclusão produtiva dos agricultores familiares na cadeia de fornecimento.

A partir da priorização dos pequenos negócios nas compras públicas, as chamadas para compra de alimentação escolar com regras próprias do PNAE – programa nacional de alimentação escolar e do PAA- Programa de aquisição de alimentos, plenamente convergiram ao capítulo do uso do poder de com-

pras da lei geral. O SEBRAE dispôs de equipes técnicas para orientar a produção compatível com as necessidades das escolas, e preparar o produtor para manter regularidade, qualidade, preço e gestão de fornecimento, essa ação deve continuar e ampliar escala.

A proposta do PROLOCAL, e consequentemente da implementação da lei geral, assegura que é possível dinamizar as economias dos pequenos municípios com os dispositivos do uso do poder de compras, no entanto, há que se investir de forma intensiva junto aos empresários que desconhecem que há benefícios garantidos por lei para sua participação em processos licitatórios.

Para efeito de consolidação e sustentabilidade dos resultados pretendidos pelo PROLOCAL, é necessário intensificar as ações no eixo do uso do poder de compras, pois é este que materializa em riquezas a evolução do processo. Acredita-se ainda que as compras públicas tem potencial para tornar-se ser o eixo indutor do processo de transformação dos pequenos municípios, impulsionando-os para adoção de melhorias em suas leis e procedimentos concernentes a desburocratização e a formalização de forma a torná-los compatíveis com o processo de desenvolvimento.

Referências

- AMARAL Filho, Jair do. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: SEMINÁRIO “DESENVOLVIMENTO EM DEBATE”: EM COMEMORAÇÃO AOS 50 ANOS DO BNDES, 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos>. Acesso em: 26 maio 2012.
- BANDEIRA, Pedro S. Institucionalização de regiões no Brasil. *Ciência e Cultura*, ano 58 (1), p. 34-35, jan./mar. 2006. <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252006000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 ago. 2013.
- BOISIER, Sergio. Post-scriptum sobre Desarrollo Regional: Modelos Reales y Modelos Mentales. *EURE*, Santiago, CL, v. 24, n. 72, p. 53-69, set. 1998.
- DINIZ, Eli. “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da
- Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. pp. 385-415.
- ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.
- KOTESKI, Marco Antonio. As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro. *Revista FAE Busi-*

ness, n. 8, p. 16-18, maio 2004. Disponível em: <<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revistadafae/faev8n1/revfaev8n103koteski.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Desenvolvimento local na abordagem territorial do atual sistema-mundo. In: TREMBLAY, Gaetan; VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). *O papel da universidade no desenvolvimento local*. Florianópolis: APED, 2011. p. 107-122.

METZKER, Márcio. *Tres anos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa*. Brasília: Sebrae, 2009.

modelos mentales. *EURE*, Santiago, CL, v. 24, n. 72, p. 53-69, set. 1998.

NASSIF, Luís. *Os cabeças-de-planilha*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SE-

BRAE). _____. *Plano de trabalho da rede de agentes de desenvolvimento*. Abril, 2012.

Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). *Diretrizes estratégicas para implementação da lei geral nos municípios*. Dezembro, 2011.

Sites:

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - www.sebrae.com.br.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do MS (SEBRAE/MS) - www.prolocal.ms.sebrae.com.br.

A situação das políticas de sustentabilidade brasileiras perante as metas de desenvolvimento do milênio da ONU no ano de 2008

The status of the Brazilian sustainability policies versus the UN millennium development goals in 2008

Le situation des politiques brésilien du développement durabilité comparativement aux Objectifs du Millénaire de les Nations Unies en 2008

La situación de las políticas de sostenibilidad brasileñas frente a las metas de Desarrollo de la ONU en 2008

Paulo Henrique Gomes Antello e Silva*
(paulo.antello@ms.sebrae.com.br)

Recebido em 18/03/2013; revisado e aprovado em 27/07/2013; aceito em 10/08/2013

Resumo: Este trabalho busca testar a atualização e o alinhamento das diretrizes políticas brasileiras quanto ao tema sustentabilidade. Para isso, toma o Projeto Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas como modelo e contrasta à Agenda 21 Brasileira. A intenção é encontrar e propor possíveis diretrizes estratégicas a serem inseridas no modelo brasileiro.

Palavras-chaves: Políticas brasileiras de sustentabilidade. Agenda 21 Brasileira. Projeto do milênio. Comparativo.

Abstract: This article tests the updating and the political strategic alignment of Brazilian policies in the theme of sustainability. To do that, it will take the Project Millennium development goals of the Organization of the United Nations as a model and compare with the Brazilian Agenda 21. The intention is to find and propose possible strategic guidelines to be added to the Brazilian model.

Key words: Brazilian Sustainability Policies. Brazilian Agenda 21. Millennium Project. Comparative

Resumen: Este artículo buscar chequear la actualización y el alineamiento de las directrices políticas brasileñas cuanto al tema de sustentabilidad. Para eso, toma el Proyecto Metas Del Milenio de La organización de las Naciones Unidas como un modelo y contrasta a la Agenda 21 Brasileña. La intención es encontrar y proponer posibles directrices estratégicas a ser añadidas al modelo Brasileño.

Palavras-clave: Políticas brasileñas de sustentabilidad. Agenda 21 Brasileña. Proyecto del milenio. Comparativo.

Résumé: Ce document vise à tester l'actualisation et les lignes directrices politiques brésiliens concernant la enjeu du développement durable alignement. Pour ce faire, prendre les Objectifs du Millénaire pour le développement du projet de l'Organisation des Nations Unies comme un modèle et les contrastes de l'Agenda 21 du Brésil. L'intention est de trouver et de proposer des orientations stratégiques qui pourraient être insérées dans le modèle brésilien.

Mots-Clés: Politiques brésilien du sustentabilite. Agenda 21 brésilien. Projet du milenaire; Comparatif.

Introdução

Em um momento de eminente crise internacional, a preocupação com os rumos da economia do sistema internacional, cada dia mais, volta à atenção da população mundial a possíveis soluções para a construção de fortes bases para a geração e manutenção do desenvolvimento. Em todas as partes do globo esse acontecimento vem trazendo à tona a importância do tema "Desenvolvimento Sustentável" na agenda internacional.

Segundo Merico (1996) a sustentabilidade é a capacidade da geração atual de atender suas necessidades. Porém, sem nunca por em risco a capacidade das gerações futuras em fazê-lo. Este trabalho buscará perceber as

políticas que seguem esta linha de raciocínio e o peso de suas atuações na sociedade dos países. Percebendo tal inclinação é importante observar o comportamento dos países em desenvolvimento, em relação à sustentabilidade, suas metas e nas ações de curto prazo.

À luz dos pensamentos de Sachs (2002), que afirmava que o desenvolvimento econômico para os países em desenvolvimento poderia ser auxiliado se utilizasse padrões endógenos de desenvolvimento mais justo e de maior respeito ao ecossistema, este trabalho busca em contrastes com o exterior, oportunidades para os programas de sustentabilidade brasileiros.

Conforme Merico (1996) o subsistema econômico alcança os limites da biosfera,

* Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS), Campo Grande, MS, Brasil.

sendo essa uma ameaça vigente, visto que a liquidação do capital natural¹ para manutenção dos fluxos de recurso do capital manufaturado o levará ao colapso. Portanto, mostram-se como soluções únicas a países que buscam desenvolvimento de longo prazo, seguir estudos de sustentabilidade.

Visando delinear as principais características dos projetos de Sustentabilidade internacional, esclarecendo possíveis conexões e contrastes entre elas, com seus efeitos e desdobramentos com as comunidades diretamente envolvidas.

Objetivo

Considerando a perceptível virada do enfoque de desenvolvimento dos sistemas econômicos ao desenvolvimento sustentável, cujo debate mais aprofundado dos países se iniciou na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, intensificando-se gradativamente no início do novo milênio, é de fundamental importância estudar o alinhamento do Brasil quanto a este novo conceito. Segundo Ferreira e Viola (1996, p. 319):

O sistema econômico, que é uma ferramenta da sociedade, não passa de um subsistema aberto do ecossistema, precisando dele vitalmente como fonte supridora de recursos e espaço onde faz lançamento dos dejetos resultantes das atividades produtivas e de consumo.

Portanto, é de vital importância para a sociedade saber qual o nível de comprometimento do Brasil e de seus critérios de desenvolvimento sustentável quando contrastado ao "Projeto Do Milênio" da Organização das Nações Unidas, por ser este um documento de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável reconhecido internacionalmente e

assinado por 170 líderes de países por todas as partes do globo.

Metodologia

Através de levantamento bibliográfico de estudos nacionais, internacionais e publicações que fundamentam o desenvolvimento do estudo. Os dois documentos que serão comparados, o Relatório 2008 do "Projeto do Milênio" das Nações Unidas e a "Agenda 21 Brasileira" do Governo Federal do Brasil. Serão também apresentados gráficos e depoimentos de autoridades de ambas as fontes, dando uma visão mais realista e prática da situação, que poderá ser visualizada no dia-a-dia dos interessados em tal trabalho, por serem dois projetos que ainda estão em andamento atualmente.

Discussão

O Brasil e seus objetivos e políticas de sustentabilidade. Segundo Winchester (2005), em documento emitido pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), na maioria dos países da América latina, a competência de criação das políticas de desenvolvimento sustentável é de responsabilidade ministerial, com exceção ao Peru e o Chile, onde tal responsabilidade cabe a um colegiado. O autor aponta ainda para alguns fatores de auxílio às práticas de sustentabilidade, como a vinculação econômica, que se trata de aliar interesses econômicos, recompensas monetárias ou abonos fiscais às empresas ou pessoas que se utilizam delas.

Os objetivos de sustentabilidade estão listados no documento "Agenda 21 Brasileira" que leva tal nome por ser uma lista de 21 diretrizes a serem perseguidas pelas políticas brasileiras (BRASIL, 2003). Seguem relacionados abaixo os temas a que se referem e as diretrizes (Quadros 1-5):

Objetivos	Diretrizes
Objetivo 1	Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício.
Objetivo 2	Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas.
Objetivo 3	Retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional.
Objetivo 4	Energia renovável e a biomassa.
Objetivo 5	Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável.

Quadro 1 - A economia da poupança na sociedade do conhecimento.

Fonte: Brasil (2003).

¹ Entenda-se por capital natural a terra e todo seu ecossistema originário, animal, vegetal e mineral.

Trata-se da luta pelo fim da cultura do desperdício, mostrando as consequências dessa cultura em nível de exaustão das fontes de produção de matéria prima e também da poluição dos locais de despejo do lixo, o que auxiliaria na criação de uma sociedade sustentável.

Ao se falar de ecoeficiência e responsabilidade social das empresas, busca-se uma mudança no espírito empresarial brasileiro como a que ocorreu após a Eco-92, que teve resultados muito superiores ao esperado, além de preparar as empresas e empresários brasileiros para a inserção internacional, que já faz disso uma exigência.

A integração regional, a geração de infra-estrutura e o planejamento estratégico, são fatores chave para a sustentabilidade, visto que pode evitar desperdícios em logística, além de poder aproveitar melhor sinergias e os avanços nos transportes e comunicação, evitando poluição, especialmente nos grandes centros (BRASIL, 2003).

Quanto à produção de energia elétrica, a situação da sustentabilidade brasileira é confortável, pois a produção é eminentemente limpa, sendo 95% hídrica. Porém como se evidenciou em 2001 a dependência de fatores climáticos pode ser fatal, além da do fato de que se evidenciou também no Brasil o único programa de larga escala de substituição de derivados do petróleo, o Pró-Álcool. Também é válida a experiência com bio-combustíveis que além de ecologicamente corretos, ajudam na distribuição de renda, pois é uma oportunidade a famílias carentes (BRASIL, 2003).

Observada a recente expansão do conhecimento nas últimas décadas, é de alta prioridade que o Brasil se coloque a frente na produção científica, porém é também necessário que esse conhecimento seja convertido em inovação tecnológica e não somente produção científica. Todo cidadão deve ter acesso ao conhecimento, não dar este acesso é retirar um cidadão do mercado competitivo de trabalho (BRASIL, 2003).

Objetivos	Diretrizes
Objetivo 6	Educação permanente para o trabalho e a vida.
Objetivo 7	Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o Sistema Único de Saúde (SUS).
Objetivo 8	Inclusão social e distribuição de renda.
Objetivo 9	Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde.

Quadro 2 - Inclusão social para uma sociedade solidária.

Fonte: Brasil (2003).

Considerando que no período pesquisado trata-se da sociedade do conhecimento, todo cidadão deve ser educado para poder usufruir plenamente de suas potencialidades e poder atingir o desenvolvimento e melhor qualidade de vida. O Brasil possui um problema crônico na educação, e essa é a causa de quase 40% da pobreza (BRASIL, 2003).

Perseguir melhorias na saúde é atitude básica na busca pela sociedade sustentável. Os primeiros passos neste sentido podem ser desde a proteção ao consumidor até ao melhor controle de alimentos e remédios, além da mudança de hábitos culturais e de consumos como o tabaco ou a vida sedentária. Já no caso do SUS (Sistema Único de Saúde), o problema está vinculado à regulamentação na distribuição de verba, que acaba favorecendo os grandes polos em detrimento das pequenas

idades (BRASIL, 2003).

A má distribuição de renda é fator chave a ser combatido no Brasil, visto que 10% detêm 50% da riqueza e 50% detêm apenas 8%. Tais padrões de distribuição de renda são eticamente inaceitáveis para considerações de justiça social e para a cidadania. Melhoras nos índices sociais são indispensáveis para o país se manter entre as 10 maiores economias do mundo (BRASIL, 2003).

Representativa parcela da população brasileira vive sem saneamento básico e coleta de esgoto, se considerar que cada real investido em saneamento básico significa R\$ 5,00 reais de economia em saúde, deve-se pensar em saneamento universal se estendendo além da área urbana atingindo também a zona rural (BRASIL, 2003).

Objetivos	Diretrizes
Objetivo 10	Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana.
Objetivo 11	Desenvolvimento sustentável do Brasil rural.
Objetivo 12	Promoção da agricultura sustentável.
Objetivo 13	Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável.
Objetivo 14	Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável.

Quadro 3 - Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural

Fonte: Brasil (2003).

Para uma melhor gestão do espaço urbano se deve buscar descentralizar as políticas de sustentabilidade escoradas na instância federal, distribuindo-as na instância local, buscando formar uma co-gestão local, que depende diretamente de uma sincronia entre seu poder e o poder federal e estadual (BRASIL, 2003).

Já no que se trata das áreas rurais, a agricultura mecanizada associada às grandes pastagens da pecuária extensiva, está ocorrendo o êxodo rural, enviando para as cidades mais trabalhadores do que ela suporta, o que gera favelas e criminalidade (BRASIL, 2003).

A ideia de sustentabilidade na agricultura se baseia no conceito de inovação tecnológica, buscando conservar cada vez mais os recursos naturais. Porém, por estar muito associada a indústria e serviços e também devido a cada ecossistema ser muito peculiar, é improvável que existam práticas de

sustentabilidade a serem adotadas em massa (BRASIL, 2003).

Antecipando essa dificuldade, vários municípios brasileiros já haviam se antecipado ao lançamento da Agenda 21 Brasileira lançando projetos locais, que visavam atender as necessidades de sustentabilidade do município ou região, em 2008 já eram mais de duzentas agendas locais pelo Brasil todas extremamente bem colocadas de acordo com a região, alavancando vários projetos de sustentabilidade (BRASIL, 2003).

A economia de transporte, viabilizada pelo melhor planejamento de transportes em massa ou vias públicas busca não somente economizar dinheiro público e evitar a poluição gerada, mas também em economizar o stress desnecessário ao trabalhador, com isso gerando melhores desempenhos no trabalho ou como é conhecido tal soma de fatores, mobilidade sustentável (BRASIL, 2003).

Objetivos	Diretrizes
Objetivo 15	Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas
Objetivo 16	Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade

Quadro 4 - Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas

Fonte: Brasil (2003).

Para tratar-se de preservação de águas deve-se considerar que 15% das reservas de águas doces do mundo estão no Brasil, porém a principal motivação do objetivo é o fato da degradação de algumas das bacias hidrográficas brasileiras, como a do Rio São Francisco, ou de rios como o Tiete. Deve-se ter um cuidado maior ao gerir nossos recursos hídricos, para evitar problemas como a desertificação no Nordeste, poluição no Pantanal e pela preservação da Amazônia (BRASIL, 2003).

Considerado o país de maior biodiversidade do mundo, devido à extensão contínua de seus biomas, o Brasil deve criar projeto pela preservação de suas florestas, para evitar que a devastação da Mata Atlântica se repita no Pantanal e na Amazônia, a criação de corredores de biodiversidade (áreas contínuas de preservação) já é uma ideia em implementação. Deve-se também buscar o desmatamento zero e o início do reflorestamento de áreas devastadas (BRASIL, 2003).

Objetivos	Diretrizes
Objetivo 17	Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local
Objetivo 18	Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos.
Objetivo 19	Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 20	Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação.
Objetivo 21	Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade.

Quadro 5 - Governança e ética para a promoção da sustentabilidade

Fonte: Brasil (2003).

Com a Constituição Federal de 1988, ficou definida a descentralização fiscal, visando à melhor distribuição de recursos pelos municípios, visando igualá-los. O principal motivo disso é a crescente integração tecnológica, que não estava sendo acompanhada pelo governo federal, devido a distância dessa instância pública da sociedade civil. Portanto para aproximar o governo da população, transferiram-se alguns poderes ao município que atua em sintonia com o estado que por sua vez com o governo federal (BRASIL, 2003).

O Estado brasileiro encontra-se muito carente de informações disponíveis aos governantes tanto devido à ausência de informação, quanto à ausência de comunicação entre os órgãos do governo. Deve-se buscar o aporte de recursos para a reorganização estrutural dos sistemas de gestão ambiental, buscando modernizá-lo para que se possa tomar atitudes menos intuitivas e cada vez mais bem fundadas (BRASIL, 2003).

No seu papel de país emergentes, o Brasil tem demonstrado extrema capacidade de se relacionar internacionalmente, devido à sua tradição diplomática, como se pode ver na Eco-92. Já no caso da governança global, é urgente que os países busquem se estabelecer para ganharem representatividade comercial, diminuindo barreiras e aumentando o intercâmbio científico e tecnológico, visando um melhor desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2003).

Há uma cultura de integração dos povos e geração de uma nova identidade brasileira, miscigenada e avessa a preconceitos de gênero e raça. Por isso, considerando o baixo nível de educação das massas brasileiras, fica relegado aos meios de comunicação um papel

importantíssimo de formar essa identidade e opiniões quanto a ela.

Para um desenvolvimento sustentável é necessário uma melhor regulamentação do que esta sendo exibido nas TVs e rádios, pois devido às horas de exposição, esses meios acabam por se tornar grandes meios de influência, que devem ser utilizados também para ajudar a criar essa identidade do cidadão brasileira e instruí-lo à sustentabilidade (BRASIL, 2003).

A pedagogia visa gerar um sentimento de universalidade, sobrepondo à modernidade técnica que veio a gerar uma desumanização da sociedade, por uma modernidade ética sobre a qual paira a interdependência dos seres humanos, das sociedades e de seu meio-ambiente, visando uma sociedade mais igualitária, justa e solidária (BRASIL, 2003).

O projeto do milênio da Organização das Nações Unidas

Para melhor entender os resultados obtidos quanto às políticas de sustentabilidade brasileiras, este trabalho comparará o modelo brasileiro com o programa da ONU *Millennium Development Goals* (Metas de Desenvolvimento para o Milênio). Esse programa faz parte do *Millennium Project* (Projeto do Milênio), que foi criado em 2002, pelo Secretário Geral da ONU, para desenvolver um plano concreto de ações para alcançar as metas do milênio e assim diminuir a crescente pobreza mundial, fome e doenças que atingem bilhões de pessoas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008a).

Segundo o Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon, quanto às metas de desenvolvi-

mento do milênio, erradicar a pobreza extrema continua sendo um dos desafios principais de nosso tempo e é a principal preocupação da comunidade internacional. Terminar esse flagelo irá exigir esforços combinados de todos os governos, sociedade civil, organizações e o setor privado, no contexto de uma parceria global mais efetiva para o desenvolvimento. As Metas de Desenvolvimento para o Milênio colocam os objetivos e os prazos, por meio dos quais o progresso na redução da pobreza, fome, doença e falta de moradia própria e exclusão – enquanto promovendo igualdade de gênero, saúde, educação e sustentabilidade – pode ser medido. Essas metas também caracterizam os direitos humanos básicos – o direito de cada pessoa no planeta à educação, saúde, moradia e segurança. Salienta ainda, que as metas são ambiciosas, porém factíveis e, junto à abrangente agenda da ONU, designam o curso dos esforços mundiais para aliviar a pobreza extrema até 2015 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008a).

O *Millennium Development Goals Report 2008* (Relatório das Metas de Desenvolvimento de 2008), desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (2008b), sobre as metas voltadas a reestruturar situações de desequilíbrio social existente no mundo, apresenta os seguintes resultados:

A Primeira das metas é a de “Erradicar a pobreza extrema e a fome”, que resume se em diminuir pela metade o número de pessoas vivendo abaixo de um dólar por dia até 2015. Apesar da alta dos preços de alimentos e *commodities* ocorrida no período que precedeu o ano de 2008 e que levará mais 100 milhões de pessoas à faixa de pobreza extrema, a meta ainda é alcançável.

A educação é o alvo da Segunda meta, que busca “Alcançar educação primária universal”, a situação em 2006 era de 90% das crianças mundiais matriculadas em escolas primárias, tendo o número de crianças sem acesso à educação caído de 103 milhões em 1999 para 73 milhões em 2006, tendo vários países desenvolvidos alcançado a meta da educação primária universal. A principal área com problemas na educação infantil é a África subsaariana com, em média, apenas 73% de crianças estudando, região do continente africano a sul do Deserto do Saara.

Com o enfoque na desigualdade de gê-

nero, a Terceira meta da ONU é a “Promoção da igualdade de gênero e a potencialização da mulher”. As mulheres estão tendo hoje muito mais oportunidade do que em qualquer período predecessor, o problema é que ainda hoje, os empregos oferecidos são instáveis e pagam menos às mulheres. Em países asiáticos e africanos também existe outro problema, as mulheres têm mais dificuldade em se matricular e se manterem estudando. Já nos países mais desenvolvidos as mulheres têm ganhado espaço na sociedade e têm sido cada vez mais influentes na política, variando regionalmente, devido a culturas específicas.

A Quarta meta de desenvolvimento do milênio visa defender as crianças buscando “Diminuir a mortalidade infantil”, pois pela primeira vez o número caiu abaixo de 10 milhões de crianças abaixo de cinco anos por ano. O grande alvo desta meta para ações futuras são, especialmente, a África e os países em desenvolvimento, visto que a primeira é responsável por metade das mortes no mundo e nos segundos a chance de óbito antes dos 5 anos é 13 vezes maior que em países do hemisfério norte.

Também voltada à mulher, a Quinta meta, busca “Melhorar a saúde materna”, pois a taxa de mortalidade materna durante a gravidez, parto ou após seis semanas do parto ainda encontra-se inaceitavelmente alta na África e nos países em desenvolvimento, sendo na primeira uma chance a cada vinte e dois nascimentos, o que é discrepante quando comparado a um a cada sete mil e trezentos em regiões desenvolvidas. Nesse objetivo ainda se tem muito a fazer, pois a queda entre 1990 e 2005 foi de 1,1% enquanto o necessário era que fosse de 5,5% para se atingir a meta.

Voltado à proteção da população em geral, a Sexta meta é “Combater AIDS, malária e outras doenças”. O caso da AIDS é o mais grave, pois 7.500 são infectadas e 5.500 morrem todos os dias da doença. Graças à programas anti-HIV, o número de pessoas contaminadas por ano diminuiu de 3 milhões em 2001 para 2,7 em 2007. Outro dado positivo já alcançado é o fato de hoje termos mais pessoas com o HIV no mundo, o que demonstra que os infectados estão vivendo mais, pois passou de 29,5 milhões em 2001 para 33 milhões em 2007 sendo que grande parte destes estão na África subsaariana.

O meio-ambiente também esta nas metas de desenvolvimento do milênio e encontra-se representado na penúltima e Sétima meta, “Garantir sustentabilidade ambiental”. O desmatamento, o aquecimento global e a escassez de água potável são as três principais preocupações no controle do clima. Apesar de ser algo que atinge todo o mundo, um cuidado especial deve ser dado para áreas como a Oceania, Ártico, pequenas ilhas e grandes deltas da Ásia e especialmente na África, devido a baixa capacidade de resistência à desastre de sua população.

Por último, Oitava meta, tratando do lado econômico, deve-se buscar “Desenvolver uma parceria global na busca pelo desenvolvimento”. Deve-se buscar aumentar as doações dos países do grupo dos desenvolvidos, para o grupo dos países menos desenvolvidos. Deve-se também buscar isentar mais tarifas de produtos originários de exportações de países menos desenvolvidos, se deve lidar mais compreensivamente com os débitos financeiros nacionais desse tipo de nação e buscar oferecer maior acesso a tecnologia e informação.

A Organização das Nações Unidas (2008b), diante do que apresenta o Relatório 2008, conclui que as metas podem ser atingidas se forem dados, imediatamente, os passos necessários para se atingir os compromissos já feitos. Alcançar as metas para o desenvolvimento é, não somente vital para melhor construir uma vida mais saudável, melhor e mais decente para milhões de pessoas, mas também essencial para construir a paz e a segurança global duradoura.

A situação do Brasil quanto às “Metas de Desenvolvimento para o Milênio” da Organização das Nações Unidas

Quando comparada às “Metas de Desenvolvimento para o Milênio”, da ONU, a “Agenda 21 Brasileira” demonstrou ter varias semelhanças à este modelo internacional na busca do desenvolvimento sustentável. Percebe-se, portanto, a atualidade do projeto brasileiro e seu alinhamento às vertentes do pensamento moderno internacional, no que diz respeito à sustentabilidade.

Ao se explorar mais proximamente às metas percebe-se a existência de um paralelo

entre os modelos. No caso da primeira meta do modelo da ONU – “Erradicar a pobreza e a fome extrema” – existe semelhança no caso do Objetivo 08 da Agenda 21 – “Inclusão Social e Distribuição de Renda”. Ambas buscam uma maior igualdade de oportunidades para as pessoas menos favorecidas no que tange a pobreza e por consequência, a fome.

Na segunda meta da ONU, “Alcançar educação primária universal”, percebe-se a busca de um fim comum da Agenda 21 Brasileira, em seu Objetivo 06, que coloca como meta a “Educação permanente para o trabalho e a vida”. Fica clara a busca pela formação educacional da população, como forma de torná-la menos vulnerável e mais capacitada para o mercado de trabalho, gerando por consequência a inclusão social.

O primeiro caso de meta da ONU, não encontrada nas metas brasileiras foi a terceira a “Promoção da igualdade de gênero e a potencialização da mulher”, visto que não existe nada neste sentido no modelo brasileiro. Considerando-se também o fato da meta número cinco “Melhorar a saúde materna” também não ser encontrado em nenhum dos tópicos da Agenda 21 Brasileira, pode-se perceber que existe uma carência de atenção na questão dos gêneros, mais especificamente na questão da mulher brasileira.

Conforme visto neste trabalho, o único objetivo do modelo brasileiro que mais se aproxima à necessidade de atenção com a maternidade, sugerida na meta número cinco da ONU, é o objetivo número sete da Agenda 21 Brasileira, “Promoção da saúde, evitar a doença e democratizar o SUS.” Que no caso já atenderia a meta número quatro da ONU também que é “Diminuir a mortalidade infantil” e também seria o mais próximo da meta número seis da ONU “Combater AIDS, Malária e outras doenças”.

Saindo um pouco do enfoque no ser humano e voltando suas atenções ao meio-ambiente, a meta número sete “Garantir sustentabilidade ambiental” esta muito bem representada na Agenda 21 Brasileira, nos objetivos um, dois, quatro, onze, doze, treze, quinze, dezesseis e vinte e um. Sendo estes, respectivamente: Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício; Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas; Energia renovável e a biomassa;

Desenvolvimento sustentável do Brasil rural; Promoção da agricultura sustentável; Promover a “Agenda 21” Local e o desenvolvimento integrado e sustentável; Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas; Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade e Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade.

A última meta de desenvolvimento para o milênio “Desenvolver uma parceria global na busca pelo desenvolvimento” é a única de enfoque econômico, que no caso brasileiro esta colocada também nos seguintes objetivos: Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável (Objetivo 13); Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável (Objetivo 17) e Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade (Objetivo 19). Mostrando total adequação do modelo brasileiro na vertente econômica.

Durante a comparação, deve se levar em conta a disparidade no número de metas, visto que são oito (no Projeto do Milênio) contrapostas a vinte e uma (Agenda 21 Brasileira). Ainda assim, ao colocar lado a lado os dois projetos, pode-se analisar a adequação ou não do projeto brasileiro ao da ONU. A importância disso seria avaliar o grau de atualização do projeto brasileiro e de suas diretrizes políticas quando comparado a um projeto de sustentabilidade de Classe Mundial.

Conclusão

É importante que as políticas brasileiras sejam comparadas internacionalmente, para que possa ser trazido do exterior, modelos positivos que tenham viabilidade de serem inseridos na realidade nacional ou até mesmo local. Além deste motivo, também é importante para que possa ser percebido o grau de atualização das diretrizes políticas brasileiras.

Por ser a base do estudo, iniciou-se delineando as políticas brasileiras, para se poder, então, compará-las ao “Projeto do Milênio” da ONU. Ao iniciar a análise, percebeu-se o ser humano como centro das políticas de sustentabilidade brasileiras e que nos poucos momentos que fogem desse enfoque direto (como ao tratar dos assuntos referentes ao meio-ambiente, gestão do espaço rural e

urbano, ou das relações internacionais e a governança global) o principal beneficiado destas ações continuam sendo o ser humano seja ele da geração da época em estudo (2008) ou subsequente.

O modelo brasileiro de busca à sustentabilidade, somado a toda a estrutura ao redor dele e a favor de colocá-lo em prática, poderia ser aprimorada se os bons exemplos que vêm do exterior fossem colocados em prática, ou pelo menos inseridos no projeto ou nas diretrizes políticas nacionais.

Percebe-se, uma maturidade nas políticas públicas brasileiras, visto que, o país já tem sua “Agenda 21” estabelecida e no momento que foi comparada ao modelo internacional de desenvolvimento sustentável, percebeu-se claramente que o modelo brasileiro se preocupa em inserir as diretrizes pré-estabelecidas em tal documento no que diz respeito à sustentabilidade.

Ao analisar o documento da ONU contraposto ao do Brasil percebe-se que algumas adições poderiam ser feitas. Existe carência na questão dos gêneros no projeto brasileiro, especialmente na defesa da questão da mulher e da saúde materna. Porém, considerando-se que o Brasil é um país onde a desigualdade de gênero não é tão grave quanto nos países aos quais as políticas de gênero da ONU estão voltadas (Oriente Médio, Ásia e África), pode-se considerar que a falta deste tópico na agenda brasileira será sentido, porém não gravemente como em países aos quais se destinava.

Devido à atualidade do assunto e a prioridade que vem assumindo nas relações internacionais, percebe-se a necessidade de se abordar futuramente em outro trabalho, uma comparação das políticas Brasil à de grandes potências internacionais, visando disponibilizar ao povo brasileiro melhor Índice de Desenvolvimento Humano através do alinhamento das vertentes políticas brasileiras à de países que já alcançaram estes melhores níveis.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 Brasileira*. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.

MERICO, L. F. K. *Introdução à economia ecológica*. Blumenau: Editora da FURB, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Millennium Project*. Disponível em: <<http://www.unmillenniumproject.org/>>. Acesso em: 31 ago. 2008a.

THE millennium development goals report 2008. Disponível em: <<http://www.unmillenniumproject.org/>>. Acesso em: 31 ago. 2008b.

SACHS, I. *Caminhos pra o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WINCHESTER, L. Sustainable human settlements development in Latin America and the Caribbean. Santiago: Comisión Económica para La América Latina y El Caribe, 2005. *Medio ambiente y desarrollo*, n. 99. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/21543/lcl2287i.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2008.

A importância da lei geral da micro e pequena empresa para o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, o caso do município de Miranda, MS

The importance of the general law of micro and small enterprise development of small enterprises, the case of the municipality of Miranda, MS

La importancia de la ley general de la micro y pequeña empresa de desarrollo de las pequeñas, el caso del municipio de Miranda, MS

L'importance de la loi generale de micro et petites entreprises" pour le developpement des petites entreprises, la cause de la municipalité de Miranda, MS

Milton Cesar Pereira de Oliveira*
(milton.oliveira@ms.sebrae.com.br)

Recebido em 06/06/2013; revisado e aprovado em 17/09/2013; aceito em 11/08/2013

Resumo: O presente artigo registra o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para implementar a lei geral municipal das micro e pequenas empresas nos municípios brasileiros. O propósito do artigo é apresentar as mudanças significativas que foram surgindo após a aprovação da Lei Complementar 123/2006, desburocratizando a abertura e o fechamento de empreendimentos, simplificando tributos, facilitando o acesso a créditos e estimulando a exportação. O município de Miranda foi utilizado como base de estudo e pesquisa.

Palavras-chave: Lei Geral. Micro e pequenas empresas. Municípios.

Abstract: This article records the work of the support service for micro and small enterprises (SEBRAE) to implement the general municipal law of micro and small enterprises in the municipalities. The purpose of the article is to present the significant changes that have arisen after the adoption of the supplementary Law 123/2006, could ease the opening and closing of projects, simplifying taxes, facilitating access to credit and stimulating exports. The municipality of Miranda was used as a basis for study and research

Key words: General Law. Micro and small enterprises. Municipalities.

Resumen: Este artículo recoge el trabajo del Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para implementar la ley municipal general de las micro y pequeñas empresas en los municipios. El propósito de este artículo es presentar los cambios significativos que han surgido después de la adopción de la Ley Complementaria 123/2006, podría facilitar la apertura y cierre de los proyectos, la simplificación de los impuestos, facilitando el acceso al crédito y estimular las exportaciones. El municipio de Miranda fue utilizado como base para el estudio y la investigación.

Palabras clave: ley general. Micro y pequeñas empresas. Municípios.

Résumé: Cet article enregistre le travail du Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) pour mettre en œuvre le législation municipal général de micro et petites entreprises dans les municipalités. Le but de cet article est de présenter les modifications importantes qui ont surgi après l'adoption de la loi complémentaire 123/2006, pourrait faciliter l'ouverture et la fermeture des entreprises, la simplification des impôts, en facilitant l'accès au crédit et à stimuler les exportations. La municipalité de Miranda a été utilisé comme une base pour l'étude et la recherche.

Mots-clés: loi générale. Micro et petites entreprises. Les municipalités.

Introdução

O tema principal do presente artigo é tratar a importância da criação da lei geral das micro e pequenas empresas para as cidades brasileiras, em especial do município de Miranda, MS. A oportunidade de estudar surgiu da relevância para o desenvolvimento econômico e sustentável dos municípios. Justifica-se a escolha por se tratar de assunto ainda pouco explorado no meio acadêmico, mas que tem muito a contribuir com a política pública municipal. Será utilizada como base

de pesquisa a experiência acumulada de cinco anos junto a dados e ferramentas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O presente artigo tem por objetivo apresentar dados relevantes que possam estimular outros municípios a regulamentar a lei geral municipal das micro e pequenas empresas e, dessa forma, estimular o crescimento e o desenvolvimento da economia local.

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória que se mostrou essencial para a realização do trabalho. Diante das

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

informações obtidas, realizou-se um estudo bibliográfico, que demonstrou a disponibilidade de relatórios de gestão e pesquisas de mensuração, evidenciando os resultados efetivos alcançados após a aprovação da lei complementar 123/2006.

O artigo está organizado em cinco seções distintas, a saber: Micro e pequenas empresas; A lei complementar 123/2006 - Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; Mato Grosso do Sul e a sua Lei Geral; A Importância da lei Geral para o Município de Miranda e Considerações Finais.

Para refletir sobre essas questões o artigo proposto terá que responder o seguinte problema de pesquisa: quais foram os benefícios aos municípios após a criação da lei geral das micro e pequenas empresas?

1 Micro e pequenas empresas

Os tópicos abordados nesta seção introduzem o assunto para a formação da base conceitual empregada no artigo.

1.1 Conceito

Atualmente, no Brasil, a definição de microempresa e empresa de pequeno porte é feita pelo Art. 3º da Lei Complementar 123/2006,

Art.3º- Para efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

1. No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
2. No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Outro critério utilizado para dimensionar as micro e pequenas empresas, baseia-se no número de funcionários, que varia segundo diferentes autores. Na indústria, as microempresas possuem menos de vinte funcionários e as pequenas empresas podem chegar a até noventa e nove colaboradores. Já no comércio e nos serviços esses limites são de até nove funcionários nas microempresas e até quarenta e nove funcionários nas pequenas empresas (SEBRAE apud DOLABELA, 2002).

De acordo com o estudo sobre "As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviço no Brasil 2001 (2003)", são características das MPes:

- Baixa intensidade de capital;
- Altas taxas de natalidade e de mortalidade: demografia elevada;
- Forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão de obra ocupada nos negócios;
- Poder decisório centralizado;
- Estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica;
- Registros contábeis pouco adequados;
- Contratação direta de mão de obra;
- Utilização de mão de obra não qualificada ou semiquificada;
- Baixo investimento em inovação tecnológica;
- Maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e
- Relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.

1.2 Da representatividade

Conforme o "Manual de Desenvolvimento Dos Municípios (2011)", atualmente as MPes representam 99,1% das empresas urbanas, 85% dos estabelecimentos rurais do país, 25% do Produto Interno Bruto, gerando 14 milhões de empregos, o que significa 60% do emprego formal no país, respondendo, ainda, por 99,8% das empresas que são criadas a cada ano.

Segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), entre 2000 e 2010, o número de empresas no Brasil cresceu 47%, alcançando 6,1 milhões de negócios. Na mais recente avaliação do Banco Mundial, o Brasil cria 316 000 novos negócios por ano, permanecendo em terceiro lugar como o país mais empreendedor do mundo.

Informações sobre MPE	Ano do dado	Brasil	Fonte
Quantitativo de MPEs			
Número de Micro e Pequenas Empresas registradas na RAIS	2010	6.120.927	RAIS
Número de optantes do Simples Nacional (em 27/01/2012)	2012	5.940.606	SRF
Número de empreendedores individuais (em 27/01/2012)	2012	1.865.497	SRF
Mercado de trabalho			
Número de empregadores no Brasil	2009	3.991.512	IBGE
Número de empregados c/ carteira assinada em MPE	2010	14.710.631	RAIS
Rendimento médio mensal dos empregadores no Brasil (em salário mínimo)	2009	6,7	IBGE
Rendimento médio mensal dos empregados c/ carteira no Brasil (em salário mínimo)	2009	2,1	IBGE
Rendimento médio mensal dos empregados c/ carteira nas MPE (em R\$)	2010	R\$ 1.099	RAIS
Massa de salários paga por MPE (em R\$ bilhões)	2010	R\$ 16,1	RAIS
Comércio exterior			
Número de MPEs exportadoras	2010	11.858	Funcex
Valor total das exportações de MPEs (US\$ bilhões FOB)	2010	US\$ 2,0 bi	Funcex
Valor médio exportado por MPE (US\$ mil FOB)	2010	US\$ 170,9 mil	Funcex

Fonte: SEBRAE (2012) – boletim estudos e pesquisas

1.3 Da importância da lei para economia do município

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2011), as micro e pequenas empresas são importante para o desenvolvimento social e econômico dos municípios, pois na maioria das cidades brasileiras os pequenos negócios das áreas urbanas e rurais representam de 99% a 100% das atividades empresariais neles desenvolvidas. Esses comércios, de uma forma ou de outra, fortalecem a economia local, geram empregos e melhora a distribuição de renda, o que também contribui para a arrecadação de impostos e, conseqüentemente, futuras ações de investimentos no bem-estar-social e na qualidade de vida dos munícipes.

2 A Lei Complementar 123/2006 - Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

Nesta seção realizar-se-á uma breve exposição histórica dos aspectos relacionados à criação da lei geral das micro e pequenas empresas.

2.1 Um breve histórico

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs), insti-

tuída pela Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, surgiu da percepção das entidades representativas e de apoio às pequenas empresas, conjuntamente com o Congresso Nacional brasileiro, que, por sua vez, entenderam que a burocracia estava se tornando um dos principais entraves para o crescimento econômico do país, haja vista que o excesso de formalidades dificultava o funcionamento empresarial e propiciava uma redução na competitividade do mercado, além de incentivar a informalidade, principalmente no universo das micro e pequenas empresas. Outra questão burocrática então existente era o excesso de custos para as empresas e governos, custos esses que, é bom lembrar, refletiam diretamente no bolso da sociedade brasileira.

Diante desses fatos, o governo federal, por meio da lei complementar n. 123/2006, estabeleceu que à administração pública (federal, estadual e municipal) cumpre instituir normas gerais relativas ao tratamento diferenciado às MPEs, desburocratizando e facilitando a abertura, fechamento e alteração cadastral dos pequenos empreendimentos empresariais.

Após a aprovação e promulgação da referida lei, conforme levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), o Brasil vem observando ano a ano um crescimento

significativo de sua economia e significativa diminuição da informalidade.

Para os empresários, como se sabe, ficou mais fácil pagar os impostos, obter créditos, ter acesso à tecnologia, vender para o poder público e até mesmo exportar. Outra questão que merece destaque, foi a criação, por aquela lei, da figura do Micro empreendedor individual (MEI), objetivando trazer para a formalidade, o que vem ocorrendo como esperado, trabalhadores que atuam por conta própria.

O MEI contempla os profissionais com faturamento de, no máximo, R\$ 60 mil reais por ano e que possuem até um empregado contratado com salário mínimo ou piso da categoria, sendo que o seu custo mensal varia entre R\$ 32,10 e R\$ 37,10. Esses valores proporcionam-lhes alguns benefícios, entre eles, auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria.

Conforme a Lei n. 123/2006 seguem os benefícios previstos após sua aprovação:

1. Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias;
2. Desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária;
3. Dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
4. Simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPes;
5. Facilitação do acesso ao crédito e ao mercado;
6. Preferência nas compras públicas;
7. Estímulo à inovação tecnológica;
8. Incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios;
9. Incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho;
10. Regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização;
11. Parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional.

2.2 Da importância para os municípios aderirem à lei

A partir da Lei Complementar n. 123/2006, compete aos municípios criarem mecanismos jurídicos para ajudar as micro e

pequenas empresas no seu desenvolvimento, a elas assegurando “o pronto e imediato tratamento jurídico diferenciado”, consoante estabelecido no seu artigo e parágrafo a seguir reproduzidos:

Art. 77. Promulgada esta Lei Complementar, o Comitê Gestor expedirá, em 6 (seis) meses, as instruções que se fizerem necessárias à sua execução.

§ 1º O Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria da Receita Previdenciária, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão editar, em 1 (um) ano, as leis e demais atos necessários para assegurar o pronto e imediato tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Conforme estudos realizados pelo SEBRAE (2011), as micro e pequenas empresas têm grande representatividade nos municípios brasileiros, pois os números mostram que para cada 100 empregos gerados no Brasil as micro e pequenas empresas são responsáveis por 67. O país ainda esbarra no problema da distribuição de renda, tanto que hoje os 10% mais ricos detêm 46,9% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres se mantêm com apenas 0,7%. O Banco Mundial por meio da pesquisa Doing Business (fazendo negócios), apresentou números de 183 países quanto à facilidade de empreender e nela consta o Brasil na 126ª posição.

Nessa mesma pesquisa são apontados os fatores que dificultam empreender no Brasil, quais sejam:

- Pagar impostos no Brasil consome 2.600 horas da vida de uma empresa e 67% do lucro;
- Fechar uma empresa insolvente demora 4 anos e custa 12% do patrimônio da empresa;
- Um alvará de construção demora 469 dias e são precisos 17 procedimentos;
- Exportar toma 13 dias e Importar 17 dias;
- Abrir uma empresa no Brasil depende de 13 procedimentos e demora em média 119 dias.

Esses entraves burocráticos, que haverão de ser removidos, são facilmente perceptíveis, sobretudo pelos gestores públicos municipais, que estão em contato o tempo todo com a realidade local, até porque em seus postos, eles possuem uma visão ampla acerca da impor-

tância dos empreendedores no cotidiano das cidades, como sendo os responsáveis pelo fornecimento de boa parte dos serviços e produtos consumidos pela população e pela maioria dos empregos gerados na comunidade.

Conforme o guia do prefeito empreendedor (SEBRAE, 2007), para que os municípios possam transformar a lei em realidade eles precisam seguir cinco passos indispensáveis:

1. Decreto que defina as atividades de alto risco. Isso servirá para conceder às demais atividades o alvará de funcionamento Provisório e dispensa de vistoria prévia, com a finalidade de funcionamento imediato;
2. Decreto que regulamente o critério da fiscalização orientadora por meio de dupla visita. Em todas as constatações de irregularidades que não sejam de alto risco para os consumidores e para os trabalhadores, os fiscais da prefeitura, antes de multar, vão orientar e acertar prazo para a solução do problema;
3. Convênio com a secretaria estadual da fazenda e a junta comercial, visando estabelecer que a empresa instalada no município trabalhe com um único número de identificação fiscal e um único local para dar entrada em documentos;
4. Legislação ou decreto que estimule as compras públicas junto às MPes locais;
5. Lei Geral Municipal, aprovada pela câmara dos vereadores e sancionada pelo prefeito, deverá regulamentar os vários dispositivos da Lei Geral.

É por esse e outros motivos que o SEBRAE desenvolve trabalho árduo e persistente voltado a estimular os gestores públicos municipais para apoiarem à implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nos municípios.

3 Mato Grosso do Sul e a Lei Complementar 123/2006

A seção apresenta o envolvimento do estado com o tema e números que comprovam sua importância.

3.1 Breve histórico

Dois anos depois da aprovação da lei geral, o Estado de Mato Grosso do Sul entendendo sua importância, em 30 de dezembro de 2008 aprovou o decreto de nº 12.683, dis-

pondo sobre tratamento diferenciado e simplificado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte nas aquisições realizadas por órgãos e entes do estado, assim statuindo:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, consideram-se microempresa ou empresa de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Após esse decreto, o governo do estado, em parceria com o SEBRAE, vem contatando cada um dos municípios e explicando para os gestores públicos a importância da lei para o desenvolvimento da economia local. Dessa forma, surge no final de 2010 e início de 2011, o Projeto PROLOCAL, cujo escopo é contribuir para o **desenvolvimento econômico** e sustentável das cidades, promovendo o desenvolvimento territorial por meio do empreendedorismo legal. O projeto propõe ações voltadas ao crescimento das micro e pequenas empresas, aumentando suas possibilidades e a participação no mercado.

O PROLOCAL oferece a oportunidade para que os empreendedores conheçam a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, formalizem suas atividades, aumentem as possibilidades de comercialização dos seus produtos e serviços, gerem empregos e rendas e, conseqüentemente, contribuam para a qualidade de vida dos seus municípios.

Hoje, no Estado de Mato Grosso do Sul, que conta com 78 municípios, 69 (88%) deles já sancionaram a lei geral municipal, e a meta do SEBRAE e do governo estadual é atingir o total de 100% dos municípios até o final de 2014.

3.2 Indicadores econômicos das MPE no Mato Grosso do Sul

Indicador	Valor	Unidade de Medida
Número de MPE	69.945	Quantidade
Número de MPE - Comércio	39.559	Quantidade
Número de MPE - Serviço	21.111	Quantidade
Número de MPE - Indústria e Construção Civil	9.275	Quantidade
Número de Empreendimentos Rurais	41.104	Quantidade
Número de MPE com Empregados	27.060	Quantidade
Número de Empregados com Carteira Assinada	173.733	Quantidade
Número de Empreendimentos Informais	131.903	Quantidade
Número de MPE Exportadoras	64	Quantidade
Valor Exportado pelas MPE	12,09	US\$ milhões
Taxa de Sobrevivência das MPE (após 2 anos)	66,7	Taxa
Número de MPE Optantes pelo Simples	80.933	Quantidade
Número de Empreendedores Individuais	41.010	Quantidade
Saldo de Empresas Registradas	5.505	Quantidade
Compras Governamentais das MPE	300,01	R\$ milhões
Percentual das Compras Governamentais das MPE	35,9	Percentual

Fonte: site MPE Data (2012).

Dos dados acima apresentados, verificou-se que em nosso estado existe um número muito expressivo de empreendimentos informais, motivo pelo qual o governo, em conjunto com os municípios, deve buscar políticas públicas voltada a estimular a formalização desses negócios, uma empresa informal desencadeia uma série de problemas, entre eles estão: o não recolhimento de impostos, empregados sem carteira assinada, produtos e serviços sem procedência. Com implementação da lei geral nos municípios o estado pretende diminuir significamente o número das empresas informais no Mato Grosso do Sul.

4 Da importância da lei geral para o município de Miranda

A seção apresenta o envolvimento, adesão e os benefícios do Município de Miranda junto à lei geral das Micro e Pequenas Empresas.

4.1 Miranda e suas características

O município de Miranda localiza-se ao oeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua área é de 5.478,836 Km². A sede do município fica distante da capital, Campo Grande,

194 km e 1 228 km da capital federal. Suas principais atividades econômicas são: a agropecuária, indústrias de cerâmica, turismo de pesca e ecoturismo.

O município está sob a influência da bacia do rio da Prata e seus principais rios são: o rio Aquidauana, afluente pela margem direita do rio Miranda, com 620 km de extensão, e o rio Salobra, afluente pela margem esquerda. Sua vegetação predominante é formada por cerrado e o pantanal. Segundo censo do (IBGE 2010) a população de Miranda é de 25.595 mil habitantes, sendo 13.221 homens e 12.374 mulheres.

4.2 Miranda e a lei geral das micro e pequenas empresas

Após a aprovação da lei geral no âmbito federal, ficou a cargo de cada município a implementação do processo voltado a garantir condições especiais com o intuito de estimular o empreendedorismo local. A partir desse momento os quadros técnico, jurídico e político da cidade começaram a estudar e debater junto à população os pontos importantes e que são de autonomia municipal.

Segundo a Lei Complementar n. 123/2006, algumas regras nela estabelecida

são de aplicação automática e, portanto, não necessitam de regulamentação municipal e são aplicadas em todo o território nacional.

Por outro lado, existem normas que exigem regulamentação por parte do município, como, por exemplo, o art. 48, inciso I, que cuida da licitação exclusiva para a MPE nas contratações até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Outros artigos da lei que exigem regulamentação por parte dos municípios são: 4º, 5º, 47º, 55º, 79º, e 85º. Além dessas normas, pode o município incluir outras, respeitando sua competência legislativa, outorgada pela Constituição Federal, sobre temas que tratam de incentivos:

- Associativismo
- Incentivo a Inovação
- Crédito
- Turismo
- Pequeno produtor Rural
- Educação Empreendedora

Em 16 de novembro de 2010, o município de Miranda aprovou a lei complementar n. 029/2010, beneficiando, assim, os pequenos empreendimentos locais:

Artigo 1º - Esta Lei regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao microempreendedor individual (MEI), às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº 123/06, criando a LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE MIRANDA/MS.

Parágrafo Único - Aplicam-se ao **Microempreendedor Individual - MEI** todos os benefícios e todas as prerrogativas previstas nesta Lei para as ME e EPP.

Artigo 2º - O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da administração municipal:

- I - os incentivos fiscais;
- II - o incentivo à formalização de empreendimentos;
- III - a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;
- IV - a simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive com a definição das atividades consideradas de alto risco;
- V - a preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

Essa lei está em consonância com o artigo 77 da LC n. 123/2006, autorizando os municípios e os demais entes da Federação, no limite de suas competências, a editarem as leis e os demais atos necessários para assegurar o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às MPES.

4.3 Benefícios gerados após implementação da lei geral em Miranda

Com a aprovação da lei geral municipal, consoante o resultado da consulta realizada no final de maio de 2012, junto aos dados do portal do empreendedor, o município de Miranda ganhou 238 novos micro empreendedores individuais, divididos nas seguintes formas de atividades:

Forma Atuação	n. MEI	%
Estabelecimento fixo	165	69,33%
Porta a Porta, postos móveis ou por ambulantes	41	17,23%
Em local fixo, fora da loja	13	5,46%
Internet	08	3,36%
Correios	05	2,1%
Tele vendas	04	1,68%
Máquinas automáticas	02	0,84%

Fonte: Portal do empreendedor.

De acordo com a Jucems (Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul, 2012), do ano de 2010 até um mês antes da aprovação da lei municipal, Miranda contava com 758 empresas ativas. Após 16 meses, com a lei implantada, o município saltou para o expressivo número de 841 empresas e, com isso, a cidade ganhou 83 novos empreendimentos em um curto período de tempo, gerando empregos e renda.

Atualmente, o município possui outros 321 novos negócios formalizados, e os dados demonstram a importância de debater políticas públicas locais, a fim de beneficiar diretamente os munícipes e gerar dividendos para o poder público.

Considerações finais

Neste artigo buscou-se investigar a importância da implantação da lei geral municipal nas micro e pequenas empresas. Ao regulamentá-la, o administrador público assegura melhores condições para os empresários locais, promovendo a competitividade, a redução da informalidade, o incentivo para a inovação tecnológica, bem como o aumento de empregos e renda, beneficiando toda a sociedade.

A Lei Complementar n. 123/2006 obteve outros avanços importantes no setor. Entre eles, a criação da rede nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios – REDESIM, que tem como propósito facilitar as aberturas, alterações e baixas de empresas em todo país.

Após as pesquisas ficou evidente que os municípios que aderiram à lei obtiveram ganhos em suas receitas e melhoraram a qualidade de vida entre seus munícipes. O município de Miranda, especificamente, não foi diferente. Desde a sua promulgação da lei recebeu 321 novas empresas, o que por sua vez, estimulou a economia local, gerando maiores empregos e aumentou a arrecadação municipal.

Portanto, é de se concluir que a lei geral das micro e pequenas empresas é uma ferramenta de desenvolvimento para os municípios, consubstanciada em política pública eficiente, consistente e sustentável, que deve servir de estímulo aos empreendedores e aos gestores públicos, bem como atuar como base

para outras políticas de incentivo ao crescimento dos municípios.

Referências

BRASIL TEM. Relação anual de informações sociais (RAIS): microdados. Brasília, 2000-2010. CD ROM.

CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS (CEMPRE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2010/default.shtm>>. Acesso em: 25 maio 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: 17 maio 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM); SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Manual de Desenvolvimento dos municípios*. Brasília: CNM/SEBRAE, 2011. 104p. (v. 1).

DECRETO n. 12683, de 30/12/08. Simples Nacional. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/lei-geral/regulamentacao-da-lei-geral-nos-estados/estados/mato-grosso-do-sul/Decreto_Estadual_Lei_Geral.pdf>. Acesso em: 13 maio 2012.

DOING BUSINESS. Medindo regulamentações de negócios. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/brazil>>. Acesso em: 26 maio 2012.

DOLABELA, Fernando. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura editores associados, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Serviços e Comércio. As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2001. *Estudos e pesquisas*. Informação econômica, Rio de Janeiro, n. 1, 2003.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2012.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (JUCEMS). Disponível em: <<http://www.jucems.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=1937&template=21>>. Acesso em: 27 maio 2012.

LEI COMPLEMENTAR N. 29, de 16 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.miranda.ms.gov.br/arquivos/LEI%20COMPLEMENTAR%2029%20-%202010%20LEI%20GERAL%20MUNICIPAL%20DA%20ME,%20EPP%20E%20MICROEMPREENDEDOR%20INDIVIDUAL.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em: 12 maio 2012.

_____. Lei Complementar 126/06. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/legislacao.php>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa*: 2010-2011. 4. ed. Brasília, DF: DIEESE, 2011.

_____. *Guia do prefeito empreendedor*: 2007/ SEBRAE. Coordenação da Unidade de Políticas Públicas. Brasília: SEBRAE, 2007. 56p.

_____. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/atender/customizado/lei-geral>>. Acesso em: 10 maio 2012.

VADE MERCUM. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 11. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva. 2011.

Resumos de dissertações



**RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES APRESENTADAS EM 2009, NO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL (PPGDL) -
MESTRADO ACADÊMICO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - CAMPO GRANDE, MS¹**

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, implantado em 1998, e destaca-se por ser interdisciplinar, tendo como missão “promover, por meio de atividade de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam com o desenvolvimento sustentável”.

O Desenvolvimento Local neste programa é entendido como o protagonismo dos atores de um dado território, com apoio de organizações públicas e privadas, na reflexão da realidade vivida para agenciar e coordenar, por meio de processos interativos e cooperativos, os recursos tangíveis e intangíveis originários do local ou de áreas externas, na busca de soluções sustentáveis para os problemas, necessidades e aspirações coletivas, de ordem social, econômica, cultural, política e do ambiente natural.

A relação dos resumos apresentados neste número da Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local – segue a ordem cronológica das defesas das dissertações, seguidas do título, nome do(a) autor(a), do(a) orientador(a) e data de apresentação perante a banca examinadora. Todos os trabalhos estão disponíveis na Secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, na Biblioteca Félix Zavattaro, no campus da Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande, MS, Brasil e no site do Programa – www.ucdb.br/mestrados/desenvolvimentolocal. Os resumos seguem uma sequência, lógica obedecendo à continuação dos resumos publicados na Interações, v. 14, n. 2, jul./dez. 2013.

133 – Título: A PISCICULTURA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA REGIÃO DE DOURADOS – MS UNIVERSIDADE CATÓLICA

Nome: Dirceu Deguti Vieira Filho

Orientador: Prof. Luis Carlos Vinhas Ítavo

Data da apresentação: 05/03/2009

Resumo: O presente trabalho de pesquisa contempla todos os preceitos estipulados pelos conceitos oferecidos no curso de mestrado, voltados para a piscicultura como alternativa de desenvolvimento local na região de Dourados-MS. A pesquisa analisa o desenvolvimento desta espécie de cultura dentro de Mato Grosso do Sul, dando clara ênfase na região de Dourados, onde os índices de produtividade são os melhores do Estado e ano após ano, vem se verificando melhorias progressivas e substanciais, tanto na produtividade como na comercialização. O trabalho parte da observação e da análise da parca documentação existente e da bibliografia já composta para estudar a piscicultura sul-mato-grossense. Utiliza-se ainda, da experiência vivenciada na área de Desenvolvimento Local por parte do autor do trabalho, da observação realizada na cooperativa MSPEIXE, protagonista do projeto e desta obra. De toda esta análise resultou a constatação de que a piscicultura ainda encontra-se em bases primitivas no Mato Grosso do Sul, embora que, iniciativas de Desenvolvimento Local como a existente na região de Dourados tenha dado fortes incrementos à cultura, contribuindo para a melhoria da produção, sua qualificação rumo a excelência do pescado para atender as normatizações técnicas sugeridas pelo mercado comprador e consumidor. Conclui-se que, ainda que gargalos existam e atravanquem a possibilidade de desenvolvimento mais acelerada, eles estão sendo combatidos e seus efeitos são menos negativos do que em outras épocas. As possibilidades de sucesso são palpáveis, já que as vitórias percebidas são concretas e lança os piscicultores da região de Dourados num estágio mais avançado que seus pares do restante do Estado de Mato Grosso do Sul. Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Piscicultura, Organização.

¹ Pesquisa elaborada pelos mestrandos do PPGDL – Luiz Henrique Eloy Amado e Leandro Henrique Araújo Leite, que são bolsistas da CAPES no referido programa.

134 - **Título:** A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL TOMBADO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ - MS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Hélênemarie Dias Fernandes

Orientador: Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 19/08/2009

Resumo: Este estudo versa sobre desenvolvimento local, estimulado a partir da história regional, focado na memória social de sujeitos que vivenciam e participam das transformações decorridas na área tombada do patrimônio cultural do Porto Geral de Corumbá, Mato Grosso do Sul e que, atualmente, se encontra em processo de (re)territorialização do espaço. A pesquisa foi permeada com investigações de arquivos e obras impressas referentes ao patrimônio cultural do Porto Geral - MS. Priorizou-se neste trabalho, como fonte de pesquisa qualitativa, a narrativa dos agentes sociais, e especialmente, a memória dos moradores estabelecidos há mais tempo na cidade. O questionamento que permeou a pesquisa focou-se em responder como se encontra a comunidade-localidade da área de estudo no processo de inclusão e/ou exclusão, ou ainda, como se fazem incluir os habitantes do lugar para efeito de implementação da relação com o desenvolvimento local, visando à endogeneização do desenvolvimento. Palavras-chave: Patrimônio cultural. Comunidade. Desenvolvimento local.

135 - **Título:** BUSCA DE ECOEFICIÊNCIA NO ASSENTAMENTO GUARIROBA EM TERENOS MS: TECNOLOGIA DE DESIDRATAÇÃO DE BANANA

Nome: José Luiz Meira Ribeiro

Orientador: Profa. Dra. Marney Pascoli Cereda

Data da apresentação: 11/03/2009

Resumo: A ecoeficiência pode ser conceituada como a produção de bens ou serviços que atendam as necessidades humanas produzidos de forma ecologicamente correta, com impactos ambientais sustentáveis para a manutenção da vida na terra. Essas aspirações sempre foram um desafio para os extensionistas rurais. No caso da cultura da banana que apresenta perdas de 30 a 40% nas operações de pós-colheita é importante contar com tecnologia simples, barata e eficiente, que instalada na área rural permita valorizar a produção e minimizar as perdas. O aproveitamento pleno da colheita além de reduzir os resíduos pode também melhorar a auto-estima e gerar postos de trabalho no campo. No desenvolver da pesquisa foram obtidas informações da literatura e selecionado o Assentamento Guariroba pelo interesse demonstrado em reuniões com a Associação local. A revisão da literatura foi complementada com entrevistas, reuniões e aplicação de questionários aos assentados. O Assentamento Guariroba situa-se no município de Terenos, MS e, como outros no estado, têm um projeto coletivo de bananicultura. Também como outros cultivos de banana proporcionam perdas da colheita no campo. Partindo-se da premissa de que o desenvolvimento local deve partir da comunidade, uma série de atividades foi realizada com objetivo de atender as características, necessidades e desejos expressos pela comunidade do Assentamento Guariroba, visando introduzir tecnologia para valorizar as bananas descartadas. A comunidade foi caracterizada como de baixa atividade associativa com conflitos evidentes, gerados principalmente por baixa renda da atividade de bananicultura e necessidade de saldar dívidas. Um grupo de mulheres se destacou da comunidade pelo desejo de empreender. O processo selecionado como tecnologia passível de ser transferida foi à elaboração de banana-passa, composta de desidratação combinada (osmótica mais solar) como alternativa de minimizar os custos e usar energia alternativa. Por garantia, já que se pretende gerar renda complementar o secador solar permitia também o uso de gás liquefeito de petróleo. A desidratação combina as vantagens de armazenamento com baixo custo a boa qualidade do produto final em cor, sabor e aroma. A metodologia adotada para a transferência apoiou-se nos conceitos do extensionismo com disseminação de conhecimentos e capacitação das pessoas. Os resultados obtidos mostraram que mesmo quando parte da comunidade expressa seu desejo de adotar uma tecnologia e a considera apropriada, existem dificuldades difíceis de serem transpostas pela falta de cooperação. Palavras chave: agricultura familiar, eco eficiência, banana passa, qualidade, secador solar, comunidade.

136 – **Título:** CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS FRONTEIRAS DE PONTA PORÃ E CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Nome: Antonino Salvatierra

Orientador: Reginaldo Brito da Costa

Data da apresentação: 20/02/2009

Resumo: Cada vez mais organizações de diversos setores estão concentrando seus esforços na implantação de conceitos logísticos nos processos produtivos de suas empresas. Fatores como aumento da concorrência, globalização de mercados e desenvolvimento da tecnologia da informação tornaram o estudo da logística atividade fundamental como forma de reduzir os custos logísticos e disponibilizar o produto ao cliente, onde quer que ele esteja de maneira a atender as suas expectativas. O interesse dessa pesquisa diz respeito à forma de como caracterizar a cadeia produtiva da erva-mate nas fronteiras de Ponta Porã e Corumbá, no Mato Grosso do Sul. A preocupação foi de conhecer toda a sistemática empreendida pelo produtor, pela indústria, pelo comércio, pelo transporte e pelo consumidor final, em busca de uma perspectiva de Desenvolvimento Local. O método de pesquisa foi o indutivo qualitativa, com ênfase no aspecto qualitativo e o procedimento de análise documental e pesquisa de campo. Como resultado principal, os dados coletados permitem evidenciar que as informações comprovaram que a erva-mate contribui no crescimento econômico, não só no estado de Mato Grosso do Sul, mais em todo o País, gerando empregos, desde o plantio, como todo o processo de cancheamento, colheita, e a industrialização, o envolvimento da distribuição até o consumidor final. Este trabalho norteou todos esses processos que chamamos de cadeia produtiva. Outro ponto relevante da pesquisa foi que pôde-se identificar que há uma potencialidade de crescimento no mercado atual do setor ervateiro nas duas regiões. Os resultados da pesquisa demonstram que existem culturas, costumes, e práticas de consumo da erva-mate, o que faz pensar que os estudos teóricos da cultura da erva-mate em Mato Grosso do Sul deverão levar em conta cada vez mais, a sua relação com a sociedade e seus padrões de produção, territorialização, comercialização e consumo. Palavras-chave: Logística; Cadeia produtiva; Desenvolvimento local. Setor ervateiro. Processo de cancheamento.

137 – **Título:** GOVERNANÇAS DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL CALÇADISTA INFANTIL DE BIRIGÜI, SÃO PAULO

Nome: Andréia de Alcantara Cerizza

Orientador: Olivier François Vilpoux

Data da apresentação: 30/04/2009

Resumo: A pesquisa analisa a governança do arranjo produtivo local calçadista de Birigui. O estudo identifica quais as governanças existentes no APL e verifica o papel do sindicato empresarial na organização dessas governanças, relacionando, por fim, se a governança estabelecida potencializa o processo de desenvolvimento local. A metodologia utilizada foi de pesquisa exploratória. Os resultados obtidos demonstram a existência de variadas formas de governança entre as empresas: relações de igualdade, entre algumas micro e pequenas empresas e as grandes empresas; relações de quase-hierarquia de contratadas com as empresas contratantes, que podem ser micro e pequenas empresas não subcontratadas, micro e pequenas empresas subcontratadas e as médias e grandes empresas. Em empresas subcontratadas, que produzem linhas de produtos, ocorre também uma relação de quase-hierarquia com as grandes empresas, mas com predomínio de dependência mútua. Foi constatado que o exercício autônomo da comunidade empresarial manifestou-se em todos os âmbitos sociais do arranjo, pela atuação do Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui - SINBI, que conseqüentemente extrapolou sua dimensão setorial, atuando em várias esferas, constituindo-se em exemplo de processo de desenvolvimento local. Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local, Sistema de Governança, Desenvolvimento Local.

138 – Título: O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA NO ENSINO DA HISTÓRIA: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DA TERRITORIALIDADE**Nome:** Marilda Batista Mitidiero**Orientador:** Dra. Maria Augusta de Castilho**Data da apresentação:** 21/05/2009

Resumo: A pesquisa analisou e identificou o museu como patrimônio cultural tangível, reconhecendo o local como uma instituição também da comunidade, cujo patrimônio pode ser reconhecido como instrumento da construção da identidade e consequentemente da cidadania. Identificaram-se no estudo as principais atividades desenvolvidas pelo museu José Antônio Pereira, as formas de visitas, o público-alvo, destacando o histórico do local e como a comunidade do entorno pode ser agente de conhecimento e divulgação do museu em questão. Constatou-se que a comunidade do entorno, bem como a comunidade escolar estudada não participa das atividades do museu e muitos nem o conhecem. Essa problemática foi a pauta principal da pesquisadora no trabalho de interlocução com as referidas comunidades. A abordagem teórica metodológica toma como referência: o patrimônio, a identidade, a territorialidade, o local e o valor simbólico de cada objeto do acervo, com foco especial, na escola e na comunidade do entorno. O objetivo da pesquisa, por meio do método indutivo e uma metodologia de análise integrada foi interpretar e buscar, em seu contexto territorial, as identidades coletivas e a dinâmica da conservação patrimonial como propriedades dessas identidades. Quanto à abordagem, optou-se pela qualitativa, uma vez que foram trabalhadas as representações sociais principalmente dos sujeitos-objeto da investigação (entrevistas, diálogos, observações). As fontes que viabilizaram a pesquisa (arquivos, jornais, sites, leituras bibliográficas, fotos, visitas, entrevistas, diálogos e observação participante) foram interpretadas à luz das categorias do patrimônio cultural. O referencial teórico foi pautado na análise de autores que destacaram conceitos sobre identidade, memória, memória cultural, território, territorialidade, patrimônio e desenvolvimento local. As alternativas do estudo apontaram para uma análise da história, que foi realizada por meio de oficinas na Escola Estadual Teotônio Vilela, assim como entrevistas e diálogos com a comunidade do entorno. Para uma melhor compreensão da temática, utilizou-se a observação do patrimônio não como uma fonte de coleção ou estudo, mas como um conjunto global, um recurso do território, ao mesmo tempo natural, cultural e humano. A análise e a interpretação de todos os dados coletados deram suporte para que se estabelecesse uma interação do museu José Antônio Pereira com a comunidade campo-grandense e do entorno. Muitos moradores se comprometeram a participar, a visitar e a divulgar o Museu José Antônio Pereira, pois uma vez que cabe ao público interpretar o patrimônio cultural musealizado, o que implica (re) significá-lo. Já os alunos da Escola Estadual Teotônio Vilela, após as oficinas (com material de apoio sobre o museu), passaram a visitar e a se interessar mais pelo museu. Os professores também receberam material de apoio e treinamento para a divulgação do acervo do museu, pois se considera que os educadores de museus são portadores de um conhecimento empírico e teórico que é, em grande medida, o responsável pela normatização das atividades educacionais da instituição na qual estão inseridos. No estudo, ficou evidenciado que a comunidade do entorno, professores e alunos da Escola Estadual Teotônio Vilela passou a ter um outro olhar sobre o Museu José Antônio Pereira, uma vez que em suas falas nas entrevistas os participantes destacaram que é fundamental preservar esse patrimônio cultural tão significativo para a cultura local. Palavras-chave: Patrimônio. Identidade. Desenvolvimento local.

139 – Título: ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PASTORAIS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE INDÁPOLIS - MS COMO POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO PRÓ-REITORIA**Nome:** Osvaldo dos Santos**Orientador:** Dra. Maria Augusta de Castilho**Data da apresentação:** 24/09/2009

Resumo: A presente dissertação enfoca o cenário da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora – Indápolis, MS – dentro da perspectiva do desenvolvimento local. Para isso, fez-se necessário trazer à tona todo o processo de construção do território em questão, sua territorialização, expresso no emergir de cada comunidade e consequentemente o sentido do sentimento de pertença manifesto no cotidiano vivido na realidade das ações sociais e religiosas dos paroquianos. Optou-se na metodologia, pela pesquisa qualitativo-descritiva. Os diálogos-entrevistas, questionários, observações, documentos e depoimentos foram ferramentas balizadoras ad hoc, para asseverar, compreender e diagnosticar as performances da

comunidade/paróquia com enfoque fenomenológico. Os referenciais conceituais que embasaram as análises foram: desenvolvimento local, espaço, território, comunidade, participação, solidariedade e potencialidade. Em termos de conclusões, sobressaem-se as potencialidades de participação inerentes às ações sociais e religiosas que se bem canalizadas podem elevar os pontos de convergências, tornando a comunidade/paróquia no sentido estrito endógena, visando a uma melhor qualidade de vida para todos. Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Comunidade. Religião.

140 – Título: PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT: ARTICULAÇÕES COM O TERCEIRO SETOR E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Nome: José Roberto Lopes

Orientador: Dr. Reginaldo Brito da Costa

Data da apresentação: 22/06/2009

Resumo: O Acampamento Dom Osório foi organizado pelo MTA, movimento dos trabalhadores acampados e assentados de Mato Grosso, no ano de 2002 no município de Campo Verde, com 1.680 famílias oriundas de diversas regiões do Estado de Mato Grosso. Até o fechamento desse trabalho as 67 remanescentes famílias ainda não haviam sido assentadas pelo Incra, órgão governamental responsável pela política de assentamento rural no país. Este órgão para consolidar assentamentos rurais, utiliza a intermediação de movimentos sociais que promovem a formação de acampamentos humanos como estratégia para a obtenção da condição de clientes da reforma agrária. O MTA desprovido de legalidade institucional busca na parceria com entidades associativas, o terceiro setor, o mecanismo de compartilhar ações para a consecução de sua missão e objetivos. Formou-se uma rede comunitária no acampamento pelas relações socioterritoriais advindas dessas articulações. Os resultados dessa pesquisa mostram, contudo, que o maior problema do acampamento é a governança local, devido a ingerências dos agentes exógenos, ante o anseio dos acampados e a submissão desses a um querer despótico pautado em interesses não coletivos das lideranças do movimento, ações que tem minado a confiança dessas pessoas em suas lideranças, nos agentes governamentais e nos próprios parceiros, fatores que dificultam a transformação desse capital humano em capital social. Palavras-chave: Terceiro Setor; Redes Comunitárias; Desenvolvimento Local; Acampamentos de Sem Terra; Assentamento Rural.

141- Título: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DA ATIVIDADE LEITEIRA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI -1

Nome: Cristina Sorilha Irala

Orientador: Prof. Luís Carlos Vinhas Ítavo

Data da apresentação: 17/08/2009

Resumo: Este trabalho visou analisar as potencialidades e limitações da atividade leiteira no assentamento Itamarati -1, tendo em vista que o leite é a principal linha de produção da agricultura familiar nos assentamentos. Os objetivos são identificar a rentabilidade do leite na territorialidade do Assentamento Itamarati - 1, assim como as potencialidades e limitações dos assentados em gerenciar condições que ampliem seu desempenho. A pesquisa teve natureza quantitativa, e foram realizadas entrevistas. O estudo ficou focalizado na Central Única dos Trabalhadores (CUT); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) onde foi contemplada a bacia leiteira. Foram entrevistados no total 33 famílias distribuídos conforme o tamanho dos lotes (hectares). Através dos dados apurados, verificou-se que os produtores envolvidos com atividade leiteira, que tiveram a renda menor, apresentaram faixas etárias avançadas, baixa escolaridade, com baixo índice de produtividade animal, lotação, falta de conhecimento de técnicas da atividade, além de possuir rebanho não especializado, o que refletiu na produtividade e rentabilidade da área. Um dos problemas levantados foi a falta de assistência técnica, necessidade de uma política pública e associativismo. No entanto ficou claro o potencial da região para a pecuária leiteira, com tudo esse potencial não está desenvolvido pelo fato da limitação apresentada na análise da pesquisa. Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Desenvolvimento local; Capital Social; Custo de Produção da Atividade Leiteira.

142 – **Título:** TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS: PRAIA DO PEREQUÊ, GUARUJÁ – SP

Nome: Renato José Saraiva Carvalho

Orientador: Dr. Olivier François Vilpoux

Data da apresentação: 15/12/2009

Resumo: A pesca artesanal apresenta grande importância para as comunidades tradicionais, como meio de subsistência dessas comunidades e pelas marcas culturais e de tradição e, pelo amplo conhecimento tradicional acumulado. Esse tipo de pesca representou 64,58%, no ano de 2007, do total do pescado extraído no país e empregava 700.000 pescadores na atividade. Apresenta características peculiares, diferente das características da pesca industrial que tem aspectos apenas econômicos. Essas características devem ser observadas no tratamento conferido, bem como na maneira como o poder político deve entender a pesca artesanal. Os pescadores artesanais conservam uma forma tradicional de vida e possuem vasto saber tradicional. Eventos mudaram a vida dessas populações, tais como a construção de estradas ligando o litoral aos grandes centros urbanos, violenta especulação imobiliária, invasão de área de trabalho pela frota industrial, migração de pescadores com outras culturas, e a invasão da atividade do turismo. Considerando estas questões, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de descrever e interpretar a territorialização e a territorialidade da coletividade de pescadores artesanais da Praia do Perequê, os novos usos dados à tradicional superfície de referência e possíveis ameaças que essa coletividade enfrenta. A metodologia adotada para a realização da dissertação compreendeu a pesquisa bibliográfica, através da seleção de livros, periódicos e apoiou-se em dados primários obtidos de pesquisa documental e de pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi dividida entre a pesquisa exploratória e pesquisa de observação participativa. O estudo compreendeu um aporte conceitual principalmente sobre Desenvolvimento Local, Território e territorialidade, comunidades, cultura e conhecimento tradicional, sustentabilidade ambiental e pesca artesanal. Também foi pesquisado o contexto territorial (espaço físico, sociocultural, instrumental e socioeconômico) ligado a Praia do Perequê. Foi feita a caracterização socioeconômica e cultural dos pescadores artesanais da Praia do Perequê, através da apresentação do resultado da pesquisa, análise e discussão. A conclusão abrange os impactos que a comunidade vem sofrendo em sua territorialidade ao longo de sua trajetória, com os novos usos em sua superfície de referência, a desterritorialização, do conhecimento construído, na estrutura de vida dos pescadores artesanais, nos hábitos, costumes e cultura. Por essas contingências é possível concluir que a territorialidade dos pescadores artesanais da Praia do Perequê encontra-se ameaçada, cristalizada a partir do pensamento tradicional que não busca apenas um saber, mas acima de tudo, a condição real do pescador artesanal. Palavras-chave: Território. Territorialidade. Pesca artesanal. Desenvolvimento local. Conhecimento tradicional.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por três professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4º - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

§ 1º - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

§ 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.

§ 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores *ad hoc*, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:

- a) título em português, inglês, francês e espanhol;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais;
- c) cada artigo deverá conter, no máximo, **três autores**, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo;
- d) resumo em português, inglês, francês e espanhol com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
- e) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- f) referências.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados para acdorsa@ucdb.br, dentro da seguinte formatação:

- a) arquivo no padrão Microsoft Word;
- b) autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares;
- c) o texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.

IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no *site* do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

Art. 10 - Os autores que publicarem artigos na Interações só poderão publicar novamente nesta revista após um período de dois anos.

Art. 11 - Em um mesmo número da Revista não será permitido constar mais de um artigo do mesmo autor, mesmo que em coautoria.

Art. 12 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado será fornecido, gratuitamente, um exemplar do número correspondente da Revista.

Art. 13 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996. p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

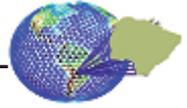
INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3592

e-mail: acdorsa@ucdb.br



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____
_____,
bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar
o meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

Endereço de correio do(s) autor(es), para entrega do exemplar da revista, caso o artigo seja publicado.

Este periódico usa a fonte tipográfica
Book Antiqua para o texto e títulos.
Foi impresso pela Gráfica Mundial,
para a Universidade Católica Dom Bosco,
em outubro de 2013.